

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO**

LIGIA ZIGGIOTTI DE OLIVEIRA

**(CON)FORMAÇÃO DA(S) IDENTIDADE(S) DA MULHER NO DIREITO DAS
FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEO: perspectivas feministas sobre o individual e o
relacional em família**

**CURITIBA
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO**

LIGIA ZIGGIOTTI DE OLIVEIRA

**(CON)FORMAÇÃO DA(S) IDENTIDADE(S) DA MULHER NO DIREITO DAS
FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEO: perspectivas feministas sobre o individual e o
relacional em família**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito das Relações Sociais, no curso de Mestrado em Direito, Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk
Co-orientador: Prof. Dr. Sérgio Said Staut Junior

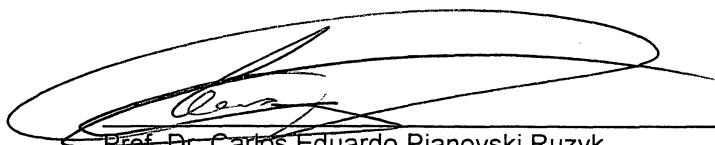
**CURITIBA
2015**

TERMO DE APROVAÇÃO

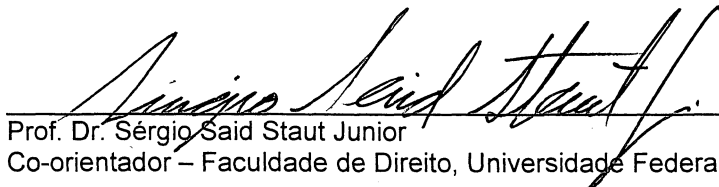
LIGIA ZIGGIOTTI DE OLIVEIRA

(CON)FORMAÇÃO DA(S) IDENTIDADE(S) DA MULHER NO DIREITO DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEO: perspectivas feministas sobre o individual e o relacional em família

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito das Relações Sociais, no curso de Mestrado em Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná.



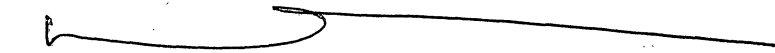
Prof. Dr. Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk
Orientador – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná



Prof. Dr. Sérgio Said Staut Junior
Co-orientador – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná



Prof.ª Dr.ª Ana Carla Harmatiuk Matos
Professora do Programa da Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná



Prof.ª Dr.ª Flávia Piovesan
Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Curitiba, 20 de março de 2015

Ao Bruno, por ser tão raro, tão companheiro, tão confidente e tão protagonista dos meus sonhos. Se o amor é a ilha que permite às pessoas se afastarem da dominação, sei bem quem me inspirou tanta liberdade. Neste nosso espaço, onde suspendemos o mal, a música pode ficar por sua conta. No que precisamos pensar é quem de nós dois, tão pouco prendados, ficará responsável pelo jantar.

Às mulheres, sem exceção.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Paraná

Agradeço ao meu orientador Professor Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk, intelectual de erudição ímpar, pelas valiosas lições em Direito Civil, pelo apoio incondicional e pela atenção que sempre dedicou a mim e a este trabalho. Sem ele, o processo de empoderamento que esta pesquisa representou não teria sido possível.

Ao meu co-orientador Professor Sérgio Said Staut Júnior, cujo nome emprestou à turma com que me formei, pela iniciação crítica ao estudo jurídico, por acompanhar mais esta iniciativa minha, e por ter me convencido, à época da monitoria, de que existe um espaço pelo qual vale a pena permanecer no Direito.

À Professora Ana Carla Harmatiuk Matos. Porque a considero verdadeiro exemplo, e por termos tantas vezes trabalhado juntas, espero poder reproduzir, em minha trajetória, qualquer coisa de seu brilhantismo, de sua militância e de sua sensibilidade, traços que me marcaram profundamente ao longo destes anos. Se a minha compreensão do Direito das Famílias tem andado em favor das mulheres, não é segredo em quem me espelhei.

Ao Professor Luiz Edson Fachin. De todas as portas que sempre me abriu, destaco as que dão acesso ao Instituto Max Planck, em Hamburgo, na Alemanha. As referências bibliográficas desta dissertação e a minha experiência como pesquisadora engrandeceram-se em razão desta gentileza tão característica da personalidade de nosso ilustre Mestre.

Às secretárias da Pós-Graduação, em especial à Ana Maria e à Fátima, pelo carinho, pela prontidão e pela paciência. Ao Emerson e à Elaine, do xerox da Biblioteca de Ciências Jurídicas, pela eficiência e pela simpatia.

À Família

À Lê, irmã e melhor amiga, e ao Ali, meu cunhado. Somados os dois, eu e o Bruno, há algum tempo sob o mesmo teto, formamos família. Se conceituada como

solidária ou como anaparental, pouco importa. Reconhecemos a “identidade-nós”. Isso já nos basta.

À minha mãe, Janja, que, ao tom de Leminski, distraída, venceu tantos estereótipos. Sem saber, pela gentileza, pela compaixão e pela aversão às hierarquias, ela me ensina algo de direitos humanos todos os dias. E, de quebra, inspira esta minha ainda curta trajetória como pesquisadora e como docente.

Ao meu pai, Renato, porque cuidou de mim e de minha irmã com tal zelo que, ao tratar de alguns itens deste trabalho, foi preciso enxergar além de casa. A minha referência de paternidade, por causa dele, pressupõe tanto afeto e tanta responsabilidade quanto o senso geral extrai da maternidade.

À minha avó Alice. Mãe de oito filhos, ela ouviu várias vezes o comentário de que meu saudoso avô, já falecido, fez grande trabalho ao educá-los. Magoadas, andou contestando, segundo narra meu tio, que pouca gente lembra de mencioná-la por aí, mesmo que tenha passado quase toda a vida adulta cuidando das crianças, das sete às sete, enquanto o marido trabalhava.

À minha avó Nedi. Para arcar com as contas, trabalhou tanto quanto permitia seu tempo e sua condição. A casa dela já serviu de ateliê, de confeitaria e de salão de beleza. Sem a condição física nem a necessidade de outrora, ainda a vejo aceitar uma e outra encomenda de tortas, atestando a vocação para a independência e para a liderança que nela sempre reconheci.

Ao Everton, à Lise e à Marcella. Porque me acolheram como filha e como irmã nesta fria capital, tão vazia de parentes, já os considero, há muitos anos, parte de minha amada família.

Aos Amigos

Aos meus amigos de mais de uma década: Jackeline, Mariana, Rodrigo, Kauê, Henrique, Dandara, Samara, Maria Fernanda, Alex e Caio Mário. A leveza de nosso tempo juntos ainda resulta num irretocável gosto de infância, mesmo que já sejamos um bando de engenheiras, advogados, dentista, gerente, designer, estilista e publicitários.

Ao meus amigos de quase uma década: à chapecoense Giovana, que visitou as bibliotecas da cidade comigo durante boa parte desta pesquisa, também à sua

conterrânea Amanda, e a todas as grandes amizades proporcionadas pela Universidade Federal do Paraná durante a graduação.

Aos meus amigos deste último biênio, os que fiz durante o Mestrado. Temendo esquecer de algum, menciono os dois com quem mais convivi para além dos palcos da Santos Andrade e que acabaram se tornando personagens indispensáveis em minha história: Gustavo e José Ricardo.

Aos Professores Leandro e Marcos Alves, pelos profícuos diálogos, pelo valioso envio de materiais e pelo indispensável suporte durante os momentos em que o pensamento parecia desértico.

À Juliana, à Andressa, à Luciana, à Luize, à Indiara, à Jacqueline, ao Rubens, ao Frank, ao Rafael e ao Marcelo, pela discussão deste trabalho, quando foi preciso me ater a ele, e pelos momentos de descontração, quando foi preciso esquecer dele.

Prisão

*Nesta cidade
quatro mulheres estão no cárcere.*

Apenas quatro.

*Uma na cela que dá para o rio,
outra na cela que dá para o monte,
outra na cela que dá para a igreja
e a última na do cemitério
ali embaixo.
Apenas quatro.*

*Quarenta mulheres noutra cidade,
quarenta, ao menos,
estão no cárcere.*

*Dez voltadas para as espumas,
dez para a lua movediça,
dez para pedras sem resposta,
dez para espelhos enganosos.
Em celas de ar, de água, de vidro
estão presas quarenta mulheres,
quarenta ao menos, naquela cidade*

*Quatrocentas mulheres,
quatrocentas, digo, estão presas:
cem por ódio, cem por amor,
cem por orgulho, cem por desprezo
em celas de ferro, em celas de fogo,
em celas sem ferro nem fogo, somente
de dor e silêncio,
quatrocentas mulheres, numa outra cidade,
quatrocentas, digo, estão presas.*

*Quatro mil mulheres, no cárcere,
e quatro milhões – e já nem sei a conta,
em lugares que ninguém sabe,
estão presas, estão para sempre
- sem janela e sem esperança,
umas voltadas para o presente,
outras para o passado, e as outras
para o futuro, e o resto – o resto,
sem futuro, passado ou presente,
presas em prisão giratória,
presas em delírio, na sombra,
presas por outros e por si mesmas,
tão presas que ninguém as solta,
e nem o rubro galo do sol
nem a andorinha azul da lua
podem levar qualquer recado
à prisão por onde as mulheres
se convertem em sal e muro.*

Cecília Meireles

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar criticamente as atuais transformações no Direito das Famílias, que se considera, diferentemente do passado, informado pelo equilíbrio entre a identidade-eu e a identidade-nós nas relações de conjugalidade e de parentalidade. Tais elementos constituem parte do significado da chamada concepção eudemonista, que é central neste estudo.

Algumas conclusões aparentemente pacíficas são revisitadas a partir da condição feminina. Adota-se a perspectiva feminista, ao longo do trabalho, a fim de problematizar avanços. Para cumprir tal mister, promove-se a exposição de uma série de continuidades ainda vivenciadas por homens e mulheres na dialética entre individualidade e alteridade em família. Refletem-se, nesta oportunidade, em dados estatísticos e em vestígios da representação prevalente do feminino nos mais variados meios. Longe de negar relevância à atualizada compreensão da doutrina e da jurisprudência quanto aos papéis em família, intenciona-se contrastá-la às experiências reais, buscando discutir possibilidades de reaproximação.

Paradoxalmente, a insistência em se refletir um ideal de igualdade de gênero nos enunciados jurídicos pode conduzir ao avesso da emancipação prometida às mulheres, a quem se possibilita precariamente o empoderamento pelos eixos patrimonial, relacional e individual. Constatadas as dissonâncias, emerge o desafio de se repensarem as relações familiares, do ponto de vista jurídico, de maneira mais adequada aos universos reais e simbólicos femininos.

PALAVRAS-CHAVE: família eudemonista; condição feminina; perspectivas feministas; direito das famílias.

ABSTRACT

The following dissertation's objective is to critically analyze the current transformations in Family Law, which is considered, differently from the past, informed by the balance between "identity-I" and "identity-we" in parental and conjugal relations. Such elements constitute part of the meaning of the so-called eudemonistic conception, which is central in this study.

Some apparently pacific conclusions are questioned from the feminine condition. The feminist perspective is adopted throughout the work to demystify advances. To fulfill such necessity, the exposition of a series of continuities still lived by men and women in the dialectic between individuality and alterity in family is promoted. They are reflected, in this opportunity, by statistical data and the vestiges of the prevalent representation of the feminine one in the most varied means. Far from denying relevance to the up-to-date understanding of doctrine and jurisprudence about the roles in the family, it is intended to contrast it with real experiences, seeking to discuss approaching possibilities.

Paradoxically, the insistence in reflecting an ideal of gender equality in legal statements can lead to the reverse of the emancipation promised to women, to whom the empowerment through patrimonial, relational and individual axes is precariously enabled. Evidenced the dissonance, the challenge that the work explores is rethinking the familiar relations, from the legal point of view, in a more adequate manner to the feminine real and symbolic universes.

KEY WORDS: eudemonic family; feminine condition; feminist perspectives; family law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. Ponto de partida.....	13
2. Perspectiva de análise.....	16
3. Plano de trabalho.....	18
4. Justificativas metodológicas.....	21
 CAPÍTULO I. HORIZONTES EMANCIPATÓRIOS AO DIREITO DAS FAMÍLIAS E A CONDIÇÃO FEMININA.....	 24
1.1 Compreensões sobre a identidade-eu e a identidade-nós em Direito das Famílias.....	24
1.2 Sobre perspectivas emancipatórias em famílias.....	31
1.3 Sobre indivíduos e famílias.....	37
1.4 Sobre mulheres e famílias.....	40
1.5 À guisa de problematização.....	45
 CAPÍTULO II. DOS ENUNCIADOS AO REPENSAR DAS VIVÊNCIAS FAMILIARES.....	 48
2.1 Entre permanências e transformações: o Direito como espelho ou como projeto da realidade.....	48
2.2 As famílias enunciadas.....	51
2.2.1 Transpessoalidade: “ser” e “estar” em família no normatizado codificado.....	51
2.2.2 Eudemonismo: “ser” e “estar” em família no normatizado emancipado.....	62
2.3 Rupturas e permanências na linha do praticado.....	69
2.3.1 Expectativas majoritárias em relação às mulheres.....	69
2.3.2 Vivências familiares disfuncionais.....	75
2.4 À guisa de problematização.....	84

CAPÍTULO III. REFLEXOS EXEMPLIFICATIVOS DO SER-PARA-O-OUTRO EM DIREITO DAS FAMÍLIAS.....	90
3.1 Velhos problemas, outras respostas.....	90
3.2 Empoderamento na esfera patrimonial.....	93
3.3 Empoderamento na esfera relacional.....	99
3.4 Empoderamento na esfera individual.....	107
3.5 À guisa de problematização.....	116
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 120
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 123
 FONTES DOCUMENTAIS.....	 140

INTRODUÇÃO

A ordem do dia era o silêncio, emanando e rodeando o assunto. Alguns dos silêncios foram rompidos, outros mantidos por autores que viveram e conviveram com as estratégias civilizatórias. A mim, o que interessa são as estratégias para romper com isso.

Toni Morrison

1. Ponto de partida

“No teatro da memória as mulheres são uma leve sombra”¹. Tais ausências, apontadas pela historiadora Michelle Perrot, há muito se reforçam no âmbito jurídico. A realidade feminina, mal representada pelo Código Civil Brasileiro de 1916, não se espelhou nas normas enunciadas.

O discurso² produzido sob o manto do Direito contribuiu para o avesso da proteção desta figura supostamente fragilizada. Advogava-se pelo necessário respeito às consideradas dicotômicas esferas econômica e afetiva. Com isso, distribuíram-se, rigorosamente, os papéis em família, único pilar civilista que visava às vivências delas, de quem se afastavam, pela letra oficial, inúmeras possibilidades emancipatórias, como a independência financeira e o compartilhamento de responsabilidades na esfera doméstica.

Dos doutrinadores daquele tempo, extrai-se, a par das explícitas incapacidade civil da mulher casada e direção do lar pelo marido, o argumento de que a lei presumia a igualdade em relação ao homem, embora reconhecesse como necessária a atuação distinta dos cônjuges³.

¹ PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005, p. 33.

² Para Michel Foucault, o discurso controla, seleciona, organiza e redistribui a produção de novos discursos. É, pois, constitutivo de sujeitos; intertextual; diz respeito ao poder; e é essencialmente político, porque denota por que e por quem se constrói (FOUCAULT, Michel. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971).

³ BEVILACQUA, Clóvis. **Em defesa do projecto de código civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906, p. 95.

As finalidades socialmente aceitas da união se enunciavam cumpridas pelo bom desempenho de funções próprias, em homenagem ao amor à família, à ordem e à moral⁴. Reflexo natural, conforme se justificou, a entrega aos outros por parte daquela que ingressava em contexto familiar pela via do casamento, a única juridicamente reconhecida. A chamada cooperação – e não submissão – da esposa residia, enfim, em que se limitasse à esfera da domesticidade.

Temperou-se, desta forma, o discurso de dominação de modo a afastar, parcialmente, as críticas referendadas pelos chamados “philogenistas combatentes que andam a renhir por não sei que idéal de gynecocracia impossível”⁵. Repudiavam-se, nestes termos, transformações profundas nas relações de gênero, marginalizando franca maioria que o texto legal não contemplava.

Os enunciados jurídicos do presente século, por outro lado, têm atestado o alcance, pelas mães e companheiras, de horizontalidade em relação aos pais e companheiros. Tal compreensão resulta na releitura de institutos moldados, outrora, segundo estereótipos, mas, no presente, atentos ao ideal de justiça entre homens e mulheres, como sugere o eudemonismo pelo qual se pauta o Direito das Famílias contemporâneo.

Problematiza-se esta concepção a partir do seguinte conteúdo que a preenche: o equilíbrio entre a identidade-eu e a identidade-nós em família. Esta dualidade que opera na esfera familiar inspira críticas das mais variadas vertentes – e, mesmo assim, parecem escassas as que partem da condição feminina.

Notoriamente, a individualização ou a coletivização excessivas dos temas correlatos às relações familiares pode gerar efeitos negativos. Sugere-se, assim, que a dicotomia entre intervenção ou abstenção estatal nestas questões é bastante limitada e, em certa medida, mítica⁶.

Por exemplo, e muito simplificada, as inúmeras formas de violência – não só a física – contra a mulher, ou o desequilíbrio entre trabalhos externo,

⁴ “A concepção da família não tem mais, hoje, por base a autoridade do homem, na suposição de ser o mais forte. Funda-se a família no amor, e vive na atmosfera da moral, sob a tutela do direito que, para os fins sociais, quer o desenvolvimento disciplinado da atividade de que cada um é capaz” (BEVILACQUA, Clóvis. **Código civil dos Estados Unidos do Brasil commentado**. 7 Ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1936, p. 125).

⁵ BEVILACQUA, Clóvis. **Em defeza do projecto de codigo civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906, p. 94.

⁶ OLSEN, Frances. El mito de la intervencion del Estado en la familia. *In*: **Genero y derecho**. Org.: Alda Facio; Lorena Fries. Santiago: La Morada, 1999, p. 289.

doméstico e materno, remanescem subestimados quando o movimento pende, egoisticamente, para a mera valorização dos anseios individuais no ambiente familiar, salvaguardando-os ao máximo de regulações externas, como se fossem estes quadros incomunicáveis.

Por outro lado, ilustrativamente, pela identidade coletiva, a orientação heteronormativa que prevalece na moral dominante ganha expressão ao fundamentar que a sociedade considera defensáveis apenas um e outro comportamentos sexuais, ou que certo casal deve ter, obrigatoriamente, a capacidade de gerar filhos para merecer guarida jurídica, por ser esta uma suposta função da conjugalidade.

Este equilíbrio não se resume à interferência que vem “de fora”. Considera-se, ainda, a identidade do “nós” como expressão do próprio plexo familiar que se reconhece como tal, e não só como sinônimo da sociedade como um todo. Com isso, pode-se configurar uma segunda ordem de dissonâncias: a dedicação descompassada de um único membro da família em prol dos outros, ainda que em detrimento do desenvolvimento individual.

Porque resistem, por trás de um proclamado equilíbrio, abismos concretos entre homens e mulheres, investiga-se em que medida aquele ideal de justiça tem se adequado à realidade. O ponto de partida para a concreção da análise destas personagens nas relações de família são as experiências delas, merecedoras de status superior em relação às insuficientes – embora imprescindíveis – formulações normativas, doutrinárias e jurisprudenciais produzidas pelo Direito⁷.

Destacam-se, para tanto, alguns aspectos dos universos reais e simbólicos femininos. Não se limita às narrativas das poucas que chegam aos tribunais, mas de algumas constantes semelhanças no contexto nacional. Almeja-se uma abordagem mais ampla, com o fito de experimentar, enfim, nas corporalidades femininas uma e outra formas confeccionadas no âmbito jurídico⁸.

⁷ “*Our understanding of law as a tool of reform is not meaningful if we do not extend out analysis from the written codes to actual legal practice and its impact on women’s lives*” (AL-SHARMANI, Mulki. Introduction. In: **Feminist activism, women’s rights, and legal reform**. Org.: Mulki Al-Sharmani London; New York: Zed Book, 2013, p. 15).

⁸ Utiliza-se a imagem de uma vestimenta que não serve para qualquer corpo. David Sanchez Rubio estabelece este interessante paralelo lembrando de conto que narra a feitura de uma roupa, por um alfaiate, que servia mal ao homem que a encomendou, gerando aparentes deformidades em seu corpo. Os transeuntes, porém, ignorando o equívoco na medição, comemoraram que um sujeito tão amorfo tivesse uma roupa que desse conta de vesti-lo. Para o autor, “evidentemente que direitos humanos não são como uma roupa. Isto há que ser compreendido metaforicamente. O que desejo

2. Perspectiva de análise

Enuncia-se, especificamente, a adoção de uma perspectiva de análise feminista, pois que esta pressupõe uma abordagem comprometida em desestabilizar dado contexto de desequilíbrio⁹.

A perspectiva de gênero, embora possa resultar em investigação semelhante a que se segue, não subscreve, *per si*, as mesmas premissas. Por vezes, aliás, até se recorre a ela para legitimar posição contrária à emancipatória¹⁰. Diferentemente, estas reflexões se orientam pelo reconhecimento da desigualdade e da opressão das mulheres no seio social, visando explicitar e desconstruir discriminações que as envolvem¹¹.

Em que pesem os reveses de se criar a inatingível expectativa de um discurso totalmente inédito e de se permitir a ressalva de que serve apenas a uma parcela delas, a escolha pelo viés feminista parece útil¹². A vantagem é a inserção crítica da figura da mulher e do significado do feminino, a qual se coteja, nesta oportunidade, às concepções contemporâneas do Direito das Famílias, nomeadamente, o eudemonismo, um ideal que sugere harmonia quanto ao individual e ao relacional em família.

Inexiste a pretensão de se despojar de contribuições diversas, mesmo de algumas que não se apresentam, explicitamente, como pró-feministas. O percurso

salientar é que de acordo com a maneira como pode ser concebido, o modelo ou padrão pode não atender determinadas parcelas da realidade humana a partir de formas culturais cujos universos simbólicos e corporalidades não se encaixam no padrão determinado pelo ‘alfaiate’ (RUBIO, David Sánchez. **Encantos e desencantos dos direitos humanos**: de emancipações, libertações e dominações. Trad.: Ivone Fernandes Morchillo Lixa; Helena Henkin. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014, p. 90).

⁹ “*La teoría feminista es a su vez, la producción teórica que se enmarca dentro del contexto feminista y que tiene como característica principal ser comprometida*” (FACIO, Alda; FRIES, Lorena. Feminismo, género y patriarcado. In: **Género y derecho**. Org.: Alda Facio; Lorena Fries. Santiago: La Morada, 1999, p. 9-10).

¹⁰ GASTRON, Andrea; AMANTE, Maria Angela; RODRÍGUEZ, And Rubén. Gender arguments and gender perspectives in legal judgments in Argentina. In: **Gender and judging**. Org.: Ulrike Schultz; Gisela Shaw. Oxford: Oxford and Portland Oregon, 2013, p. 311-312.

¹¹ CASTELLS, Carmen. **Perspectivas feministas en teoría política**. Paidós, Estado y Sociedad: Barcelona, 1996, p. 10.

¹² BARTLETT, Katharine. **Feminist legal methods**. In: Harvard Law Review, Cambridge, v. 103, n. 4, Fevereiro 1990.

empreendido se vale de teorias críticas do Direito¹³ que objetivam a emancipação, ainda que em sentido mais amplo ou até mais restrito, aplicado a outros grupos vulneráveis, e que se enviesou às mulheres.

Igualmente, entre elas, existem grupos bem mais vulneráveis que outros¹⁴. Por consequência, o futuro da abordagem jurídica feminista das relações familiares parece residir na interseccionalidade¹⁵. Verifica-se, porém, que as produções científicas neste sentido são ainda germinais. Consideradas somente as iniciativas nacionais, já são bastante escassas as que se valem da perspectiva feminista; as que fazem da mulher a protagonista de investigação crítica no campo do Direito das Famílias. Daí a necessidade de se recorrer, com frequência, à literatura estrangeira.

Desta feita, a proposta de quebrar o hiato, ainda que só considerada a perspectiva eudemonista, pode preceder voo mais afinado às percepções atualizadas de se selecionar uma ordem específica de personagens – como as mulheres pobres, negras, lésbicas, transexuais, meninas ou idosas.

Pautou-se pelos relacionamentos heterossexuais e pelas adultas, citando, eventualmente, a complexidade em torno dos relacionamentos homossexuais e da experiência infanto-juvenil feminina. Quanto aos cortes socioeconômico e racial, quando foi possível agregar dados para tanto, indicaram-se as preocupantes condições de risco envolvendo pobres e negras, referenciais no olhar sobre a vida negada.

A pretensão é que não se recaia no silêncio absoluto sobre estas figuras imensamente atingidas em nosso contexto, afastando, mesmo que de modo insuficiente, a avaliação de que o discurso soa homogeneizado por demais.

Outrossim, em face do descrédito em relação ao feminismo reproduzido pelo senso comum¹⁶, também na seara acadêmica, na esteira do Direito, deve se fundar

¹³ Como algumas lições extraídas, ao longo do texto, da teoria crítica dos direitos humanos e do direito civil-constitucional.

¹⁴ A este respeito: MALIK, Maleiha. 'The branch on which we sit': multiculturalism, minority women and family law. In: **Feminist perspectives on family law**. Org.: Alison Diduck; Katherine O'Donovan. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006.

¹⁵ Recentes delimitações teóricas, paradigmáticas e metodológicas têm procurado abrir caminhos neste sentido. Veja-se: FEW-DEMO, April. **Intersectionality as the "new" critical approach in feminist family studies**: involving racial/ethnic feminisms and critical race theories. In: *Journal of Family Theory & Review*, Hoboken, n. 6, Junho 2014, p. 169-183.

¹⁶ Não se refere às experiências marginalizadas, culturais e populares que podem se associar ao termo, mas sim ao estereótipo construído pela grande mídia e recepcionado, de bom grado, pela

espaço de relevância deste posicionamento na construção teórica, a fim de que sirva, em alguma medida, à prática da militância, à prática profissional jurídica e, acima de ambas, à prática cotidiana de mulheres ainda marcadas pela negatividade associada à condição feminina¹⁷.

3. Plano de trabalho

O presente trabalho se estrutura em três capítulos. Afunila-se, na trajetória empreendida, a conformação da personagem mulher nos enunciados jurídicos, valendo-se da profícua interação entre discurso e realidade, entre abstração e concretude.

Apresentam-se, no primeiro momento, algumas das concepções que permeiam o Direito das Famílias contemporâneo. Selecionado como fio condutor da análise o equilíbrio entre os aspectos individual e relacional nas conjugalidades e nas parentalidades, constata-se que remanescem tensões quanto à compreensão da relação entre família e Estado; bem como quanto à relação de dependência e independência que os membros daqueles arranjos estabelecem entre si. A identidade-eu e a identidade-nós importam a ambas as abordagens.

Relevantes reflexões que resistem ou que subscrevem o estágio atual das análises jurídicas das relações familiares se confortam em referida dialética. O pensamento feminista agrega conteúdo ao oferecer um viés de gênero à análise dos descompassos reais em família, sugerindo que às mulheres se agregam mais ônus e, aos homens, mais bônus derivados da intersubjetividade, condição que pode permanecer ocultada pelos discursos produzidos na seara em comento.

Emerge, assim, a indagação sobre se as possibilidades emancipatórias perdem potência frente à ainda subjugada condição feminina, especialmente quando

mentalidade predominantemente sexista e opressora acerca das feministas. Sobre isso, constam algumas observações ao longo do trabalho.

¹⁷ “*I wish to argue that a feminist understanding of law is essential for anyone interested in achieving social justice through law and I would like to believe that no one can absolve themselves of the responsibility to pursue social justice for all members of society*” (DHANDA, Amita; PARASHAR, Archana. Introduction. In: **Engendering law**. Org.: Amita Dhanda; Archana Parashar. Lucknow: Eastern Book Company, 2007, p. 1).

considerados os espaços domésticos de coexistência, nos quais as mulheres terminam por assumir em demasia o cuidado com o outro.

Caso se entendam os cenários familiares como armadilhas infalíveis de perpetuação do heteropatriarcado, forçoso declarar o terreno desértico a qualquer crítica construtiva. Se, pelo contrário, reconhece-se que, embora arenoso, representa palco de tantas vivências femininas, deve também o Direito promover impulsos para que elas tenham condições de protagonizar as próprias histórias.

Neste sentido, é preciso que se envolva com as potências e as impotências contextuais do presente. Por isso, o segundo capítulo divide-se em dois momentos, explorando ora as potências proclamadas pelo Direito, ora as impotências vivenciadas pelas mulheres no cotidiano.

No primeiro momento, debruça-se sobre a transformação histórica dos enunciados jurídicos. Do total desequilíbrio entre a identidade-nós e a identidade-eu em família, evidente até meados do século XX, como ilustrou o Código Civil brasileiro, tende-se, cada vez mais, a um ponto de estabilidade. Todavia, ainda há amplo terreno ao olhar crítico.

Mesmo que não se apresente o Direito das Famílias como ferramenta de exclusão das realidades destoantes do padrão moral dominante, a divisão sexual entre os papéis afetivo e econômico é insistentemente reprisada nas práticas cotidianas, as quais, não raro, parecem indiferentes ao trato legal.

Considerada a dificultosa construção identitária dos indivíduos que fundam relações conjugais e parentais, não se pretende explicá-la exaustivamente. O caminho seguido no segundo momento desse capítulo consiste, portanto, em trazer indícios tanto do imaginário formador da condição feminina quanto da configuração real de tais personagens nas tramas conjugais e parentais.

Tangencia-se a percepção generalizada das mulheres com o objetivo de se problematizar que a renúncia constante entre elas, e menos entre eles, em nome da família, não representa necessariamente escolha racional de todas, mas, talvez, mera aderência, até circunstancial, a um padrão amplamente propagado, cobrado e incorporado¹⁸. E, para além dos universos simbólicos, extraem-se, de dados

¹⁸ “So the question then is, why do we women submit to all this? Why do we accept all this torture ‘voluntarily’? Certainly the major part of the response lies in the fact that our subjectivities are not merely a question of conscience. Our subjectivities do not walk alone in this world. On the contrary, they are embodied” (SARDENBERG, Cecilia. Ageing women and the cultural of eternal youth: personal and theoretical reflections from a feminist over sixty in Brazil. In: **Changing narratives**

estatísticos, elevados graus de disparidade em três eixos relevantes às possibilidades de empoderamento nos contextos familiares e que se sistematizaram no presente estudo.

Um deles é o eixo patrimonial. Trata-se de medir o desequilíbrio entre homens e mulheres no que toca o acesso ao patrimônio. Para tanto, impende investigar o acesso ao trabalho externo, a remuneração percebida por eles e por elas, a hierarquia dos cargos exercidos, entre outros vestígios de que as possibilidades de se ingressar e desenvolver-se como pessoa humana pela assunção do papel econômico não estão equiparadas, na concretude, por conta de aspectos sexuais.

O outro eixo, chamado relacional, reconhece a dualidade da realização e da responsabilização que o afeto implica em família. Deste modo, é democrático o espaço que compartilha tanto o que oferece quanto o que demanda a coexistência. Neste diapasão, divisão do trabalho doméstico e dedicação aos filhos exsurtem como interessantes indícios de descompassos reais.

Por fim, o eixo individual envolve a liberdade que se tem sobre o próprio corpo. Destarte, decorrem indagações sobre se a sexualidade e a intimidade delas apresentam tratamento horizontal em relação às deles. Outrossim, eventos eminentemente femininos, como a gravidez, sugerem dissonâncias relevantes que podem ser aventadas.

O terceiro capítulo expande os elementos de cada um desses três eixos e encerra, por ora, esta travessia, que parte dos enunciados jurídicos à vida nua. Vale-se da conjugação de temas relativos ao Direito das Famílias e que recebem influxos do entendimento contemporâneo às linhas do patrimonial, do relacional e do individual, tendo como referência as mulheres.

Ilustrativa, esta parte final discute como a conformação da condição feminina, no cotidiano, a um ser que existe para realizar o outro pode implicar na distorção de institutos caros ao Direito das Famílias, como pensão à ex-cônjuge ou companheira, guarda de filhos e investigação de paternidade.

Amarra-se, assim, a problemática enfrentada nos capítulos anteriores sobre os desequilíbrios entre o “eu” e o “nós” nas vivências conjugais e parentais. Não

explorar este acidentado terreno pode acarretar que, pelas mãos dos operadores jurídicos, subscrevam-se representações que não parecem ajustadas à realidade.

4. Justificativas metodológicas

Adotado um viés feminista, comprometer-se com uma única e forte teoria que guie todas as seguintes reflexões representa uma das estratégias de análise. Afinal, a rigor, não existe feminismo, mas feminismos. Exemplificativamente, há, entre outras, as insígnias do feminismo liberal, do feminismo cultural, do feminismo radical, do feminismo socialista, do feminismo crítico¹⁹. É, portanto, viável optar por uma única vertente de autoras, de diagnósticos e de soluções conforme a concordância com a corrente na qual se filiam.

Existe, porém, caminho mais aberto de se anunciar o feminismo como eixo condutor do estudo. Aventam-se, para tanto, métodos feministas de análise das relações familiares enlaçadas pelo Direito. Distancia-se, assim, da inflexibilidade proclamadora de uma versão do feminismo como superior às outras, o que costuma se agasalhar sob um manto de standard elevado de objetividade, de cientificidade e de certeza no trato da condição feminina²⁰.

Aplicados na seara jurídica, os estudos feministas, em geral, emergem da crítica de que norma, doutrina e decisão subestimam as reais relações de poder e identificam, na construção destes elementos, o ponto cego correspondente às mulheres²¹.

¹⁹ Tais correntes, mencionadas por Isabel Cristina Jaramillo, divergem sobre as pautas que exigem reforma no Direito das Famílias. Confira-se: JARAMILLO, Isabel Cristina. Family: the nuclear family as ideal. In: **Gender and sexuality in Latin America: cases and decisions**. Ed.: Cristina Motta; Macarena Saez. New York: Springer, 2013, p. 60-63.

²⁰ SMART, Carol. **Feminism and the power of law**. London: Routledge, 1989, p. 68.

²¹ BARTLETT, Katharine. **Feminist legal methods**. In: Harvard Law Review, Cambridge, v. 103, n. 4, Fevereiro 1990, p. 832.

Katharine Bartlett apresenta, a partir de tal premissa maior, três métodos legais possíveis. O primeiro se denomina “*asking the woman question*”, o segundo se denomina “*feminist practical reasoning*”, e o terceiro, “*consciousness-raising*”²².

“Perguntar pela mulher” significa indagar se determinados textos jurídicos consideram satisfatoriamente a condição feminina em suas formulações. Vale dizer, se a referência que os perpassa é andrógena; se acaba por prejudicar as mulheres e privilegiar os homens.

Por sua vez, a “razão prática feminista” contextualiza os enunciados normativos desde a experiência vivida pelas mulheres, desmitificando-os pelas tramas circundantes. Com isso, não se dicotomiza teoria e prática, mas se busca uma reconciliação de modo criativo e adequado através da exposição de uma série de dilemas e de inconsistências²³.

Já a “criação de consciência” consiste na articulação de grupos femininos nos quais se valoriza a narrativa individual para despertar, pelas analogias entre as experiências, a consciência da opressão em relação a todas. Trata-se de um meta-método que sustenta outros, como os dois primeiros.

O primeiro e o segundo métodos legais feministas propostos pela autora perpassam este trabalho. Ambos possibilitam acesso ao ponto de partida já explicitado nesta introdução, que é dar voz às experiências femininas reais em família, e não só aos enunciados provenientes do Direito.

Pergunta-se pela mulher, assim, em termos como os seguintes: no Direito das Famílias, reconheceram-se como direcionados a elas quais espaços? Contemporaneamente, o conflito entre trabalho e família é encarado com seriedade pelos enunciados jurídicos – compreendidas, inclusive, doutrina e jurisprudência? Determinadas compreensões têm potencial de impactar negativamente as mulheres? Há formas de opressão ocultas pela neutralidade normativa?

Em complemento, aplicar a razão prática feminista significa desestabilizar argumentos planos sobre os conflitos legais familiares. Não significa rejeitar a relevância dos enunciados jurídicos, mas localizá-los nos contextos reais. Assim, este método se alia, pelo tom crítico, ao anterior, por especificar as particularidades

²² BARTLETT, Katharine. **Feminist legal methods**. In: Harvard Law Review, Cambridge, v. 103, n. 4, Fevereiro 1990, p. 832.

²³ JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho, estudio preliminar. In: **Género y teoría del derecho**. Org.: Robin West. Bogotá: Siglo de Hombres Editores, Facultad de Derecho de la Universidad de Los Andes, Ediciones Uniandes, Instituto Pensar, 2000, p. 126-127.

da condição feminina. A “razão” que intitula a proposta não se constrói de maneira positivista, mas sim dinamicamente, comprometida com possíveis instrumentos de emancipação deste grupo oprimido.

O objetivo é problematizar que, embora tenham sido alguns contornos das famílias vividas apreendidos pelo Direito, não se pode tomar por verdadeiros os enunciados quando estes se distanciam do majoritário, sob pena de se recair em uma idealização arriscada que peca por apresentar como espelho o que é apenas projeto das vivências familiares, e para o qual ainda faltam inúmeros elementos de concretização. A superação de permanências quanto à compreensão da condição feminina é um deles.

CAPÍTULO I

Horizontes emancipatórios ao Direito das Famílias e a condição feminina

Para quem viaja ao encontro do sol, é sempre madrugada.

Helena Kolody

1.1 Compreensões sobre a identidade-eu e a identidade-nós em Direito das Famílias

Pensar as relações familiares através de perspectivas emancipatórias tem exigido um enfrentamento de uma gama de tensões contraditórias. Apenas para mencionar três linhas ideológicas influentes, e provocando uma primeira faísca, é possível colher da literatura do liberalismo, do anarquismo e do socialismo posicionamentos que visam, em última análise, ao desaparecimento da família²⁴.

Os argumentos passam pelos que veem nela um todo opressor, reconhecendo uma lógica inevitável de submissão pelo qual não se devem deixar seduzir os mais combativos, e seguem até os que vislumbram na família um fechamento tão significativo em relação à sociedade que não haveria por que legitimá-la frente a um plexo social maior que a supera em relevância.

Para além do que desemboca em uma compreensão aparentemente minoritária e até decrescente no contexto de produção do conhecimento atual – a que pugna pela simples extinção da família –, emergem vozes que inspiram profundas desconfianças quanto aos rumos do tratamento jurídico das relações familiares.

Tais inquietações não despertam só a crítica de segmentos apegados ao modelo convencional de estruturar e funcionalizar o todo familiar, mas também dos que lamentam a apreensão do novo pelo velho, à margem dos esforços da melhor

²⁴ CARBONNIER, Jean. **Droit civil**: La famille. Paris: Presses Universitaires de France, 1993, p. 21.

doutrina em possibilitar a compreensão das mais variadas realidades coexistenciais e identidades pessoais.

Entre os primeiros, menos dispostos a recepcionar relações estranhas ao padrão historicamente visibilizado, oxigena-se, hodiernamente, a viuvez pelo arcaico em Direito das Famílias através do conceito de interesse público aplicado à seara, rejeitando a compreensão mais atual de que a família existe para realizar os seus membros, e não a expectativa majoritária do meio do qual estes participam²⁵.

Evocar o interesse público na seara familista para que haja afastamento das entidades familiares plurais soa como sintonizar os novos tempos a uma *ratio* anteriormente coroada pelo ordenamento jurídico. É renovar compromisso com um determinado modelo de instituição, como se esta funcionasse autônoma e independentemente dos indivíduos que a formam, e cujo sucesso dependeria de uma submissão ao rol de funções esperadas de filhos, de pais e de cônjuges.

Estas atribuições, historicamente, acompanharam os cortes sexista e geracional das famílias, o que se operou através de um traçado patriarcal. Tal desenho se revela em:

(...) um modelo de família legítima, matrimonializada, patriarcal, hierarquizada, patrimonializada e transpessoal, fundada em um vínculo matrimonial indissolúvel, na indissociabilidade, entre a relação conjugal e a paterno-filial, com papéis familiares inflexíveis e com destaque à proteção da consanguinidade na filiação²⁶.

²⁵ Alguns autores podem ilustrar a conclusão. Um da doutrina estrangeira sustenta, por exemplo, que é preciso limitar o reconhecimento de famílias incapazes de procriar, considerando esta uma pauta do interesse social. Assim justifica: “*The social interest is in protecting and promoting the kind of relationships that are the social infrastructure of society and that cultivate the civic virtues needed for a stable, well-functioning liberal democracy (...). The challenge of law is to liberate individuals to form potential beneficial bonding relationships as much as possible without undermining the public interests, and to promote the public interests to the maximum degree possible without unduly burdening the pursuit by the formation of private relationships*” (WARDLE, Lynn. Reconciling private autonomy and public interests in family law. In: Org.: Liber Amicorum; Walter Pintens. **Confronting the frontiers of family and succession law**. Cambridge: Intersentia, 2012). Entre nós, contrariando a perspectiva de que a família deve ser entendida como realização dos indivíduos através do afeto e pugnando por uma disciplina rigorosa do casamento: “(...) o melhor interesse da família é também o melhor interesse público, vez que é na família que se formam as futuras gerações – e é por isso que todas as civilizações sempre regularam, de uma forma ou de outra, o casamento” (CABELEIRA, Caio Martins. **A ditadura do afeto**: uma crítica à introdução do sentimento como valor jurídico. In: Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 79, 2014).

²⁶ CARBONERA, Silvana Maria. Aspectos históricos e antropológicos da família brasileira: passagem da família tradicional para a família instrumental e solidarista. In: **Direito das Famílias por juristas brasileiros**. Org.: Joyceane Bezerra de Menezes; Ana Carla Harmatiuk Matos. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 36.

Tais premissas envolvem tamanho simplismo na compreensão das relações humanas mais íntimas que se veem subjetividades, contextos e pulsões reduzidos a um script descritivo de performances do homem, como pai e marido; da mulher, como mãe e esposa; e da criança, como filho²⁷. Enfim, de como o todo deve funcionar a serviço de causas pretensamente maiores, que estão além dos interesses envolvidos na família.

A paz doméstica, a previsibilidade e a estabilidade social dependeriam, segundo tal lógica, da reprodução de papéis atribuídos externamente. São noções reprisadas até nossos tempos, embora com maior flexibilidade, e que já se espelharam rigorosamente na letra legal. Expressão melhor documentada, juridicamente, desta mentalidade ressoa no movimento codificador, e ainda repercute na compreensão do Direito das Famílias.

A concepção estratificada da família não se originou no imaginário moderno, mas nele se manteve presente²⁸. Passou a ser reproduzida pelo Estado, desde então entendido, como, se não única, principal fonte irradiadora de Direito, e que passa a se apresentar como responsável por disciplinar também a realidade afetiva.

Esta interferência se deu, em primeiro lugar, através de requisitos legais fechados à recepção de modalidades familiares destoantes do ideário dominante. Sintomático de um pensamento binário e redutor do plural, o trato civilista delimitou, historicamente, os espaços público e privado como para homens e para mulheres, respectivamente, restando claro, porém, que a superioridade deles também na esfera doméstica se dava pela voz de império, pela última palavra e pela sujeição de outros personagens, o que se explicava, pela mais acurada doutrina, como expressão de mero dado natural²⁹.

²⁷ Emprega-se o termo no masculino, pela neutralização de sexo e de gênero que o Direito pressupõe na vivência infanto-juvenil. Todavia, recentes pesquisas têm apontado que tais experiências são bastante distintas. Dados colhidos em 2013 e referentes às crianças brasileiras entre 6 e 14 anos atestam, por exemplo, que “enquanto 81,4% das meninas arrumam sua própria cama, 76,8% lavam louça e 65,6% limpam a casa, apenas 11,6% dos seus irmãos homens arrumam a sua própria cama, 12,5% dos seus irmãos homens lavam a louça e 11,4% dos seus irmãos homens limpam a casa” (PLAN INTERNATIONAL BRASIL. **Por ser menina no Brasil**: crescendo entre direitos e violências. São Paulo: Plan International Brasil, 2015, p. 13).

²⁸ Sobre algumas concepções anteriores: HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010, p. 119.

²⁹ Do autor do Código Civil de 1916, colhemos a explicação das nuances constantes no projeto: “Olhemos de frente a natureza e amoldemol-a às necessidades sociaes, sem desvirtual-a. Ella nos está claramente dizendo que individuos differentemente conformados estão destinados a

Pela via que obriga o lar a refletir certa expectativa externamente forjada, encara-se o fenômeno familista não como vivido e construído, mas sim como mero instrumento para a garantia de comandos morais dominantes, unívocos e pregados segundo um ideário conservador³⁰. É marginalizada, através desta perspectiva, qualquer resistência ao modelo heteropatriarcal prevalente.

Assim, mal se anuncia o despertar de um indivíduo em família menos amarrado ao poder regulador do Estado – o qual se prestou, nos últimos anos, à esfera doméstica, mais para moldar comportamentos dos envolvidos e menos para coibir a opressão – e já se ressuscitam argumentos que reduzem o todo familiar a uma ordem exterior aos indivíduos, a fim de sufocar as mais contemporâneas perspectivas inclusivas.

A naturalização da família patologiza o diverso³¹, prescreve funções desconectadas da realidade aos indivíduos, reduz demasiadamente o complexo e desumaniza quem forma tal grupo. Por isso, a inquietação quanto à inadequação dos vínculos afetivos a um suposto interesse público, cujo conteúdo se preenche, especialmente neste caso, nebulosamente, parece injustificada.

Em sentido oposto, destaca-se a concepção que limita tanto quanto possível a intervenção estatal no ambiente doméstico. A partir do argumento da autonomia privada, pugna-se para que o Estado permita a máxima liberdade nas relações conjugais e parentais. Deve surgir, neste contexto, apenas pela lógica da *ultima ratio*.

O pressuposto que acompanha tais conclusões é a defasagem das hierarquias nesta esfera privada – que ainda guardaria relevantes distinções em relação à pública – a partir da Constituição Federal de 1988. Assim, tais vozes,

funções diferentes. Na família, deve a mulher gozar de direitos eguaes aos do homem, cabendo-lhe uma esfera de acção propria, distincta, porém harmonica com a de seu marido. Mas, sendo a familia uma organização social, deve ter uma direcção, e essa só póde ser confiada ao homem, sobre cujos hombros pesam as principaes responsabilidades da vida em commum, ao homem que, no dizer de Spencer, tem um espirito mais judicioso e uma constituição mais solida” (BEVILACQUA, Clóvis. **Em defeza do projecto de codigo civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906, p. 94-95).

³⁰ PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo. **Institutos fundamentais do direito civil e liberdade(s)**: repensando a dimensão funcional do contrato, da propriedade e da família. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2011, p. 317.

³¹ Tradicionalmente, a negação do padrão dominante, em termos de sexualidade, tomou-se como negação do sadio no discurso médico. A tendência emancipatória é promover o afastamento da argumentação meramente biologistica a fim de que não se tratem a identidade e o afeto dos sujeitos como objetos puros de investigação fria. Sobre a “verdade” acerca do sexo pretendida pela medicina, confira-se: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 3 Ed. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

condensadas, por exemplo, no discurso do Direito de Família mínimo, reconhecem o espaço familiar precipuamente como de afeto e de segurança, mas advertem que eventualmente apresenta disfuncionalidades, casos aos quais o Estado deve atenção³².

A propósito, cabem problematizações contextuais. É possível complexificar o argumento acerca da interferência equilibrada de entes externos, como o Estado, na delimitação da conjugalidade e da parentalidade, tendo em conta as impactantes influências religiosa, midiática, cotidiana, das experiências individuais, sobre o significado que tem a família e o significado que têm os papéis masculino e feminino na sociedade. E, ainda, indagar quanto sobra, do argumento da horizontalidade dos cônjuges sobre os próprios rumos e do compromisso equânime dos pais pelas crianças, quando constatados tantos vestígios que denotam resistência aos avanços enunciados. É possível questionar, enfim, a respeito da efetiva emancipação que experimentariam as famílias se considerado referencial apenas este viés negativo da liberdade³³.

Vistas tais percepções, a que aproxima e a que rejeita espaço ao Estado, conflitantes em relação ao papel a ele atribuído, outra vertente acompanha o Direito Familista contemporâneo. Expõe, por sua vez, linha de pensamento descrente da ressignificação da família pelos juristas. Logo, esvazia a expectativa em relação às possibilidades oferecidas não só pela própria família, mas principalmente pelo Direito que dela trata.

Neste diapasão, identificam-se aqueles que consideram o movimento inclusivo de outras realidades às respectivas garantias jurídicas como higienizador, neutralizador do diverso e possivelmente um desserviço ao potencial emancipatório que detêm³⁴.

³² ALVES, Leonardo Barreto Moreira. **Direito de família mínimo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

³³ Veja-se: PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo. **Institutos fundamentais do direito civil e liberdade(s)**: repensando a dimensão funcional do contrato, da propriedade e da família. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2011.

³⁴ Ilustrativamente: "(...) pretendo contribuir chamando a atenção para o perigo de as uniões entre pessoas do mesmo sexo, contagiadas por um certo romantismo um tanto ingênuo, deixarem-se subsumir em um modelo fusional, cujas consequências deixam praticamente intocados e absorvem arranjos machistas e heterossexuais que costumam apresentar-se nas uniões estáveis; tudo sem esquecer do caráter patrimonial que caracteriza a prática dos indivíduos envolvidos nestas relações, caráter este, referendado e estimulado pela legislação e jurisprudência das uniões estáveis" (RIOS, Roger Raupp. *União homossexuais: adaptar-se ao direito de família ou transformá-lo?* Por uma nova

Com efeito, tal desconfiança apresenta-se mais tormentosa de ser enfrentada. Sugere-se, inclusive neste trabalho, no último capítulo, que superar as condições que geram práticas historicamente opressoras tem se mostrado mais hercúleo que meramente rebatizar certo contexto³⁵ ou lhe convidar para que desfrute de uma ou de outra consequência jurídica encontrada na disciplina legal das famílias.

Assim, destaca-se o receio de que aquelas experiências que ficaram reiteradamente invisíveis ao Estado sejam aos poucos cooptadas através de um processo assimilatório que as torna quase idênticas às conjugalidades e às parentalidades convencionalmente aceitas.

Não por menos, a muitos que empunham como premissa norteadora perspectivas transformadoras da condição atual têm restado reconhecer que “a concepção de formas alternativas de domesticidade, que não sejam sexualmente estereotipadas, tem sido, em tempos recentes, um domínio particularmente empobrecido do pensamento utópico”³⁶.

Ao marcar o sexismo como bastante responsável por tanto, como sugerido acima, envereda-se, enfim, pelo pensamento atento à condição feminina quanto ao papel do Estado e do Direito, e especialmente do Direito das Famílias.

Parte das vozes que se prestam a repensar a negatividade da personagem mulher em diversas esferas responde pelo significativo “*feminismo*”. Entre a produção teórica, o movimento social e a performance cotidiana que se pautam pela mesma insígnia, reconhece-se uma vasta amplitude de significados, sendo o denominador comum o reconhecimento da condição de vulnerabilidade em que se encontra a mulher³⁷.

modalidade de comunidade familiar. In: **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Org.: Miriam Grossi; Anna Paula Uziel; Luiz Mello. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 125).

³⁵ Por tal razão que Pierre Bourdieu considera vaidosa a pretensão pós-moderna, quanto à dominação masculina, de ultrapassar os dualismos apenas pelo discurso, pois “os gêneros, longe de serem simples ‘papeis’ com que se poderia jogar à vontade (à maneira das *drag queens*), estão inscritos nos corpos e em todo um universo do qual extraem sua força” (BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 7 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 122).

³⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 336.

³⁷ Prefere-se trabalhar com a ideia de vulnerável ao invés de vítima, para reforçar que a consciência da condição negativa em dado contexto não se resume a reduzir um grupo como violado e outro grupo como violador, mas envolve refletir sobre as desvantagens reais em razão de uma característica específica ou do acúmulo delas, como sexo, gênero, idade, raça, classe social. Neste sentido de reflexão da vulnerabilidade vivida e construída em quadros de injustiça, discriminação,

No campo jurídico, e particularmente no Direito Civil, ainda escassas as iniciativas que têm por norte tal premissa. Referido distanciamento parece contribuir para que parte da produção teórica feminista rejeite os instrumentos jurídicos como capazes de operar substancial libertação delas em nossa realidade, que ainda é esmagadoramente reprodutora de relações de dominação³⁸.

É importante que a crítica acompanhe o pensamento jurídico para desmistificar a família, dando, enfim, voz à sua “versão real”, não à sua “versão plástica”³⁹. E assim enfrentar, tanto quanto possível, vivências de opressão conjugal e de excessiva entrega parental por uma das partes para promover vivências verdadeiramente democratizadas e de corresponsabilidade.

Comungam os posicionamentos apresentados como céticos, embora desapegados da velha lógica, em relação ao Direito das Famílias, precisamente desta agitação de águas pretensamente calmas, promovendo rupturas nos tratos legal e social das relações familiares. Não se desfaz dos apontamentos presentes nas críticas acima descritas, com as quais se compartilham inquietações.

Apesar disso, não se ignoram, em absoluto, as potencialidades oferecidas pelas famílias. Fosse assim, o esforço resultaria no sarcasmo da desilusão só pelo prazer de desiludir⁴⁰. Ao contrário, as vivências conjugal e parental não necessariamente conduzem à dominação, mas também podem operar segundo perspectivas emancipatórias dos sujeitos envolvidos.

opressão, violência e exploração que obstaculizam dignidade, liberdade e igualdade para realização de determinadas identidades, confira-se: DINIZ, Debora. A vulnerabilidade na bioética. In: **Bioética: ensaios**. Org.: Sérgio Ibiapina Costa; Debora Diniz. Brasília: Letras Livres, 2001.

³⁸ Confira-se diagnóstico de Costa Douzinas, a propósito dos direitos humanos: “Não é este precisamente o funcionamento dos direitos humanos também? As reivindicações e lutas pelos direitos humanos trazem à tona a exclusão, a dominação e a exploração, bem como os conflitos inevitáveis que permeiam a vida social e política. Mas, ao mesmo tempo, elas escondem as raízes profundas do conflito e dominação ao enquadrar a luta e a resistência em termos de paliativos legais e individuais que, se bem sucedidos, levam a pequenas melhorias de indivíduos e a um rearranjo insignificante do edifício social” (DOUZINAS, Costa. Os paradoxos dos direitos humanos. Trad. Caius Brandão. In: **Pensar os direitos humanos: desafios à educação nas sociedades democráticas**, Goiânia, v. 1, n. 1, 2011, p. 11).

³⁹ FACHIN, Luiz Edson. **Direito civil: sentidos, transformações e fins**. Rio de Janeiro: Renovar, 2015, p. 157.

⁴⁰ A expressão de Virginia Woolf, presente na obra “O Farol”, é lembrada por Pierre Bourdieu (**A dominação masculina**. 7 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 129).

1.2 Sobre perspectivas emancipatórias em famílias

Impulsionar um modo de abertura de caminhos para o pleno desenvolvimento intersubjetivo em família é passo desafiador que exige considerar um contexto amplo de consonâncias e dissonâncias.

Independentemente do que está normatizado, é preciso reconhecer que ainda prevalecem dinâmicas ou lógicas de dominação, observadas em “relações nas quais os seres humanos são discriminados, interiorizados, marginalizados e/ou eliminados, sendo considerados objetos”⁴¹.

Por outro lado, “as dinâmicas de emancipação se estabelecem através de relações em que os seres humanos se tratam uns aos outros como sujeitos, reciprocamente e de forma horizontal, solidária de acompanhamento e de respeito”, permitindo-lhes dar sentido à própria existência⁴².

Diante disso, podem se apresentar divorciados o normatizado, o praticado e o emancipado⁴³. São três linhas que correm paralelas entre si. Eventualmente, têm pontos coincidentes, em especial se considerada uma compreensão crítica acerca do normatizado no Direito Civil.

Destaca-se posicionamento que não reduz tal eixo à codificação, maestra do reducionismo do plural à exaustividade textual da lei, mas aquele que inova ao oxigená-la por uma lógica de emancipação. Nesta esteira, a partir da constitucionalização do Direito Civil, Luiz Edson Fachin apresenta, contemporaneamente, a tríade entre o formal, o substancial e o prospectivo⁴⁴, em lição que dialoga com os outros três aspectos acima propostos.

⁴¹ RUBIO, David Sánchez. **Encantos e desencantos dos direitos humanos**: de emancipações, libertações e dominações. Trad.: Ivone Fernandes Morchillo Lixa; Helena Henkin. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014, p. 66.

⁴² RUBIO, David Sánchez. **Encantos e desencantos dos direitos humanos**: de emancipações, libertações e dominações. Trad.: Ivone Fernandes Morchillo Lixa; Helena Henkin. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014, p. 66.

⁴³ Tal separação foi proposta por Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua em palestra proferida em 22 de outubro de 2014, na Universidade do Estado do Mato Grosso, intitulada “Direito, participação cidadã e vulnerabilidade social”.

⁴⁴ FACHIN, Luiz Edson. **Direito civil**: sentidos, transformações e fins. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

Conforme dispõe o autor, a primeira instância, formal, trata da regra positivada, seja no âmbito constitucional ou infraconstitucional. Pode ser relacionada a um perfil do que se propôs como direito normatizado, quando este opera segundo uma mentalidade codificada.

A segunda instância, referente ao substancial, pode ser relacionada ao que se propôs como um outro perfil do direito normatizado, qual seja, o que opera segundo uma compreensão emancipada do ordenamento jurídico, atentando para a principiologia e para a fundamentalidade extraídas explícita ou implicitamente da Constituição.

Por fim, conclui o autor ser a terceira instância, prospectiva, parte da hermenêutica que reconstrói significados aplicados aos significantes, considerando inclusive o que se vê negado, faticamente, em uma Constituição mal concretizada. Significa, pois, projetar realidades para um porvir mais emancipado.

Referida “Virada de Copérnico” representa marco na ampliação de direitos e garantias, consagrando o pleno acesso, também nas relações interprivadas das famílias, à fundamentalidade que se confunde, em conteúdo, ao que vale também aos direitos humanos⁴⁵. De qualquer modo, conforme se diagnosticou em outro contexto latino-americano, se os direitos já têm campo para se enunciarem na perspectiva emancipada, o que falta é que sejam refletidos nas práticas correntes⁴⁶.

Sob lentes críticas, se deixada de lado a mentalidade codificada, portanto, é possível reaproximar o normatizado e o emancipado. Ainda assim, pode quedar pouco atingido o praticado, aqui entendido principalmente como vivências cotidianas que reproduzem, rejeitam ou inovam os modelos enunciados no âmbito do Direito.

Evidentemente, a prática das relações juridicamente tuteladas pode se distanciar largamente de qualquer vertente emancipatória. Tal afirmativa pode causar estranhamento, já que é a própria realidade que inspira a compreensão mais emancipada do direito normatizado, especialmente se considerado o Direito das Famílias.

⁴⁵ “Portanto, mesmo não havendo um conceito fechado determinado dos direitos humanos e fundamentais, ou ainda um fundamento consensual destes, nota-se que todos convergem distintamente à ideia da dignidade da pessoa humana” (FACHIN, Melina Girardi. **Direitos humanos e fundamentais do discurso à prática efetiva**: um olhar por meio da literatura. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2007, p. 76).

⁴⁶ BIRGIN, Haydée. Introducción. In: **El derecho en el género y el género en el derecho**. Buenos Aires: Biblos, 2000, p. 3.

Analisando os diversos perfis de liberdade, constata-se que na insubordinação às interdições sociais, nas relações afetivas, deve-se imprimir, pelo reconhecimento da coexistencialidade, eficácia jurídica⁴⁷. Porém, não se pode olvidar que são majoritárias as vivências que reproduzem a dominação, refutam tímidos avanços violentamente e criticam com dureza qualquer inovação.

Aí se conclui como espelhados, na realidade social, desigualdade de sexo, de gênero⁴⁸ e responsabilidades parentais às avessas de uma premissa emancipadora. Apenas à guisa de exemplos introdutórios, colaciona-se que a violência doméstica respondeu por 71,8% dos 43 mil homicídios de mulheres no Brasil na última década. O país ocupa o 7º lugar no ranking mundial de feminicídios⁴⁹. Entre nós, elas ainda ganham menos que seus companheiros, indicando desigual acesso ao patrimônio⁵⁰.

No ranking mundial de assassinatos por homofobia, mais um possível sintoma do heteropatriarcado, ocupou o Brasil o 1º lugar, com 44% de todas as execuções no ano de 2011⁵¹. E, por fim, no que concerne o eixo da parentalidade,

⁴⁷ PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo. **Institutos fundamentais do direito civil e liberdade(s)**: repensando a dimensão funcional do contrato, da propriedade e da família. Rio de Janeiro: GZ, 2011, p. 335-336.

⁴⁸ O trabalho se vale tanto do conceito de sexo quanto de gênero. Segundo definição consolidada, gênero corresponde aos atributos construídos cultural e socialmente, ao passo que sexo se resume ao biológico, à genitália. A tratativa da transexualidade tem conduzido à afirmação de que nós tão fortes amarram tais conceitos que já não se pode abrir mão de mencionar quaisquer deles, sendo ainda incipiente torná-los mais complexos. Para Judith Butler, por exemplo, nenhum é natural, mas ambos ressignificados culturalmente.

⁴⁹ REVISTA IBDFAM. Editorial. **Tanto sangue**. Edição nº 98. Belo Horizonte: IBDFAM, Março de 2014, p. 03.

⁵⁰ A diferença constatada implica que a mulher ganhe aproximadamente 65% do salário do homem, abismo que aumenta conforme ambos se especializam, vez que há verdadeiro teto de vidro que as impede de ascender (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Relatório anual socioeconômico da mulher 2013**. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/01/RASEAM_interativo.pdf. Acesso em 28 de julho de 2014).

⁵¹ Os dados foram apurados pelo Grupo Gay da Bahia no Relatório de Assassinato de Homossexuais de 2011. É possível acessar a pesquisa pelo link: <http://www.ggb.org.br/assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20brasil%202011%20GGB.html>. O Relatório sobre Violência Homofóbica no País de 2012 também atesta que, a cada dia do ano analisado, aproximadamente 14 pessoas reportaram, de algum modo, ao Poder Público ter sofrido violência homofóbica, sendo as vítimas 71,38% do sexo masculino e 20,15% do sexo feminino. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>. Acesso em 19 de dezembro de 2014.

cerca de 500 mil crianças brasileiras sequer têm filiação paterna registrada, o que denota uma obscura faceta da figura do homem no cuidado pelo outro⁵².

Assim, resistir pode custar aos indivíduos suas próprias corporalidades. Até que se visibilizem e se promovam efetivamente realidades afetivas destoantes do padrão do heteropatriarcado, não serão raras, como não têm sido, as histórias que se encerram como as de vítimas ao final aniquiladas, ou de heroínas que contornaram todas as adversidades da violência e da opressão em um esforço sobre-humano para conquistar, enfim, um lugar ao sol⁵³.

Os caminhos para a fundação da própria identidade, para a autodeterminação e para as possibilidades de realização pessoal, temperada pela responsabilidade e pela alteridade, não podem, porém, ser tão árduos quanto exigem o vitimismo e o heroísmo.

Aproximando tal conclusão da resistência ao heteropatriarcado pela personagem mulher, tem-se que:

Demanda grande esforço à mulher sua busca pela integração social em igualdade material com o homem. Afastar-se de concepções as quais pregam ser “natural” sua função de “rainha do lar” reclama um espírito crítico; divergir daqueles quem tão-só lhe imputam sua “especial vocação” à maternidade, não aceitar, de forma pacífica, o “tornar-se mulher” – bem preconizado por Simone de Beauvoir – requer inquietudes existenciais⁵⁴.

Retomando o desenho explicativo proposto, através da resistência não só aos modelos reconhecidos juridicamente, mas também aos impostos socialmente, alguns pontos fogem desta linha robusta do que é praticado. Passam então a correr junto à linha do emancipado e, com acerto, eventualmente, são apreendidos pelo direito normatizado.

Contudo, que atenção se dá àquela linha da qual escapam, a duras penas, algumas iniciativas e que corre imune, invisível e, por vezes, distante de quaisquer premissas emancipatórias?

⁵² THURLER, Ana Liési. **Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

⁵³ Inspira-se nos perfis extraídos da seguinte obra: BIBARS, Iman. **Victims and heroines: women, welfare and the Egyptian State**. London: Zedbooks, 2001.

⁵⁴ MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **As famílias não fundadas no casamento e a condição feminina**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 95-96.

Com perplexidade é que também se percebe que a singelos fragmentos de toda uma realidade vivida e fundada na dominação, tenta-se aplicar, quando se tornam fenômenos visíveis aos operadores do Direito, pelo normatizado e pelo emancipado, uma lógica insustentável.

Veja-se, em explicação ainda abstrata e inicial, que muitas vezes o que se edifica pela conjugalidade só chega a tais agentes após desabado. Não se extrai mecanicamente dos destroços que a história do casal refletiu uma lógica de dependência destrutiva, de reificação da companheira e mãe como cuidadora de todos os vínculos afetivos familiares, e de negação de sua humanidade, reafirmada, ao revés, sua figuração generalizada como fêmea⁵⁵. Como fazer valer, a partir deste ponto, a horizontalidade lida pelo Direito na relações contemporâneas?

Pois bem, que uma regulação emancipada não gere, necessariamente, uma relação emancipada, é resultado do que é majoritariamente refletido na intimidade dos lares e se constrói cotidianamente distante do olhar dos juristas. Não impressiona a resistência de parte da reflexão atenta à vulnerabilidade da mulher, destacado o feminismo, em dialogar com juristas, até com os que visam à ativação de uma lógica avessa à convencional.

A lógica que persiste ao lado é, muitas vezes, de dominação, não só porque naturalizado qualquer dado da realidade, mas porque pouco se problematiza acerca da reprodução do que já se queria decretar superado. Ainda que se volte às incoerências entre direito normatizado e direito emancipado, impende cotejar as incoerências identificadas no plano do praticado, as quais se apresentam dolorosamente gritantes em nosso cenário.

Neste sentido, não é possível que os ideais proclamados no âmbito jurídico sejam tomados como referências prioritárias na análise das relações familiares hodiernas, tampouco que os enunciados exclusivamente produzidos nesta seara se apresentem como as únicas ferramentas capazes de explicitar a complexidade do cenário real.

Assim sendo, é preciso enfrentar a realidade, ao menos com o fulcro de desestabilizar o terreno sobre o qual se edifica o Direito das Famílias. A miopia quanto ao disfuncional parece conduzir, no mínimo, à insensibilidade jurídica:

⁵⁵ A reflexão vem de Simone de Beauvoir: “O homem é definido como ser humano e a mulher é definida como fêmea. Quando ela comporta-se como ser humano ela é acusada de imitar o macho”.

É por meio da hermenêutica como compreensão e ação constitutiva do próprio sujeito que se alcançará a imperiosa sensibilidade jurídica à reinvenção e renovação do Direito, reconhecendo-se as necessidades do presente e conformando-lhe um modo de olhar socialmente eficaz⁵⁶.

Faz-se necessário que perspectivas emancipatórias ressoem de modo mais impactante nas relações familiares praticadas. Isso significa confrontar a lógica de dominação que ainda prevalece, ao menos revelando-a.

A intenção é insistir profundamente nas tramas sociais que seguem reconhecendo no outro mero objeto ou sujeito negativamente diferenciado, o que se dá inclusive pelo aspecto sexual⁵⁷.

O ponto de partida, afinal, não pode ser somente o estado de arte do Direito, mas sim do contexto social com que se trabalha e que se apresenta como preocupante quando tomada uma perspectiva emancipatória⁵⁸.

Assim sendo, se tem soado, no campo jurídico, como conquistada certa neutralidade no trato entre homem e mulher, não se pode, com isso, obscurecer a existência de descompassos reais, insistindo em vislumbrar equivalência onde não existe⁵⁹. As experiências devem se sobrepôr à generalidade e à abstração dos enunciados.

A negação da própria condição de sujeitos a certas personagens da família implica descartar de vez a explicação deste todo como sufocador das identidades conviventes. Trata-se, em suma, de temperar realização pessoal e responsabilidade pelo outro em família.

O passo além está em questionar se este duplice caminho se apresenta igualmente aberto a todos os membros de uma família ou se ainda há obstáculos a serem superados.

⁵⁶ FACHIN, Luiz Edson. **Direito civil: sentidos, transformações e fins**. Rio de Janeiro: Renovar, 2015, p. 146.

⁵⁷ RUBIO, David Sánchez. **Encantos e desencantos dos direitos humanos: de emancipações, libertações e dominações**. Trad.: Ivone Fernandes Morchillo Lixa; Helena Henkin. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014, p. 68.

⁵⁸ FACHIN, Luiz Edson. **Direito civil: sentidos, transformações e fins**. Rio de Janeiro: Renovar, 2015, p. 89.

⁵⁹ DIDUCK, Alison; O'DONEVAN, Katherine. Introduction: feminism and families plus ça change?. In: **Feminist perspectives on family law**. Org.: Alison Diduck; Katherine O'Donevan. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006, p. 6.

1.3 Sobre indivíduos e famílias

Em analogia feita entre indivíduo e sociedade por Norbert Elias, consta que uma melodia não são notas individuais, tampouco a mera soma delas⁶⁰. De fato, a música não existe pela sonoridade isolada de uma nota e não existe por si mesma, mas resulta da relação que se estabelece entre as singularidades de início impotentes e incapazes de produzir som. Assim se pensa a família: o indivíduo se constrói por interações que dela decorrem, mas não sucumbe o que tem de próprio diante do todo familiar.

Em outras palavras, as singularidades de início impotentes se potencializam nas relações familiares sem sufocar a individualidade nem fazê-la de arma contra o desenvolvimento alheio. Entende-se a coexistência como o que faculta a construção de qualquer pessoa, como o que lhe dá margem de se expandir ou de se limitar⁶¹.

Trata-se, pois, de uma interação complexa entre individual e coletivo que enseja discussão. Jean Carbonnier questionava desde logo, introduzindo seu curso de Direito Civil, se é possível conciliar indivíduo e família, dada a crescente intervenção do Estado no lar na proteção de vulneráveis, especialmente das crianças – e a resistência que não raro se enfrenta para tanto⁶² –, e, além disso, o já mencionado ceticismo de muitos quanto às vantagens de ser família para a realização de qualquer um e do outro com quem se convive⁶³.

Neste debate, é possível revisitar a tensão entre indivíduo e todo, especialmente se recordada a concepção contemporânea da família. Em outras palavras, o todo familiar não mais deve ser tido como um fim em si mesmo, mas como meio de realização de cada membro da família. Segundo se enuncia, é livre de hierarquias anacrônicas e autoritárias, e prevê ainda a responsabilização

⁶⁰ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Org.: Michael Schroter; Trad. Vera Ribeiro; Rev. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 16.

⁶¹ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Org.: Michael Schroter; Trad. Vera Ribeiro; Rev. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 51.

⁶² Rememora-se, por exemplo, do acalorado debate acerca da Lei da Palmada, assim apelidada pela imprensa brasileira. Refere-se ao Projeto de Lei 7672/2010, que visa à proibição de castigos físicos e tratamentos cruéis ou degradantes na educação de crianças e adolescentes.

⁶³ CARBONNIER, Jean. **Droit civil**: La famille. Paris: Presses Universitaires de France, 1993, p. 25.

crescente pelo outro, em especial pelos filhos, sendo o aspecto patrimonial de importância decrescente diante do existencial.

Assim, proclama-se primitiva a família como célula do Estado que se move organicamente e que deve ser preservada mesmo às custas da felicidade de quem a integra. Enuncia-se mais contemporânea a família como célula de uma sociedade livre, justa e solidária, deste modo atenta à identidade-nós, e que só deve perdurar enquanto satisfizer os indivíduos que dela participam, deste modo atenta à identidade-eu⁶⁴.

Reconhece-se, comumente, em nosso tempo, um contexto de individualização que se reflete no todo familiar⁶⁵. Não se trata, porém, referido olhar de um que se projeta para si próprio em detrimento do outro. De uma realidade familiar que de tão coletivista suprime a peculiaridade de cada qual para outra que, em hedonismo narcísico, é individualista, ruma-se ao equilíbrio da balança capaz de confrontar a tensão entre a identidade-nós e a identidade-eu no lar. Em família, “o ideal é a alternância entre um ‘eu-sozinho’ e um ‘eu-com’”: nem o fechamento egoísta sobre si nem a dedicação excessiva ao outro”⁶⁶.

Compromete-se, enfim, decisivamente com um olhar voltado mais para a realização de cada indivíduo no contexto familiar que para a realização da própria instituição como projeto autônomo que deve se preservar estável a qualquer custo.

Afirmado este comprometimento com a dignidade dos personagens em família calcada na coexistencialidade, é preciso, porém, voltar os olhos às realidades experimentadas pelos sujeitos reais que nela se desenvolvem e refletir sobre como o Direito das Famílias interfere neste caminho de realização através das relações que disciplina.

Destarte, um número crescente de intersecções pode ser traçado para delimitar possíveis atributos de cada um dos indivíduos da família que, resumidamente, tornam-no mais ou menos vulnerável neste contexto. Trata-se de

⁶⁴ Enunciada a família como base da sociedade, é preciso reforçar os contornos desta como livre, justa e solidária, nos termos no art. 3º, I, da Constituição de 1988. O aspecto da realização individual, por sua vez, pode se identificar no art. 226, parágrafo 8º.

⁶⁵ Neste sentido: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICHHELLI, Vincenzo. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

⁶⁶ SINGLY, François de. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: **Família e individualização**. Org.: Clarice Ehlers Peixoto; François de Singly; Vincenzo Cichelli. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 17.

percepção que desafia a pretensa neutralidade da ciência jurídica em nome da contribuição que pode oferecer à justiça social.

Problematizado tal aspecto, necessário abordar criticamente os enunciados que têm acompanhado as reflexões sobre as relações familiares, e cuja definição se vê na mesma esteira do processo de individualização acima mencionado. Se o contexto familiar existe como meio de satisfação existencial de pais, cônjuges e filhos, é preciso atentar para a qualidade do vínculo que os conecta, constatando o quanto se doam aos familiares e o quanto se realizam como indivíduos nesta dinâmica. Isso porque a alteridade se cumpre no cuidado com o outro.

Nesta oportunidade, trata-se de questionar a horizontalidade de entrega, de responsabilização, de fluência do desejo, nos âmbitos sexual, conjugal e parental, pelo tratamento adequado das identidades envolvidas, as quais se veem marcadas, dos corpos às mais mezinhas práticas, por aspectos feitos sexo e gênero, que empoderam e desempoderam sujeitos e grupos, operando através de lógicas de dominação ou de emancipação.

O termo “empoderamento” aparece com frequência em análises feministas. Embora, do ponto de vista teórico, apresente conteúdo variável, é possível delimitar contornos constantes. De acordo com Sarah Mosedale: i) o empoderamento pressupõe a troca de poderes entre sujeitos ou grupos, de modo que um deles deve perder privilégios para que se atinja o equilíbrio; ii) só se pode empoderar a si própria, e nunca outra pessoa; iii) o empoderamento se relaciona à construção da autonomia e à ampliação das possibilidades de assumir os rumos da própria vida; iv) o empoderamento é um processo transformador gradual, não um objetivo final nítido a que se possa chegar mediante uma ou outra providência⁶⁷.

Se a abordagem contemporânea estimula o trato das personagens em família em detrimento do vínculo como fim em si mesmo, é preciso estabelecer análises interseccionadas para depreender, para além de enunciados celebratórios, a concretude das vivências que se apresentam sob tal manto, problematizando, portanto, o empoderamento desigual nas relações afetivas.

Ao fim e ao cabo, há de se reconhecer que muitas delas ainda se apresentam absolutamente contrárias a quaisquer experiências emancipatórias. A

⁶⁷ MOSEDALE, Sarah. **Assessing women's empowerment**: towards a conceptual framework. *In*: Journal of International Development, New York, n. 17, 2005, p. 243.

condição feminina pode ser destacada como um dos principais obstáculos neste trabalho de abertura de caminhos.

1.4 Sobre mulheres e famílias

Conforme mencionado, há uma série de indagações sobre as potencialidades emancipatórias dos contextos familiares – especificamente em relação às mulheres. Expandem-se, a seguir, alguns argumentos do feminismo a este respeito.

É possível identificar, na ordem de resistências, duas de longa data: a ambígua relação entre expressiva parte do pensamento feminista e todos os direitos constituídos⁶⁸; bem como a conjugalidade e a maternidade vistas como principais algozes da participação feminina na esfera pública, o que resultaria em uma negação do potencial emancipatório da família para a mulher.

A primeira resulta de uma postura cética fundada na constatação de que o Direito sempre se promoveu neutro sem verdadeiramente sê-lo. Ao revés, revelou-se como sexista, ao distinguir, nos enunciados normativos, homens e mulheres, favorecendo os primeiros; e como masculino, ao ter se desenvolvido, nas academias, nas legislações e na prática, por toda a história, quase que exclusivamente por homens⁶⁹. Mais sintonizado ao contexto atual seria questionar se o Direito ignora a reprodução de identidades fixas modeladas pelo gênero e que sujeitam, automaticamente, um sem número de homens e mulheres⁷⁰.

Outrossim, causa desconforto a considerável parcela de feministas a defesa da perpetuação, inclusive pelo discurso dos direitos humanos, que se fundam em

⁶⁸ LIM, Hilary; ROCHE, Jeremy. Feminism and children's rights. *In: Feminist perspectives on child law*. Org. Jo Bridgeman; Daniel Monk. Londres: Cavendish, 2000, p. 227.

⁶⁹ SMART, Carol. La teoría feminista y el discurso jurídico. *In: El derecho en el género y el género en el derecho*. Buenos Aires: Biblos, 2000, p. 31.

⁷⁰ BIRGIN, Haydée. Introducción. *In: El derecho en el género y el género en el derecho*. Buenos Aires: Biblos, 2000, p. 1.

um escopo revolucionário, de práticas culturais que implicam na subordinação, na tortura e até na morte de mulheres⁷¹.

Já a segunda constatação, mais ampla, conduz a questionamentos que se veem presentes há bastante tempo na reflexão feminista. Condensam-se, enfim, no discurso dos que duvidam de quaisquer vantagens de se tornar mãe e cônjuge.

Embora as pautas feministas tenham sido divulgadas como demasiadas⁷², pregar a rejeição destes papéis parece ter contribuído para uma positiva reforma do direito normatizado, profundamente sexista e masculino até a segunda metade do século passado⁷³. Não foram estas ideias suficientes para barrar a formação dos tantos núcleos familiares que dali sobrevieram, mas indubitavelmente se somaram reflexões sobre conjugalidades e parentalidades de modo a torná-las mais horizontais e capazes de comportar tratamentos melhor equilibrados entre homem e mulher, ao menos no plano normativo.

Tal terreno permitiu que, no Ocidente, e a partir dos anos 80, tenha se tornado mais comum a insurgência de uma perspectiva feminista pró-família, dado o direito à diferença de que se discutia e que não se desejava silenciar, valorizando eventos como a gravidez, o parto e a amamentação, os quais se inserem, aí sim pela natureza, no universo feminino⁷⁴.

Percebe-se que estas divergências se assemelham, em alguma medida, àquelas críticas contemporâneas ao Direito das Famílias, ora confiantes no projeto

⁷¹ LIM, Hilary; ROCHE, Jeremy. Feminism and children's rights. In: **Feminist perspectives on child law**. Org. Jo Bridgeman; Daniel Monk. Londres: Cavendish, 2000, p. 228.

⁷² A respeito da lamentável repercussão negativa que a mídia garante às pautas feministas desde os primórdios, confira-se: MODELLI, Laís. **Quem tem medo de feministas?** Caros Amigos. São Paulo, Ano 17, Edição 207, junho de 2014, p. 32-34; SOIHET, Rachel. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: **Mulher, gênero e sociedade**. Org.: Rose Marie Muraro; Andrea Brandão Puppim. Rio de Janeiro: Relume Dumará FAPERJ, 2001, p. 99-112. Marcando o desprezo que ainda remanesce, leia-se o seguinte artigo da filósofa Talyta Carvalho, publicado na Folha de S. Paulo em 8 de março de 2012, Dia da Mulher: CARVALHO, Talyta. **Não devemos nada ao feminismo**. In: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/29978-nao-devemos-nada-ao-feminismo.shtml>. Acesso em 18 de outubro de 2013.

⁷³ DIDUCK, Alison; O'DONEVAN, Katherine. Introduction: feminism and families plus ça change?. In: **Feminist perspectives on family law**. Org.: Alison Diduck; Katherine O'Donevan. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006, p. 2.

⁷⁴ DIDUCK, Alison; O'DONEVAN, Katherine. Introduction: feminism and families plus ça change?. In: **Feminist perspectives on family law**. Org.: Alison Diduck; Katherine O'Donevan. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006, p. 3.

contemporâneo, ora descrentes das possibilidades emancipatórias que tais tramas oferecem a seus membros.

De todo modo, inquietações sobre como tem se regulamentado a vida privada, sobre como tal produção jurídica interfere no político e no social, bem como sobre a quantas andam as relações de dependência e independência em família se veem enraizadas não só em ambas as correntes feministas de questionamento acima destacadas, mas em todas, independente da conclusão a que chega cada proposta⁷⁵.

A par da militância teórica que ora rejeitou, ora aceitou a família como instrumento de realização interpessoal, segue a maioria esmagadora das mulheres brasileiras envolvida, em algum momento, pelo casamento ou pela união estável, sendo-lhes comum, ainda, que tenham filhos.

Assim, é contemporânea a crítica feminista que considera precipuamente a experiência real das relações familiares e de como as vivências de mulheres, desde quando jovens até quando idosas, veem-se impactadas pela condição que têm.

O grande desafio consiste, como tem sido há décadas, em não reduzi-las a esta esfera afetiva e procracional, o que exige a construção de vias de mão dupla: uma que dê acesso qualitativo da mulher ao espaço público; outra que dê acesso qualitativo do homem ao espaço privado.

Nota-se que tal perspectiva se adequa ao desprendimento dos indivíduos das hierarquias reais, condensadas nas relações de poder que sexo e gênero têm afluído nas famílias, e promove a verdadeira solidariedade e horizontalidade que a emancipação projeta.

Diante de tal constatação, é preciso questionar esta reprodução atemporal, na prática das relações familiares, de um modelo heteropatriarcal, segundo expressão de Ana Carla Harmatiuk Matos, que quase determina o que se compreende da mulher e da condição feminina⁷⁶.

Por tal expressão, e na seara do Direito das Famílias, quer-se delimitar que o que se vislumbra é que elas são excessivamente encarregadas por realizar afetivamente a família, e não o contrário. Em outras palavras, a mulher se vê

⁷⁵ DIDUCK, Alison; O'DONEVAN, Katherine. Introduction: feminism and families plus ça change?. In: **Feminist perspectives on family law**. Org.: Alison Diduck; Katherine O'Donevan. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006, p. 1.

⁷⁶ MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **As famílias fundadas no casamento e a condição feminina**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

condicionada social e culturalmente a um ser-para-o-outro, o que se aprofunda em relacionamentos íntimos e a partir da maternidade. Tal premissa não parece tão clara às lentes jurídicas.

É relevante notar, aliás, que este ser-para-o-outro pode preencher o conteúdo do que se considera feminino em qualquer contexto familiar, inclusive nos homossexuais. Embora não sejam objetos diretos desta análise, é importante marcar o grau de negatividade que se relaciona a este significante. O feminino ainda aparece quase que invariavelmente como sinônimo de fraqueza, vacilação, dependência, irracionalidade, submissão e futilidade.

Dito isso, impende registrar que no processo de formação da família, aguça-se o desequilíbrio entre realização individual e realização do outro pela conjugalidade e pela parentalidade segundo um corte peculiar. Segundo se observa quanto às expectativas frente a um núcleo heterossexual, “dos homens espera-se sempre que sejam indivíduos sem família, às mulheres exige-se que a família se sobreponha à profissão”⁷⁷.

Não surpreende que pesquisas nos mais diversos contextos globais apontem que homens casados ganham substancialmente melhor que homens solteiros ⁷⁸ : a divisão sexual do trabalho, embora tão mais flexibilizada hodiernamente, ainda parece lhes permitir maior entrega a espaços que transcendem o lar. Por outro lado, percebe-se, à guisa exemplificativa, que a mobilidade e a ascensão em emprego são possibilidades que dizem muito mais respeito a mulheres sem filhos do que a mulheres com filhos, explicando-se, assim, parte do significado da expressão “*motherhood wage penalty*”⁷⁹.

Em suma, deles se supõe entrega parcial, senão nula, à esfera doméstica, enquanto delas se exige preferi-la a qualquer outra. Independentemente de determinada identidade refletir tal expectativa virtual, fortemente propagada, são

⁷⁷ TORRES, Anália. A individualização no feminino, o casamento e o amor. Trad. Angela Xavier de Brito. In: **Família e individualização**. Org.: Clarice Ehlers Peixoto; François de Singly; Vincenzo Cicchelli. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 143.

⁷⁸ ASHWIN, Sarah; ISUPOVA, Olga. “**Behind every great man...**”: the male marriage wage premium examined qualitatively. In: Journal of Marriage and Family, Minneapolis, v. 76, Fevereiro 2014.

⁷⁹ LOOZE, Jessica. **Young women’s job mobility**: the influence of motherhood status and education. In: Journal of Marriage and Family, Minneapolis, v. 76, n. 4, Agosto 2014.

homens e mulheres reais que devem se subsumir a ela, em suas vivências, ao transitarem nos diversos espaços sociais.

A balança criticada por Norbert Elias, portanto, que ora radicaliza o pêndulo em direção ao outro e ora radicaliza em direção ao si mesmo, parece funcionar em diametral oposição para homens e mulheres – o que possivelmente reflete a tardia aceitação delas neste percurso de individualização e de fundação da própria subjetividade.

De fato, acumulam-se, ao longo da história, vozes das mais diversas, populares ou científicas, sempre majoritárias quando não totalmente masculinas, que amarram a natureza feminina inexoravelmente à devoção, ao sacrifício e à servidão⁸⁰. Mas para que mulher alguma, notadamente se esposa e mãe, contrarie esta previsão e se mostre desprovida do altruísmo inerente, articula-se o moralismo para marginalizar e punir aquela que não ocupa o papel de santa a que seu sexo obriga⁸¹.

Relacionadas tais características à responsabilidade pelo outro, sugere-se que este dado está mais para o aspecto relacional da família – a identidade do “nós”. Por outro lado, quando é possível a responsabilização parcial pelo outro em família, quase que em modalidade de dedicação “*self service*” e apenas extraindo da conjugalidade e da parentalidade o que oferecem, não o que exigem, tem-se destacado o aspecto individualista da família – a identidade do “eu”⁸².

Neste sentido, valioso é o registro de alguns estudos de que em narrativas sobre relacionamentos íntimos “os homens em geral falam em termos de ‘eu’, enquanto as narrativas femininas sobre si mesmas tendem a ser expressadas em termos de ‘nós’”⁸³.

Ainda que a dedicação ao trabalho vise suprir economicamente o grupo familiar – e é esta posição que também o Direito historicamente relegou ao homem –

⁸⁰ BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 267.

⁸¹ BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 269.

⁸² O relacional e o individualista em família são aspectos destacados por François Singly (SINGLY, François de. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: **Família e individualização**. Org.: Clarice Ehlers Peixoto; François de Singly; Vincenzo Cicchelli. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000).

⁸³ GIDDENS, Anthony. **Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 64.

ao que corresponde trabalhar em nome daqueles a quem se ama, tal perspectiva não pode se identificar à perfeição como relacional, mas sobretudo individualizante, se considerada a esfera do lar.

Embora o sustento se relacione à solidariedade com o outro – o que, porém, pode ser satisfeito sem sequer olhá-lo –, não diz respeito necessariamente à convivência, ao afeto construído, ao cuidado extrapatrimonial. Extraindo exemplo do próprio Direito das Famílias, alimentos ao ex-cônjuge são prova disso, já que sentimento algum de um pelo outro condiciona tal pagamento. Tampouco o abandono afetivo é afastado pelo pagamento regular de prestações alimentícias.

Pois bem, embora não crie, sozinho, os sujeitos a que se refere, contribui o Direito para visibilizar e promover categorias de família e de indivíduo segundo determinada perspectiva, bem como para reforçar ou derrotar discursos que sustentam tal condição feminina.

Para que sejam subvertidos, é necessário sintonizar a intersubjetividade necessária em família para a dignidade, a liberdade e a igualdade dos envolvidos. Neste sentido, promove-se maior responsabilização de homens reais pelo outro no contexto doméstico, e a crescente responsabilização de mulheres reais por elas próprias neste e em outros espaços.

1.5 À guisa de problematização

À crítica que atesta, nos rumos atuais do Direito das Famílias, a inobservância de um suposto interesse público na condução das conjugalidades e das parentalidades, atrelou-se uma *ratio* retrógrada, no sentido de que o pensamento retroage a uma lógica de que se aproveitou, historicamente, também o discurso jurídico. Trata-se da concepção *transpessoal* que por tanto tempo regeu vivências afetivas na linha do normatizado.

Por outro lado, relegar os rumos conjugais e parentais ao gosto dos envolvidos não parece caminho suficientemente satisfatório se considerados os corolários do aspecto relacional em família. Ademais, o Estado não representa instrumento regulador exclusivo dos afetos, e, mesmo que intervenha minimamente

neste ambiente, pode ser que não se atinja a emancipação pretendida, especialmente se observados alguns insistentes contornos da condição feminina.

Houve, sim, alterações significativas na estruturação e na funcionalização da família a partir de gradual processo de individualização na esfera doméstica. Tal resignificação permitiu a defesa de espaços conjugais e parentais marcados pela realização dos indivíduos, sem que um rejeitasse a condição de sujeito ao outro. Pauta-se, portanto, esta concepção denominada *eudemonista*, pelo desenvolvimento pessoal e pela responsabilidade pelo próximo em família; por relações dialógicas de independência e de dependência; pelo acesso minimamente harmonizado aos aspectos individual e relacional.

Com isso, algumas práticas afetivas se viram recepcionadas no universo jurídico pela reaproximação defendida pelo pensamento crítico entre as linhas do normatizado e do emancipado.

Porém, as vivências ainda funcionam, em grande medida, por engrenagens de dominação, conforme se busca esclarecer neste segundo momento a que se aporta, o que acaba tornando a perspectiva eudemonista mais um projeto desejável que um reflexo fiel das famílias contemporâneas.

Marcos normativos, categoriais, teóricos, institucionalizados e enunciados não podem substituir “os vários elementos da realidade que, em que pese serem importantes ou decisivos, se qualificam como insignificantes, acessórios e secundários a tal ponto que podem ser ignorados, assim como pode ser a vida de alguns ou de muitos seres humanos”⁸⁴.

Logo, apreende-se a crítica que sugere, nos rumos atuais do Direito das Famílias, certa miopia quanto às permanências, igualmente significativas, daquilo que resguardam tantos lares de opressivo. Não se conclui, porém, pela conjugalidade e pela parentalidade como ambientes desérticos aos modos de operação emancipatórios.

Compreende-se que ativar tais lógicas significa reconhecer um desequilíbrio real que impede o eudemonismo como horizonte comum às mulheres e aos homens. Não se superam obstáculos sem delimitá-los. O descompasso dialoga com

⁸⁴ RUBIO, David Sánchez. **Encantos e desencantos dos direitos humanos**: de emancipações, libertações e dominações. Trad.: Ivone Fernandes Morchillo Lixa; Helena Henkin. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014, p. 77.

esta concepção atualizada da família, essencialmente, porque problematiza a moldagem da mulher como ser-para-o-outro.

O verdadeiro sentido da família como se enuncia propicia a troca, a construção multilateral, o fechamento e a abertura ao outro na medida da dignidade humana. Se a percepção do feminino consistir na dependência, na responsabilidade pela interconectividade de todos os membros da família e na sublimação do próprio ser, não se fundará, plenamente, um caminho emancipatório pela conjugalidade e pela parentalidade.

Ao revés, sustenta-se uma rede de excessos e ausências de poder, ora na esfera individual, ora na esfera patrimonial, ora na esfera relacional, que acaba por reproduzir sistematicamente lógicas de dominação que acrescentam pouco ao estudos das famílias. E, se não se reforça o questionamento no presente, parece que tampouco haverá novidade suficientemente boa no porvir⁸⁵.

Conforme observou Maria Celina Bodin de Moraes, afirmar-se o caráter instrumental da família, como meio de realização, parecia, até pouco tempo, tudo, mas em Direito das Famílias, agora já não significa tanto⁸⁶. Deste modo, incipiente explorar permanências e transformações relativas às mulheres em família, cotejando os contextos históricos e sociais.

Para que se atinja a abrangência pretendida, não basta expor reaproximações entre normatizado e emancipado. É preciso dialetizar as versões plásticas dos enunciados a partir das versões reais, de modo a repensar as vivências familiares. Constitui, pois, este passo o mote do seguinte capítulo.

⁸⁵ ELLACURIA, Ignacio. La construcción de un futuro distinto para la humanidad. *In: La lucha por la justicia*: selección de textos de Ignacio Ellacuría (1969-1989). Org.: Juan Antonio Senent. Universidad de Deusto: Bilbao, 2012, p. 397.

⁸⁶ BODIN DE MORAES, Maria Celina. **A nova família, de novo**: estruturas e função das famílias contemporâneas. *In: Revista Pensar, Fortaleza*, v. 18, n. 2, Maio/Agosto 2013, p. 622-623.

CAPÍTULO II

Dos enunciados ao repensar das vivências familiares

Érase una vez...

De la historia que sigue aún no puede decirse: "sólo es una historia". Este cuento sigue siendo real hoy en día. La mayoría de las mujeres que han despertado recuerdan haber dormido, haber sido dormidas.

Hélène Cixous

2.1 Entre permanências e transformações: o Direito como espelho ou como projeto da realidade

Há conceitos tão profundamente carregados de sentido fora da produção intelectual – aí incluído o saber jurídico – que é preciso especial afincamento para que pareçam um pouco mais disponíveis à reflexão criativa⁸⁷. Enunciados sobre o que se entende por “família” exemplificam tal dificuldade. Embora os significados se transformem no tempo, custam a abandonar certos paradigmas.

O que diz respeito a ela e que se reproduz no âmbito do Direito não se explica em pura autorreferência. Seria ingênuo delimitar, pelo movimento codificador, a invenção de modelos inéditos de preenchimento de sentido das parentalidades e das conjugalidades. Por outro lado, códigos contam com a especial vocação de engessar institutos e lhes garantir observância projetada para além do presente. Controlam selecionados comportamentos em determinadas esferas através de uma técnica própria que pretende exaurir a complexidade.

Com isso, destaca-se o Direito como expressão dupla. Expressa uma realidade estruturada, que abrange as condições que o circundam quando dota de significados um dado instituto, e expressa uma realidade estruturante, por constituir significados que seguem operantes em um futuro indeterminado⁸⁸.

⁸⁷ HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010, p. 17-18.

⁸⁸ HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010, p. 39.

É preciso que, sob o ponto de vista jurídico, identifiquem-se os perfis de *espelho* e de *projeto* de realidade. A confusão entre tais concepções pode conduzir ora à terminativa exclusão do que não se vê contemplado pelo discurso oficial, ora à insensibilidade em relação à vida concreta, pois que a linha do normatizado representa tão-somente uma versão desta, e não pode ser tomada senão como parcial.

A seguinte análise problematiza que o trato transpessoal das famílias e dos papéis femininos não se inaugura pela disciplina civilista, sugerindo quão dificultoso é avançar contra o heteropatriarcado. De qualquer modo, nos enunciados disciplinadores do âmbito doméstico que provêm do campo jurídico se identifica um válido ponto de partida para a contextualização das relações familiares contemporâneas, estabelecendo contraprovas pela realidade vivida.

Referida discussão conduz a uma verificação sobre como determinados enunciados provenientes das vozes do Direito servem à experiência cotidiana das mulheres em família. O contraste pretende sugerir fraturas entre propostas normatizadas e dinâmicas reais, o que pode se explorar a partir da abordagem histórica e social de determinado conceito⁸⁹.

Nos termos de Ignacio Ellacuria, a “*verificación práxica*”⁹⁰ permite vislumbrar, mesmo que selecionados para tanto eventos singelos e características específicas de determinado conceito, de que maneira os processos sociais passado e presente se distanciam de ideais fundados na linha do normatizado.

A abordagem visa explorar a profundidade das raízes de determinada negatividade que abate certos grupos sociais, cotejando-a à positividade proclamada⁹¹. Longe de rejeitar a relevância da referência normatizada, que é indispensável, a crítica quanto a algumas permanências na linha do praticado visa à

⁸⁹ FRUTOS, Juan Antonio Senent de. El método de la historización de los conceptos normativos. *In: Teoría crítica del derecho: nuevos horizontes*. Org.: David Sánchez Rubio; Juan Antonio Senent de Frutos. Chiapas: Centro de Estudios Jurídicos e Sociales Mispát, 2013, p. 173.

⁹⁰ ELLACURIA, Ignacio. Historización de los derechos humanos desde los pueblos oprimidos y las mayorías populares. *In: La lucha por la justicia: selección de textos de Ignacio Ellacuría* (1969-1989). Org.: Juan Antonio Senent. Universidad de Deusto: Bilbao, 2012, p. 366.

⁹¹ ELLACURIA, Ignacio. Historización de los derechos humanos desde los pueblos oprimidos y las mayorías populares. *In: La lucha por la justicia: selección de textos de Ignacio Ellacuría* (1969-1989). Org.: Juan Antonio Senent. Universidad de Deusto: Bilbao, 2012, p. 369.

conclusão de que é desejável que o emancipado se depreenda de vivências, não só de enunciados⁹².

Selecionada a condição feminina como norteadora da análise, conjugam-se, perfeitamente, este último encaminhamento aos métodos legais feministas expostos na introdução, de modo a se refletir sobre como o normatizado se propôs, historicamente, a espelhar as mulheres, adequando arcaica estrutura do patriarcado à *ratio* codificada, mesmo às custas das vivências que remanesceram à margem do “ser” e “estar” em família, bem como as possíveis limitações do presente.

Para tanto, prefere-se revisitar o que se passou exclusivamente no território brasileiro, cujas particularidades permitem um pensamento desde o periférico, do ponto de vista global, adequando-se a recentes propostas feministas na América Latina de formular retrospectivas históricas autoconscientes de seu lugar⁹³. A origem de nosso Estado e dos ordenamentos aplicáveis diverge dos deslindes europeus⁹⁴. Assim se delimita, portanto, o principal espaço desta análise.

O período entre os séculos XIX e XX, marcante, entre nós, de uma propulsão para feições mais modernas, expõe “o confronto entre o velho e o novo, entre as transições herdadas do passado colonial e a aspiração de inserir o Brasil entre as nações mais civilizadas”⁹⁵.

Neste sentido, um singelo recorte temporal se delimita nos arredores de 1916, a partir de quando passa a vigorar tal via de regulamentação das relações privadas no Brasil. Explorando o direito normatizado codificado, destacam-se alguns aspectos da realidade estruturada em que se edificou, bem como da realidade estruturante que pretendeu fundar.

Com referidos dados em mente, discute-se o risco de que os enunciados mais contemporâneos sobre a perspectiva eudemonista, se tomados por espelho da

⁹² FRUTOS, Juan Antonio Senent de. El método de la historización de los conceptos normativos. *In: Teoría crítica del derecho: nuevos horizontes*. Org.: David Sánchez Rubio; Juan Antonio Senent de Frutos. Chiapas: Centro de Estudios Jurídicos e Sociales Mispát, 2013, p. 175.

⁹³ GARGALLO, Francesca. **Ideas feministas latinoamericanas**. 2 Ed. Ciudad de Mexico: Historia de las ideas, 2006, p. 25.

⁹⁴ GALLARDO, Helio. Teoría crítica y derechos humanos: una lectura latinoamericana. *In: Los derechos humanos desde el enfoque crítico: reflexiones para el abordaje de la realidad venezolana y latinoamericana*. Org.: Maryluz Guillén. Caracas: Fundación Juan Vives Suriá, 2011, p. 44.

⁹⁵ STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. **O direito e a cultura jurídica no Brasil independente: permanências e discontinuidades**. *In: Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, Lisboa, n. 8, 2014, p. 6317.

realidade, artificializem conclusões que tomam apenas como referência lateral a linha do praticado.

Logo, traçar um breve comparativo entre a percepção conservadora das famílias oferecida por um documento legal do início do século XX e a mentalidade “machista, violenta e imediatista” do presente parece oportuno⁹⁶. Analisa-se uma série de permanências no contexto nacional que incitam o repensar do papel do Estado e do Direito das Famílias.

Destarte, “para que o futuro não seja um mero sonho, que foge da impotência contextual do presente, tem que se enlaçar com este radicalmente, por meio de uma negação superadora”^{97 98}. Enfrentam-se, assim, realidades negada e negadora⁹⁹, quais sejam, respectivamente, a realidade negada do eudemonismo a quaisquer grupos sociais, e a realidade negadora referente à condição feminina, reduzida à compreensão de ser-para-o-outro, que impede tal horizonte.

2.2 As famílias enunciadas

2.2.1 Transpessoalidade: “ser” e “estar” em família no normatizado codificado

Do tempo selecionado para esta análise, quanto à realidade estruturada, relevante destacar que o Direito das Famílias brasileiro codificado conferiu, em 1916, ares compatíveis à *ratio* moderna a aspectos que a precediam de longa data.

⁹⁶ BODIN DE MORAES, Maria Celina. Vulnerabilidade nas relações de família: o problema da desigualdade de gênero. *In: Direito das Famílias por juristas brasileiras*. Org.: Joyceane Bezerra de Menezes; Ana Carla Harmatiuk Matos. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 165.

⁹⁷ ELLACURIA, Ignacio. La construcción de un futuro distinto para la humanidad. *In: La lucha por la justicia: selección de textos de Ignacio Ellacuría (1969-1989)*. Org.: Juan Antonio Senent. Universidad de Deusto: Bilbao, 2012, p. 397.

⁹⁸ Tradução livre para: “*Para que el futuro no sea un mero sueño, que evada la verdad y la carga del presente, tiene que enlazarse con éste radicalmente, por medio de una negación superadora*”.

⁹⁹ ELLACURIA, Ignacio. Historización de los derechos humanos desde los pueblos oprimidos y las mayorías populares. *In: La lucha por la justicia: selección de textos de Ignacio Ellacuría (1969-1989)*. Org.: Juan Antonio Senent. Universidad de Deusto: Bilbao, 2012, p. 369.

Destaca-se, neste ínterim, que, no que tange às realidades afetivas, não se viam desinteressados focos anteriores e plurais de irradiação de normas.

Com efeito, as Ordenações Filipinas que vigoraram por três séculos no cenário nacional, que antecederam e acompanharam o esforço da codificação no Brasil, reforçavam o heteropatriarcado, como exemplificam os dispositivos que trazem as rigorosas condenações da chamada sodomia e do adultério pela mulher¹⁰⁰. A herança cartorial, traço da formalidade e da solenidade no trato das famílias, também remonta ao Brasil Colônia¹⁰¹, e sempre funcionou como ferramenta poderosa de exclusão social.

É notório que, entre nós, a Igreja influenciou decisivamente na vigilância inquieta de costumes misóginos e do abafamento do feminino, o que se transmitiu às mãos do Estado ao tomar com exclusividade as rédeas oficiais da domesticidade¹⁰². O casamento se disciplinou exaustivamente nas prescrições do Concílio de Trento, que foram compiladas na Constituição do Arcebispado da Bahia de 1765 e, após, reproduzidas na Consolidação das Leis Civis de Teixeira de Freitas (1858).

Do tempo de que se oxigenou a codificação, assistiu-se à crescente competição pelo poder estatal de dizer o Direito das Famílias temperada pela resistência generalizada quanto ao desbancar da ordem religiosa nos assuntos matrimoniais¹⁰³. Sem embargo, lembre-se de que, na segunda metade do século XIX, em 1872, a totalidade da população brasileira, em censo, declarou-se católica¹⁰⁴, o que indica importantes vestígios de uma realidade estruturada no entorno da mentalidade codificada.

¹⁰⁰ ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: **História das mulheres no Brasil**. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 59.

¹⁰¹ FACHIN, Rosana Amara Girardi. **Em busca da família do novo milênio**: uma reflexão crítica sobre as origens históricas e as perspectivas do direito de família brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 17.

¹⁰² ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: **História das mulheres no Brasil**. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 45.

¹⁰³ FERREIRA, Breezy Miyazato Vizeu. **O direito matrimonial na segunda metade do século XIX**: uma análise histórica. 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, UFPR, 2008, p. 104.

¹⁰⁴ CARBONERA, Silvana Maria. Aspectos históricos e antropológicos da família brasileira: passagem da família tradicional para a família instrumental e solidarista. In: **Direito das Famílias por juristas brasileiras**. Org.: Joyceane Bezerra de Menezes; Ana Carla Harmatiuk Matos. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 35.

A afirmação da laicidade marcou o pensamento jurídico moderno, do qual o Código é monumento ímpar, mas é inegável que o Direito das Famílias teve, como continua tendo, conteúdo disputado pelo discurso religioso¹⁰⁵, o que influencia na compreensão da condição feminina. Fundamentos desta natureza costumam vir para regulamentar obsessivamente a sexualidade, nomeadamente a que contraria o heteropatriarcado¹⁰⁶.

O controle dos afetos ainda identificado neste discurso jurídico que se seculariza e passa a se reformular especialmente ao final do século XIX ressoou na supremacia do casamento como a fonte constitutiva da família brasileira, na indissolubilidade deste vínculo, aos moldes canônicos, na conservação do regime universal de bens e da legítima em sucessões. Normas que, entre outras, não representaram rupturas ao contexto nacional mais arcaico¹⁰⁷.

Assim, a concepção transpessoal, ou seja, a regulação externa do conteúdo das relações familiares e alheia à satisfação dos envolvidos, não representou novidade ao momento da codificação. No que toca o equilíbrio entre os membros da família, presumia-se a dedicação das mulheres aos outros em níveis especificamente elevados. Não obstante, é possível perceber que se transplantou na tradição civilista nacional, ainda profundamente influenciada pelo marco normativo em comento.

¹⁰⁵ Houve aumento de 14% da bancada evangélica no Congresso Nacional Brasileiro com as eleições de 2014. As principais pautas deste grupo se condensam na definição da família. O Estatuto da Família (PL 6.583/2013), de autoria do deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF), que faz parte desta bancada, intenta limitar tal núcleo às conjugalidades e parentalidades heterossexuais. Ademais, ainda se mantém online uma enquete, no Portal da Câmara, formulada por Anderson Ferreira (PR-PE), da mesma bancada, perguntando ao público se concordam ser família um núcleo originado apenas de um casal de homem e mulher. A diferença entre “Não” e “Sim” tem sido acirrada, mesmo com a grande campanha militante para que se vote na primeira opção. A pesquisa de opinião, acessada em 01 de novembro de 2014, faz lembrar da crítica de Gustavo Zagrebelsky quanto a remeter, ao povo, decisões desta magnitude: “Pode-se falar de democracia, nesse caso, somente se for feita a observação de que foi a democracia na pior de suas versões degenerativas: o regime da multidão emotiva e sem forma, da plebe inconsciente e irresponsável” (ZAGREBELSKY, Gustavo. **A crucificação e a democracia**. Trad. Monica de Sanctis Viana. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 126).

¹⁰⁶ SILVA, Marcos Alves da. **Da monogamia: a sua superação como princípio estruturante do direito de família**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 178.

¹⁰⁷ GOMES, Orlando. **Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 13.

É revelador que se reflita do autor desta primeira versão do Código Civil Brasileiro, Clóvis Bevilacqua¹⁰⁸, um “comparatista com uma formação sociologista confessadamente atraído por uma concepção organicista do direito”¹⁰⁹, um modelo de famílias específico.

Tal qual o Estado, então entendido como um grande corpo em que cada órgão desempenha uma função, a família assim se vislumbrou, e seus membros deveriam compô-la como verdadeiros órgãos dotados de funções específicas. Caso um indivíduo deixasse de “funcionar” de acordo com esta atribuição, o corpo familiar e, conseqüentemente, o corpo social, adoeceriam¹¹⁰.

Formou-se por estes moldes uma mentalidade codificada, formalista e simplista que compôs uma compreensão opressora a partir do normatizado, seja por conta da ilegitimidade de certas realidades afetivas do ponto de vista oficial, seja por conta da captura de subjetividades pela reprodução de papéis estereotipados segundo o sexo. A compreensão das mulheres, conforme se extrai de tal documento, reforça sua experiência de ser-para-o-outro.

Sobre o contexto circundante do Código Civil que se projetaria, teve ainda espaço a proliferação de um ideário eurocêntrico de família que definitivamente não espelhava a majoritária experiência nacional, mas que passou a se propagar progressivamente como a representação ideal de vivência dos afetos, conforme se descreve:

¹⁰⁸ Desde a segunda metade do século XIX, apresentaram-se projetos com o escopo de sistematizar a legislação civil nacional, tendo culminado o de Clóvis Bevilacqua, de 1899, no documento que vigoraria por quase todo o século XX. A iniciativa de apresentar um Código Civil Brasileiro já tinha sido acolhida, em outras oportunidades, por Teixeira de Freitas, Nabuco de Araújo, Felício dos Santos e Coelho Rodrigues. Durante todo o processo, a regulação das relações de gênero, as quais se evidenciavam no trato da família, calcou-se em um discurso aparentemente coerente, evolucionista e organicista, reproduzindo, mais ou menos, as funções sociais majoritariamente esperadas das personagens de um plexo como o familiar em uma sociedade que se pretendia evoluída. Sobre o tema: MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. **Construção jurídica das relações de gênero**: o processo de codificação civil na instauração da ordem liberal conservadora do Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

¹⁰⁹ HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia**: Síntese de um Milênio. Coimbra: Almedina, 2012, p. 433.

¹¹⁰ O professor Washington de Barros Monteiro, que produziu influente literatura jurídica principalmente na segunda metade do século XX – bem próxima, portanto, da contemporaneidade –, apontava, no reconhecimento da união estável, fator de desagregação da família oriunda do casamento e, por consequência, um risco à própria sociedade. Posicionava-se, ainda, como “fervoroso defensor da natureza institucional do casamento”, e incluía, entre as finalidades deste, a procriação (MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil**: direito de família. 38 Ed, rev. e atual. por Regina Beatriz Tavares da Silva. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 22-23).

Durante o século XIX, a sociedade brasileira sofreu uma série de transformações: a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convivência social; a ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade – burguesa – reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor¹¹¹.

A elaboração de verdadeiro mito acompanha a realidade estruturante que vem enunciada no Código Civil de 1916 no que toca a representação das famílias. Claramente, a disciplina também se fez à imagem e à semelhança do idealismo partilhado pela elite letrada a que se oportunizou formatá-lo em lei¹¹².

A partir deste marco e até o século vindouro, nota-se, no que toca à institucionalização da família, a afirmação crescente de sua versão nuclear, ou seja, reduzida ao casal e a poucos filhos, e da áurea romantizada em torno do matrimônio, que se reforça nos imaginários como exclusiva porta de entrada para a vivência legítima da afetividade:

Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam “educar” a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família – a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. Considerada base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole¹¹³.

Estes deslindes têm especial significado quando considerada a condição feminina.

A redução do plexo familiar às figuras dos cônjuges e da prole reforça a oneração excessiva da mulher na criação dos pequenos. Tal consequência não surpreende quando considerada, de um lado, uma lógica capitalista que aniquila a

¹¹¹ D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: **História das mulheres no Brasil**. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 223.

¹¹² GOMES, Orlando. **Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 22.

¹¹³ D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: **História das mulheres no Brasil**. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 230.

importância de qualquer trabalho não-remunerado, nomeadamente o doméstico, em prol da família, e, de outro, a figura historicamente marginalizada da mulher como ser-para-o-outro. Logo, desequilibrou-se a balança por um viés de gênero. O aspecto relacional se vinculou a esta personagem, ao passo que o aspecto individual, ao homem.

Assim, a ela só se concedeu, na norma oficial, existência no espaço privado, cada vez melhor delimitado em relação ao trabalho e à política, encarregada da esfera afetiva. A ele, de outra banda, concedeu-se o protagonismo na esfera pública, encarregado da função econômica, e a liderança do lar, em razão dos atributos já referidos do polo masculino, como melhor uso da razão, da prudência, da lucidez, da força, da inteligência e da objetividade.

A valorização do casamento para a vivência da sexualidade e da afetividade engessou a noção do que era legítimo em família. Mencionam-se a ilegitimidade do chamado concubinato, praticado na realidade, mas escamoteado do Direito, e a ilegitimidade dos filhos nascidos fora do casamento, como os principais sintomas de um reducionismo que resultava na exclusão jurídica do que fugia à regra do amor matrimonializado¹¹⁴.

Neste diapasão, a disciplina jurídica fez coro à padronização de alguns comportamentos considerados desejáveis, inclusive na esfera da intimidade, dando voz apenas a uma parcela reduzida da realidade. Destarte, a moral se encontra universalizada pela *ratio* do Código e os impulsos individuais são meticulosamente canalizados em prol da conservação do bem-estar social¹¹⁵.

A perspectiva serve ao modelo codificado, que visa, por regras gerais e abstratas, reduzir a complexidade drasticamente. Conforme observa Sérgio Said

¹¹⁴ CARBONERA, Silvana Maria. Aspectos históricos e antropológicos da família brasileira: passagem da família tradicional para a família instrumental e solidarista. *In: Direito das Famílias por juristas brasileiros*. Org.: Joyceane Bezerra de Menezes; Ana Carla Harmatiuk Matos. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 37.

¹¹⁵ Os termos vêm precisamente da lição do autor do Código Civil de 1916: “A cultura, a moral, o direito, todas as normas sociais são liames destinados a conter a animalidade humana, e a canalizar os impulsos individuais para os fins da conservação e do bem estar sociais” (BEVILACQUA, Clóvis. **Em defeza do projecto de código civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906, p. 98).

Staut Júnior, tal fonte faz jus ao tempo em que se estruturou, vez que acompanhada da pretensão de ser unitária, completa e exclusiva produtora do Direito¹¹⁶.

Dentre as premissas norteadoras do projeto moderno consta, enfim, o paradigma da simplicidade¹¹⁷. A racionalidade moderna que se espelha nos códigos se condensa no paradigma da simplificação do real ao absolutizar uma visão parcial de mundo, amputando e sacrificando, para tanto, muitas vidas¹¹⁸.

Além de delimitar o estar em família, a versão codificada das relações privadas no país também se propôs à captura do ser sob o manto do sujeito de direito, em cujos contornos, à luz de um ordenamento sexista e masculino, francamente, não se adequava a condição feminina.

Tome-se, por ilustração, o relato de uma das poucas juízas da Alemanha da década de 70, Ruth Herz, que se recorda de ter vestido, na ocasião da posse, um robe largo e comprido, dado que pensado para corpos masculinos. Evidente o incômodo na vestimenta, um colega veterano fez questão de pontuar, com ácido ceticismo, que uma mulher teria de crescer muito para usá-la¹¹⁹.

Analogamente, o design da roupagem do sujeito de direito, fantasia com a qual se mascara o indivíduo, retoma o especial desconforto delas frente a este “ser conceitual, pronto, acabado e com pretensões à perpetuidade”¹²⁰ no qual não couberam.

O sujeito de direito, por definição, delimita uma representação do real, o que implica distanciá-lo da corporalidade do indivíduo que vive – daquele a quem se

¹¹⁶ STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. Trajetória do direito privado na modernidade: alguns aspectos relevantes. In: **Estudos em direito privado: uma homenagem ao Prof. Luiz Carlos Souza de Oliveira**. Org.: Sérgio Staut Said Júnior. Curitiba: Luiz Carlos Centro de Estudos Jurídicos, 2014, p. 52.

¹¹⁷ RUBIO, David Sánchez. **Encantos e desencantos dos direitos humanos: de emancipações, libertações e dominações**. Trad.: Ivone Fernandes Morchillo Lixa; Helena Henkin. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014, p. 75.

¹¹⁸ RUBIO, David Sánchez. **Encantos e desencantos dos direitos humanos: de emancipações, libertações e dominações**. Trad.: Ivone Fernandes Morchillo Lixa; Helena Henkin. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014, p. 76.

¹¹⁹ HERTZ, Ruth. Gender experience of a judge in Germany. In: **Gender and judging**. Org.: Ulrike Schultz; Gisela Shaw. Oxford: Hart, 2013, p. 256.

¹²⁰ FACHIN, Luiz Edson. **Teoria crítica do direito civil à luz no novo Código Civil Brasileiro**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012, p. 15.

nega a própria vida¹²¹. Ao equivaler, por tal imagem, concretude e virtualidade, nota-se, na medida do pensamento moderno, que “o único problema que preocupa os juristas é o da personalidade do grupo, e não dos indivíduos”¹²², o que tem especial procedência se lembrada a concepção transpessoal que se extrai das presentes reflexões sobre a mentalidade codificada. Ora, quem se tomou como medida do todo não foi, certamente, a mulher.

Consideradas as relações familiares, negou-se contorno aberto à pluralidade de identidades precisamente pelo continuísmo de uma imemorable “acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças”¹²³ entre homens e mulheres. Não se cuidou de construção pautada nos corolários da alteridade, mas sim de uma reprodução de papéis forjados pelo legislador, oxigenados por um perfil de realidade estruturada e visando, concomitantemente, estruturar algo novo a um excedente nacional majoritário considerado incômodo, atrasado e inculto.

Condensando a condição feminina conforme os dispositivos da primeira versão do Código Civil brasileiro, tínhamos a mulher casada como relativamente incapaz e o marido como chefe da sociedade conjugal. Segundo Geraldo Tadeu Moreira Monteiro, a única inovação do movimento codificador concernente às relações de gênero é que apenas as mulheres casadas se reputavam incapazes, ao passo que, até então, todas eram assim consideradas¹²⁴. Neste diapasão, o especial sacrifício delas em razão exclusiva de se tornarem família, pelo matrimônio, consagrou-se no normatizado codificado.

Também enunciado neste diploma legal o personagem varão como o responsável exclusivo por fixar e alterar o domicílio na família, por representar a esposa legalmente, e ainda por autorizar seu trabalho externo e outras atividades da vida civil – com exceções, como a compra do indispensável para a economia doméstica, para a qual se presumia a concordância dele. Quando se vitimasse,

¹²¹ QUINTANE, Guy. Du sujet à l'homme de droit. In: **Mélanges à la mémoire de Patrick Courbe** – Le droit entre tradition et modernité. Paris: Dalloz, 2012, p. 487.

¹²² MIAILLE, Michael. **Introdução crítica ao direito**. 3 Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2005, p. 114.

¹²³ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 7 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 23.

¹²⁴ MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. **Construção jurídica das relações de gênero: o processo de codificação civil na instauração da ordem liberal conservadora do Brasil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 164-165.

gerando deformidade, mulher solteira ou viúva capaz de se casar, indenizar-se-ia pelo dote, sendo, por fim, prevista a anulação do casamento por erro essencial quanto à pessoa se constatado defloramento da mulher ignorado pelo marido.

O traço distintivo entre os sexos emerge, no Código Civil, só no trato das relações familiares. Nada há de tão moderno quanto a indistinção dos sujeitos aos olhos do Estado¹²⁵, mas, tão naturais, tão consequentes da simples ordem das coisas, tão incontestáveis eram os enunciados sobre ser homem e ser mulher em família, que tais atribuições arcaicas se transmitiram sem esforços a dispositivos legais do século XX.

Mantiveram-se, destarte, estratificadas as relações conjugal e parental, sendo a mulher visível, ao jurista, apenas quando “funcionava” no ambiente doméstico, pois em todas as outras relações privadas manteve-se o sujeito como “*gender-neutral*”. Portanto, andrógeno era o ponto de referência.

Com isso, parte da teoria crítica feminista explica a compreensão do sujeito de direito como expressão da autonomia privada, indiferente à afetividade e à intimidade, dado que as condições culturais vigentes modelariam os homens como indivíduos egoístas que se afastam do envolvimento com os outros, ao passo que as mulheres, como cuidadoras, envolvidas afetivamente, seriam ignoradas pelo olhar jurídico clássico¹²⁶.

Em síntese, a escolha legislativa por se especificar a figura da mulher nas relações familiares, revela, com clareza, a dualidade entre o passado e o presente no que toca este vértice fundante do Direito Civil.

O conteúdo codificado das famílias combinou elementos do conhecimento canônico e do senso comum geral, conservando o núcleo familiar transpessoal, hierarquizado e adequado ao heteropatriarcado. Garantiu permanência a uma realidade estratificada e bem sedimentada, mas também apreendeu ressignificações promovidas por ideário importado sobre as famílias, operando pelo arcaico e pelo moderno o projeto de estruturar uma realidade endossante do lugar dedicado às

¹²⁵ Segundo James Scott, a visualização moderna do todo como composto por indivíduos iguais reproduz um olhar econômico de gestão: na impossibilidade de se dar conta das especificidades, das vivências individualizadas, observa-se o mundo na perspectiva macro e plana (SCOTT, James. **Seeing like a State**: How certain schemes to improve the human condition have failed. Yale: Yale University Press, 1998).

¹²⁶ JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho. In: **Género y teoría del derecho**. Org.: Robin West. Bogotá: Siglo de Hombres Editores, 2000, p. 122.

mulheres pela codificação civil durante quase toda sua história. Para além da família e da reprodução, este lugar se constituía em um “magnífico nada”¹²⁷.

Saltando ao tempo mais presente, tanto a versão de 1916 quanto a de 2002 confirmam esta sorte de diploma normativo como obra da transação, respondendo à realidade estruturante, e obra do compromisso, respondendo à realidade estruturada.

Tais termos, transação e compromisso, estão literalmente expressos por Clóvis Bevilacqua¹²⁸, quando da defesa de seu projeto, mas também podem ser identificados nas origens do Código Civil vigente, cujo esboço que se veio a aprovar data da década de 70¹²⁹.

Reprisado o contraste entre os velhos e os novos tempos, progride a legislação civil no âmbito de proteção à mulher ao passo que mantém anacronismos em relação à sua condição.

Positivamente, aponta Flávia Piovesan:

O novo Código Civil introduz avanços significativos no que tange à proteção dos direitos civis da mulher, sob a perspectiva da igualdade entre os gêneros. Elimina, assim, as normas discriminatórias até então vigentes, como, por exemplo, as referentes à chefia masculina da sociedade conjugal; ao pátrio poder e à preponderância do marido na administração dos bens do casal, inclusive dos particulares da mulher; à anulação do casamento pelo homem, caso ele desconheça o fato de já ter sido a mulher deflorada, e à deserdação da filha desonesta que viva na casa paterna¹³⁰.

Foram colhidas, no trajeto histórico, transformações que se incorporaram nesta última versão do normatizado codificado, como a revogação, pelo Estatuto da Mulher Casada (1962), da incapacidade adquirida após o matrimônio pelas

¹²⁷ FACHIN, Luiz Edson. **O avesso da mulher no direito**. In: Caderno da pós-graduação da faculdade de direito da UERJ, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, setembro de 1995, p. 89.

¹²⁸ BEVILACQUA, Clóvis. **Em defesa do projecto de código civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906, p. 40.

¹²⁹ “Esse projeto envelheceu em termos, pois a Comissão designada em 1969 para elaborar o anteprojeto, que teve como supervisor o Professor Miguel Reale, recebeu duas orientações do governo até o seu envio ao Congresso Nacional, em 1975: em primeiro lugar, manter tudo aquilo que continuasse válido no Código de 1916, e, em segundo, inovar, ou seja, modernizá-lo em face de um Código que, embora promulgado em 1916, na realidade, era fruto do século XIX (...)”. (ALVES, José Carlos Moreira. Aspectos gerais do novo Código Civil brasileiro. In: **III Jornada de Direito Civil**. Org.: Ruy Rosado Aguiar. Brasília: CJP, 2005, p. 16).

¹³⁰ PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. In: **O progresso das mulheres no Brasil (2003-2010)**. Org.: Leila Linhares Barsted; Jacqueline Pitanguy. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 80.

esposas¹³¹, bem como a possibilidade do divórcio, cuja primeira disciplina, entre nós, data de 1977. Mas é inegável que a Constituição de 1988 é que enunciou, vez por todas, a equiparação dos direitos, influenciando o tom mais atento à personagem mulher do Código Civil de 2002.

Por outro lado, guarda a legislação civil vigente resquícios explícitos de uma concepção patriarcal, como exemplifica a referência incômoda ao termo “conduta desonrosa”, ainda presente neste documento, e a descabida valorização do instituto do casamento expressa, ilustrativamente, nos artigos 1.520 e 1.551^{132 133}.

Igualmente insatisfatório é o trato das famílias não fundadas no casamento, o que se infere, por exemplo, da noção desqualificada de concubinato e de união estável que se extrai da versão atual deste diploma¹³⁴, impactando negativamente na condição feminina, e em relação aos filhos havidos fora do casamento, os quais não podem residir, segundo o texto legal, no lar conjugal sem o consentimento daquele que não o gerou. Conforme se observa, espectros da ilegitimidade de certas uniões e de filhos gerados fora do matrimônio ainda rondam o Código Civil.

Outro dado relevante é a manutenção do instituto da culpa quando da dissolução do vínculo conjugal. Isso porque perder o sobrenome do outro e limitar o pedido de alimentos pelo culpado, como prevê o texto legal, são consequências que impactam com gravidade quase que exclusivamente as mulheres.

Portanto, não se confronta à plenitude, pelo direito normatizado codificado, o tradicional espaço destinado a elas na sociedade, o que evidencia um perfil da falência de uma técnica legislativa que, sem se oxigenar, fotografa valores de um tempo e os estabiliza para muito além do possível¹³⁵.

¹³¹ Sobre o contexto político que possibilitou esta transformação, confira-se: MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962 ou como são feitas as leis**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16 (2), Maio/Agosto, 2008.

¹³² PIMENTEL, Silvia. **Perspectivas jurídicas da família**: o Novo Código Civil e a violência familiar. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 71, 2002.

¹³³ Art. 1.520. Excepcionalmente, será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil (art. 1517), para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez. Art. 1.551. Não se anulará, por motivo de idade, o casamento de que resultou gravidez.

¹³⁴ SILVA, Marcos Alves da. **Da monogamia**: a sua superação como princípio estruturante do direito de família. Curitiba: Juruá, 2013, p. 129.

¹³⁵ FACHIN, Luiz Edson. **Teoria crítica do direito civil à luz no novo Código Civil Brasileiro**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012, p. 219.

2.2.2 Eudemonismo: “ser” e “estar” em família no normatizado emancipado

Ganha força nas novas luzes lançadas sobre o Direito das Famílias contemporâneo o papel da felicidade, da autonomia e da responsabilidade partilhada.

Localiza-se, originalmente, no cenário jurídico nacional, a seguinte lição de José Lamartine Corrêa de Oliveira e Francisco Muniz: “a concepção eudemonista da família progride à medida que ela regride ao seu aspecto instrumental”¹³⁶. O termo remonta à expressão do francês Andrée Michael, em artigo da década de 70¹³⁷.

Entende-se referida concepção como a realização pessoal dos membros que fazem parte de certo núcleo familiar, incluindo-se na esteira da individualização que parece alcançar os relacionamentos afetivos hodiernos e sobre a qual já se discorreu.

Embora pareça elementar a necessidade de aferição da satisfação de cada um dos que compõem o arranjo, tal característica é diversa da concepção que vigorou no Direito das Famílias clássico. Segundo exposto, no passado, enunciou-se inclusive pela letra legal a família como lócus de manutenção da estabilidade social agregada à condição de conformação aos papéis forjados pela moral dominante. Tal moldagem, transportada para a racionalidade codificada, reforçou um único modelo como formador da família, do qual não se permitia desvincular.

A perspectiva atual, destacando a felicidade dos sujeitos, opera em um modo emancipatório ao considerar a complexidade destas identidades como tais, sendo seus formadores construtores dos próprios destinos e significadores das próprias vivências. Assim sendo, “é na busca da felicidade que o indivíduo viu-se livre dos padrões estáticos para constituir sua família”¹³⁸.

¹³⁶ OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de; MUNIZ, Francisco José Ferreira. **Curso de Direito de Família**. 4 Ed. Curitiba: Juruá, 2001, p. 13.

¹³⁷ MICHEL, Andrée. **Modèles sociologiques de la famille dans la sociétés contemporaines – réformes du droit de la famille**. In: Archives du Philosophie du Droit, Paris, 131, 1975.

¹³⁸ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores para o direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005, p. 167.

Pretensamente contraposta ao sentido transpessoal de outrora, esta concepção “transcende a noção de grupo agregado pelo afeto para indicar um espaço privilegiado de realização e desenvolvimento individual numa vida em relação”¹³⁹.

Contudo, ressalta-se que a valorização de referida subjetividade dos que compõem o núcleo familiar não se lê como exacerbação do hedonismo de cada qual envolvido na relação. O entendimento é de que “entre eudemonista e hedonista não há, na matéria, mais que uma semelhança de palavras”, pois “o novo modelo, ainda em estado de formação, contém um forte apelo ao exercício da responsabilidade na sua mais radical expressão, vale dizer, aquela em que a instância ética não se situa fora, mas dentro da pessoa mesma”¹⁴⁰.

Não se pode olvidar que se trata de um conjunto de individualidades no qual não se deve buscar submissão alheia em nome da satisfação do desejo de um. Neste sentido é que a alteridade se faz presente em uma família que satisfaça a concepção eudemonista¹⁴¹. Consequentemente, deve ser lida em cotejo à solidariedade, impondo o respeito ao outro¹⁴². De tal temperamento, portanto, é que destacamos, em família, a sintonia já referida entre o indivíduo e o todo, entre o “eu” e o “outro”, entre realização pessoal e responsabilidade, entre independência e dependência.

Os marcos normativos nacionais que acompanham esta percepção mais emancipada se confortam em alguns dispositivos do Código Civil, mas especialmente na sistemática extraída da Constituição, como também da ordem normativa internacional e de alguns microssistemas.

Do texto constitucional, tem-se que o art. 226, parágrafo 8º, sustenta a proteção da família na pessoa de cada um dos componentes que a integram. O

¹³⁹ CARBONERA, Silvana Maria. **Reserva de intimidade**: uma possível tutela da dignidade em um espaço relacional da conjugalidade. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 31.

¹⁴⁰ VILLELA, João Baptista. **Liberdade e família**. In: Revista da Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 1980, p. 10.

¹⁴¹ A este respeito, confira-se a reflexão de Luiz Edson Fachin e Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk, que consideram a dignidade da pessoa humana como resultante da compreensão desta ética da alteridade (FACHIN, Luiz Edson; RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **A dignidade da pessoa humana no direito contemporâneo**: uma contribuição à crítica da raiz dogmática do neopositivismo constitucionalista. In: Revista Trimestral de Direito Civil, Rio de Janeiro, v. 35, Julho/Setembro 2008).

¹⁴² PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo. **Famílias simultâneas**: da unidade codificada à pluralidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 28.

equilíbrio que reside na concepção do eudemonismo se conforta pela leitura do *caput* deste mesmo dispositivo, que remete à compreensão da família como base da sociedade. Relaciona-se à promoção dela como livre, justa e solidária, nos termos no art. 3º, I, do mesmo diploma.

Inovou, ainda, aquele mesmo dispositivo, ao enunciar a igualdade entre os cônjuges, no parágrafo 5º, e ao possibilitar o divórcio – facilitado, desde 2010, pela Emenda 66, sendo agora direito potestativo e independente de prazos temporais. Com isso, nota-se avanço na possibilidade de desfazimento do vínculo matrimonial, já tido por indissolúvel, em nome do reconhecimento da busca pela felicidade dos indivíduos que formam o casal, pois que ambos não constituem uma instituição independente deles próprios e estabilizada a ponto de desconsiderar a liberdade que têm em deixar a qualquer tempo a relação. Conforme se averigua, o aspecto individual recebe renovada tonalidade.

O comando legal acima referido previu, no parágrafo 8º, mecanismos de coibir a violência no âmbito doméstico. Sobre tal propósito, indispensável a menção à Lei 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, iniciativa do movimento de mulheres brasileiras que, em face de um emblemático caso de violência, foi bem sucedido ao conduzi-lo à litigância transnacional e participou do processo de aprovação deste documento que rompeu com a inércia do Estado brasileiro frente a um gravíssimo contexto de violação de direitos humanos¹⁴³.

Ademais, o reconhecimento de que há família para além do casamento, vocalizado por menção expressa à união estável e à monoparentalidade, nos parágrafos 3 e 4º do mesmo art. 226 da Constituição, também aprofundou o âmbito de proteção das mulheres no país. O melhor entendimento deste enunciado é de que tal rol não é taxativo, mas exemplificativo de como ser famílias¹⁴⁴. A já citada Lei Maria da Penha também contribui para uma perspectiva ampliada deste conceito,

¹⁴³ PIOVESAN, Flávia; FACHIN, Melina Girardi. Direitos humanos das mulheres: família e violência: reflexões à luz da lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). In: **Direito das Famílias por juristas brasileiras**. Org.: Joyceane Bezerra de Menezes; Ana Carla Harmatiuk Matos. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 86.

¹⁴⁴ Sobre a compreensão deste enunciado como cláusula geral de inclusão, confira-se: LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do *numerus clausus*. In: **Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família**. Belo Horizonte: IBDFAM/OAB-MG, 2002.

deixando claro que se destina a relações pessoais independentemente da orientação sexual¹⁴⁵.

Por fim, do art. 226, merece destaque, em análise atenta à condição feminina, o parágrafo 7º, que consagra o dever do Estado em prover os recursos necessários ao livre planejamento familiar, vedada qualquer intervenção coercitiva.

Por sua vez, o art. 227 da Constituição consagra a proteção da criança e do adolescente como prioritária, e, elogiosamente, escamoteia designações discriminatórias relativas à filiação, se decorrente ou não de relação matrimonial¹⁴⁶. Neste diapasão, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) complementa a integral prioridade que têm estes personagens no contexto da família e da sociedade e pode ser considerado aliado na insurgência contra o patriarcado, pois que este também envolve o poder masculino sobre a prole.

Mencionando mais conquistas do movimento feminista no processo de democratização nacional consagrado pelo marco normativo de 1988, destaca-se, por óbvio, o art. 5º, I, consagrador da igualdade entre homem e mulher. Já do art. 7º, XX, extrai-se a especial proteção da mulher no âmbito do trabalho, proibindo-se ainda, pelo inciso XXX, a discriminação no mercado por motivo de sexo ou estado civil.

Do ponto de vista internacional, destacam-se a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher de 1979, a Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento do Cairo de 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher de 1994 e Declaração e a Plataforma de Ação da Conferência

¹⁴⁵ PIOVESAN, Flávia; FACHIN, Melina Girardi. Direitos humanos das mulheres: família e violência: reflexões à luz da lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). In: **Direito das Famílias por juristas brasileiras**. Org.: Joyceane Bezerra de Menezes; Ana Carla Harmatiuk Matos. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 79.

¹⁴⁶ Embora a mentalidade codificada também remanesça na prática jurisdicional, às vezes escancaradamente, como exemplifica o seguinte relatório de sentença de 2014: “Trata-se de ação de indenização por perdas e danos (Em apenso, ação cautelar de sequestro de bens imóveis) que Marcos Antonio de Oliveira Evangelista move em face de Marcos Evangelista, seu genitor, **em virtude de ser filho espúrio de pessoa casada** (com muitos bens e influente em seu meio social), obrigando sua genitora (em estado gravídico) a assinar declaração no gabinete (...)” (7ª Câmara de Direito Privado. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível 0057805420108260103. Relator Ramon Mateo Junior, julgado em 16 de maio de 2014, grifos nossos).

Mundial sobre a Mulher de Pequim de 1995, as quais têm possibilitado positivas transformações internas¹⁴⁷.

Cotejando a realidade estruturada que acompanhou os mencionados avanços, entre o sufragismo que culminou com o direito ao voto, em 1932, e as três décadas seguintes, experimentou-se relativa desmobilização do feminismo no país¹⁴⁸. Os anos seguintes à década de 60, marcadamente a partir de 1975, conviveram com a ambivalência entre a atuação crescente deste movimento como relevante ator político no cenário nacional e a oposição radical da ditadura à agenda dos direitos humanos¹⁴⁹.

Sequencialmente à derrocada dos militares, abriram-se algumas vias de diálogo nos anos 80 entre Estado e movimentos sociais, permitindo a participação de um cada vez melhor articulado feminismo na formulação dos contextos político e jurídico nacionais. Da “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, preparada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulheres, aproveitaram-se 80% das pautas¹⁵⁰.

Nota-se, pois, que os progressos em tal seara não surgiram necessariamente como espelho de uma inovadora compreensão social generalizada sobre a condição feminina, mas como vitorioso projeto propulsado pela articulação séria e combativa das mulheres.

De fato, o raciocínio estruturalista, conforme denominado por Teresa Cristina de Novaes Marques e Hildete Pereira de Melo, peca ao, mecanicamente, atribuir as

¹⁴⁷ PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. *In: O progresso das mulheres no Brasil (2003-2010)*. Org.: Leila Linhares Barsted; Jacqueline Pitanguy. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 62.

¹⁴⁸ COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. *In: Olhares feministas*. Org.: Adriana Piscitelli; Hildete Pereira de Melo; Sônia Weidner Maluf; Vera Lucia Puga. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009, p. 52.

¹⁴⁹ PITANGUY, Jacqueline. Advocacy: um processo histórico. *In: O progresso das mulheres no Brasil (2003-2010)*. Org.: Leila Linhares Barsted; Jacqueline Pitanguy. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 35.

¹⁵⁰ PITANGUY, Jacqueline. **Movimento de mulheres e política de gênero no Brasil**. Disponível em: <http://www.cepal.org/mujer/proyectos/gobernabilidad/documentos/jpitanguy.pdf>. Acesso em 13 de novembro de 2014.

mudanças na disciplina do Direito das Famílias apenas a algumas tendências modernizantes da sociedade, minimizando a importância dos atores políticos¹⁵¹.

De qualquer modo, embora resistentes aspectos do ideário heteropatriarcal reformatado no século XIX e no seguinte, quanto à compreensão das famílias, não há dúvida de que existe uma atmosfera mais plural. E com os ventos da democratização e da crescente participação das feministas no cenário político, é possível afirmar que “no amplo horizonte de construção dos direitos humanos das mulheres, jamais se caminhou tanto quanto nas últimas décadas”¹⁵².

A técnica adotada na formulação dos enunciados constitucionais difere da que é comum ao movimento codificador – o que também acaba por se refletir nos microssistemas, que se distanciam dos monumentos legais oitocentistas¹⁵³.

Sem prescrever à exaustão o “ser” e o “estar”, abrem-se os modelos de família e de identidades, de modo que “as frias estruturas nominalísticas são obrigadas a satisfazer novas funções”¹⁵⁴, nestas, compreendido o eudemonismo. Investe-se em conceitos indeterminados, princípios e cláusulas gerais. A discricionariedade se afasta a partir da leitura adequada da Constituição formal, mas também – e principalmente – da substancial, em que se reconhece referido potencial emancipatório.

Por tal caminho, desenreda-se da inflexibilidade dos códigos em favor de uma perspectiva que permite reconstrução mais dinâmica. Favorece-se um olhar

¹⁵¹ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962 ou como são feitas as leis**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16 (2), Maio/Agosto, 2008.

¹⁵² PIOVESAN, Flávia; FACHIN, Melina Girardi. Direitos humanos das mulheres: família e violência: reflexões à luz da lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). In: **Direito das Famílias por juristas brasileiras**. Org.: Joyceane Bezerra de Menezes; Ana Carla Harmatiuk Matos. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 87.

¹⁵³ “A igualdade legislativa é um sonho esquecido, na medida em que as normas jurídicas são particularizadas e com efeitos distributivos precisos. A ideia de ordenar a sociedade ficou sem efeito a partir da perda do prestígio das visões totalizadoras; o Direito Civil se apresenta antes como estrutura defensiva do cidadão e de coletividades do que como ‘ordens sociais’. O Código divide sua vida com outros Códigos, com microssistemas jurídicos e com subsistemas” (LORENZETTI, Ricardo Luiz. **Fundamentos do direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p. 45).

¹⁵⁴ PERLINGIERI, Pietro. **O direito civil na legalidade constitucional**. Trad. Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 235.

inclusivo do que se marginalizou, abrindo mão de conceitos fechados. Logo, mitigada a paranoica segurança que enseja o pensamento moderno¹⁵⁵.

Concluindo, assim, pela porosidade do texto constitucional, é possível compreender o espaço normatizado das famílias como plural e de contornos fluidos. O Direito das Famílias desenvolve principiologia própria que acena à dignidade da pessoa humana, central no ordenamento jurídico brasileiro, vocacionando-se, ineditamente, para recepcionar realidades destoantes do excessivo formalismo codificado. Mais distante, assim, da artificialidade do sujeito de direito, busca-se insuflar a pessoa humana como referência, repersonalizando o trato das relações civis a partir do indivíduo concreto em coexistência.

Porém, a positivação e o comprometimento em defesa deste ideal não necessariamente atingiram a linha majoritária do praticado, o que deve instigar a dúvida. Por isso é que, apesar das conquistas normatizadas, não há que se decretar encerrada a denúncia enquanto o praticado reproduzir permanências incômodas. Não por menos, o feminismo “nunca esteve tão vivo, tão atuante como nesse início de século, de milênio”¹⁵⁶.

Embora tanto uma gama indeterminada de vivências outrora denominadas ilegítimas quanto uma gama indeterminada de identidades, especialmente aquelas com que não se preocupou ao longo da história, tenham melhor marco normativo, tendente ao emancipado, não se pode perder de vista que não é esta a dimensão que se considera protagonizar a construção efetiva das famílias mais sintonizadas ao eudemonismo, e sim as relações reais sobre as quais os enunciados pretendem se projetar. Sobre estas, parece que ainda contribuem na delimitação de um “ser” e de um “estar” em família segundo perspectivas de dominação que não raro resultam na reinvenção da submissa condição feminina.

¹⁵⁵ “No plano do direito subjetivo podem-se localizar interessantes alterações em face daquela conformação clássica abstrata do sujeito. Parece fundamental, todavia, abandonar-se a postura da segurança dos conceitos, uma vez que, em uma certa medida, as explicações segmentadas conduzem a uma banalização da complexidade dos problemas” (FACHIN, Luiz Edson. **Teoria crítica do direito civil à luz do novo Código Civil Brasileiro**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012, p. 215).

¹⁵⁶ COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: **Olhares feministas**. Org.: Adriana Piscitelli; Hildete Pereira de Melo; Sônia Weidner Maluf; Vera Lucia Puga. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009, p. 51.

Se “a perspectiva protetiva eudemonista da Constituição se dirige à concretude da vida, e não a uma abstração”¹⁵⁷, é necessário atentar para a linha do praticado em famílias. Neste diapasão, ainda é evidente que a configuração pátria de vivência dos afetos não inspira condições plenas de realização do eudemonismo nem nas conjugalidades nem nas parentalidades.

2.3. Rupturas e permanências na linha do praticado

2.3.1 Expectativas majoritárias em relação às mulheres

Reconhecido no bojo do eudemonismo o fenômeno da individualização das famílias, infere-se que o controle destas por seus próprios membros ressoou na liberdade para se envolver e deixar os relacionamentos afetivos, bem como para constituir o núcleo de que fazem parte de maneira que melhor reflita seus anseios pessoais, sem se desengajarem da realização existencial daqueles com quem convivem¹⁵⁸.

Porém, os rumos que conduziram à individualização de tal núcleo se trilharam, ao longo da história, distintamente por homens e por mulheres. O próprio direito normatizado vigente sugere a vulnerabilidade desta personagem, consoante leitura da Lei Maria da Penha, bem como de outros personagens em família, nomeadamente as crianças e os idosos, conforme se infere dos estatutos que lhes dizem respeito.

É que mesmo com o incremento da urbanização, da informação, do consumo, de métodos contraceptivos mais permissivos ao prazer feminino, da profusão de ideais revolucionários especialmente na segunda metade do século XX, resiste o mito da mulher como plenamente realizada na esfera da intimidade e da domesticidade, ainda que admitida a ambivalência de sua figura no espaço público

¹⁵⁷ PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo. **Famílias simultâneas**: da unidade codificada à pluralidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 27.

¹⁵⁸ TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. **O direito das famílias entre a norma e a realidade**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 97.

desde que exemplar, de acordo com conhecidos estereótipos, no exercício da sexualidade, da maternidade e da conjugalidade.

Para expor permanências no ideário prevalente, abrindo as portas desta segunda metade de século, os anos dourados, que englobam a década de 50, tinham bastante definidas as expectativas sociais em relação a elas. Conforme se extraía dos meios de comunicação mais influentes, “na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidades de contestação”¹⁵⁹.

Contemporaneamente, muitas das hierarquias de outrora permanecem em costumes e valores misóginos, embora excessos tenham sido claramente mitigados¹⁶⁰. Dado que a historiadora Carla Bassanezi extrai o sentido do conteúdo do feminino durante os Anos Dourados das revistas dedicadas às mulheres, afirma-se que tampouco as de hoje o preenchem de maneira satisfatória se considerada a denúncia feminista.

A revista feminina “*Cláudia*”, desde os anos 60 até as versões atuais, embora eventualmente incorpore uma e outra pautas feministas, sempre direcionadas a mulheres de classe média e alta, segue contribuindo, majoritariamente, na imposição de padrões estéticos e de consumo no mercado da moda¹⁶¹, o que não contesta o significado do feminino como ser-para-o-outro.

Nem seria preciso recorrer a veículos de informação especializados no público feminino para se chegar a esta conclusão. Um singelo retrato é o site informativo *UOL*, um dos mais acessados no país. Na barra de links, além do merchandising, há conteúdo para leitura nas opções: *Notícias; Carros; Economia; Esporte; Entretenimento; Jogos; Tecnologia; Educação e Mulher*. Nesta, pode-se selecionar: *Horóscopo; Beleza; Casa e Decoração; Casamento; Comportamento; Gravidez e filhos; Moda*, sugerindo a relação forte que ainda se estabelece entre o feminino e a família ou entre o feminino e temas menores, considerados fúteis.

Do ponto de vista da publicidade, mencionando uma experiência recente da propagação de representações estereotipadas sobre as relações heterossexuais,

¹⁵⁹ BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. *In: História das mulheres no Brasil*. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 609.

¹⁶⁰ BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. *In: História das mulheres no Brasil*. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 637.

¹⁶¹ MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho D'água/Fapesp, 2001.

Gisele Bündchen protagonizou comercial de lingerie que sugeria às mulheres que contassem aos maridos de maneira sensual a novidade de que gastaram muito o dinheiro deles, a fim de não irritá-los. Provocado pela Secretaria de Política para Mulheres, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária arquivou, em 2011, o caso, por considerar que “os estereótipos presentes na campanha são comuns à sociedade e facilmente identificados por ela, não desmerecendo a condição feminina”¹⁶².

Fazendo lembrar o ideário reafirmado pelo normatizado codificado, é profundamente arraigada no contexto nacional a visão nuclear e patriarcal de família, à qual a população nacional majoritariamente adere como padrão, conforme concluiu relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada com base em dados colhidos em 2014:

Por maiores que tenham sido as transformações sociais nas últimas décadas, com as mulheres ocupando os espaços públicos, o ordenamento patriarcal permanece muito presente em nossa cultura e é cotidianamente reforçado, na desvalorização de todas as características ligadas ao feminino, na violência doméstica, na aceitação da violência sexual. A família patriarcal organiza-se em torno da autoridade masculina; para manter esta autoridade e reafirmá-la, o recurso à violência – física ou psicológica – está sempre presente, seja de maneira efetiva, seja de maneira subliminar¹⁶³.

Segundo o mesmo estudo, em 2014, 64% dos brasileiros entrevistados concordaram parcial ou totalmente com a afirmação de que o homem deve ser a cabeça do lar, tomando as decisões mais relevantes nesta seara. Consideráveis 79% também tendem a concordar com a afirmação de que toda mulher sonha em se casar, enquanto 60%, com a afirmação de que elas só se sentem realizadas quando têm filhos, sugerindo o apelo pelo cumprimento de um ideal feminino ainda relacionado ao matrimônio e à maternidade.

Confere-se, ainda, um desempoderamento das mulheres pelos próprios corpos e escolhas. Atrelando a sexualidade ao casamento, mais da metade dos

¹⁶² 1ª e 3ª Câmaras. CONAR. Representação 225/2011. Relatora Nelcina Tropardi, julgado em outubro de 2011.

¹⁶³ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Tolerância social à violência contra as mulheres**, p. 4. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em 20 de junho de 2014.

entrevistados tenderam a concordar com a afirmação de que “tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama”¹⁶⁴.

Lembre-se, do Direito das Famílias clássico, de como a castidade deu o tom do valor de troca de uma noiva no período de consolidação do ideário da família burguesa¹⁶⁵, e de como o caráter feminino segue conectado ao comportamento sexual delas¹⁶⁶, conduzindo ao cerceamento ainda vigilante e opressor.

De acordo com mesmo o levantamento, enquanto 90% concordam total ou parcialmente com a prisão de homens que batem nas esposas e 89% discordam total ou parcialmente de que eles possam xingá-las ou gritar com elas, mais da metade entendem que se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupro¹⁶⁷. Igualmente, 89% tendem a concordar que “roupa suja se lava em casa”, e aproximadamente 65%, que “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”¹⁶⁸.

As representações que se extraem destas compreensões, embora soem contraditórias, não são tão diversas do que se pregava no século passado.

¹⁶⁴ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Tolerância social à violência contra as mulheres.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em 20 de junho de 2014.

¹⁶⁵ D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: **História das mulheres no Brasil**. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 226.

¹⁶⁶ O Direito de Família do século XX documenta a relevância do adjetivo “honesta” para qualificar uma mulher casta, digna, pura. Mas as origens do termo são mais remotas. O sentido de honestidade corrente e central no período medieval dizia respeito à aderência do indivíduo à sua própria natureza. Daí que se cunhou que mulher honesta seria a que respeita a sua natureza, ou seja, sujeita-se, de bom grado, à inferioridade que a ordem das coisas obriga (HESPANHA, Antônio Manuel. **Imbecillitas**: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010, p. 50). Tal conceito, referindo-se à moral sexual ilibada e ao satisfatório desempenho dos papéis de mãe e de companheira, supostamente da natureza feminina, embora bem menos frequente, ainda tem aplicação. Por exemplo, veja-se: Voto do revisor Desembargador Hector Valverde. 6ª Turma Cível. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Apelação Cível 20120910235205. Relator: Esdras Neves, julgado em: 12 de novembro de 2014. Neste caso, não só se recupera este exato significado do termo “mulher honesta” como também se parte da premissa de que “mãe alguma no mundo admitiria que o nome do pai de sua filha não constasse no seu registro apenas em razão de desajustes familiares entre eles”, sugerindo o quanto estereótipos podem balizar decisões.

¹⁶⁷ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Tolerância social à violência contra as mulheres.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em 20 de junho de 2014.

¹⁶⁸ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Tolerância social à violência contra as mulheres.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em 20 de junho de 2014.

Em manual da década de 60 para recém-casados, assim se explica o que se espera de um homem no trato de sua esposa:

Todos os homens, por consequência, devem considerar com muito cuidado o problema das suas relações com a que eles escolheram para ser sua mulher, guardiã da sua casa, mãe dos seus filhos. Deve compreender que a felicidade desta, a sua saúde, o seu aspecto, o seu encanto, tudo o que a torna atraente, depende em grande parte da maneira como ele se conduz com ela. Que ele a trate pois com requintada amabilidade e delicadeza¹⁶⁹.

O autor esclarece que o marido, dotado de constituição robusta e de melhor equilíbrio dos nervos, possui razão suficiente para notar que os dias de uma mulher “são completamente preenchidos com esforços minuciosos e com deveres muitas vezes insignificantes”¹⁷⁰. Portanto, que sejam compreensivos e nunca agressivos, em nome de preservar na companheira “tudo o que a torna atraente”¹⁷¹.

Dela, espera-se que “aceitará de boa vontade conservar-se, se fôr preciso, um pouco no segundo plano a fim de dar ao marido e ao trabalho que ele realiza, o primeiro lugar”, fornecendo ao companheiro motivos concretos para “testemunhar a afeição que ela desejar”¹⁷².

¹⁶⁹ BEACH, Raimundo. **Nós e nossos filhos**. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1968, p. 143.

¹⁷⁰ BEACH, Raimundo. **Nós e nossos filhos**. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1968, p. 137.

¹⁷¹ A crítica à experiência da vivência feminina como necessariamente agradável aos olhos está também presente na literatura feminista. Não se olvide que o controle estético exercido sobre elas é rigoroso, constante e confirma sua construção sociocultural de ser-para-o-outro. Não raro, toma-se tal aspecto como da natureza da mulher, balizando estereótipos de gênero. Em julgamento de danos materiais, estéticos e morais à vítima que, por conta de acidente de trânsito culposos, passou a andar de modo descompassado, concluiu-se: “Sendo a autora mulher, obviamente o caminhar deambulante compromete sua apresentação e estética e a submete aos embaraços e preocupações relacionados à vaidade feminina, havendo portanto o dano estético que enseja reparação” (19ª Câmara Cível. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Apelação Cível 0005783-18.2010.8.19.0066, Relator: Marcos Alcino de Azevedo Torres, julgado em 24 de setembro de 2013). No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais ponderou, em caso no qual dado produto de beleza danificou os cabelos da requerente, “o que representaria para uma mulher a perda de suas madeixas. Evidentemente e pela própria natureza feminina, tal fato se torna insuportável e inconcebível” (10ª Câmara Cível. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível 1.0079.00.007603-8/001, Relator: Cabral da Silva, julgado em 03 de outubro de 2010). E, finalizando, considerou o Tribunal de Justiça de São Paulo que o dano estético, ao que tudo indica, “afeta profunda e indelevelmente a alma feminina” (36ª Câmara de Direito Privado. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível 9181125642008826, Relator: Palma Bisson, julgado em 08 de novembro de 2012).

¹⁷² BEACH, Raimundo. **Nós e nossos filhos**. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1968, p. 143.

Por outro lado, lamenta o autor que uma mulher que se mostre “ordinária, vulgar, animal” e falhe em “conceder satisfações morais ao seu companheiro” talvez seja parcialmente responsável por um certo estado de coisas ¹⁷³, nestas compreendidas a agressividade e a infidelidade masculinas.

Concepções semelhantes são extraídas na contemporaneidade. Subjaz a premissa de que basta a cooperação conjugal para prevenir a violência ensejadora da interferência estatal no lar. Conforme concluído no relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a crença geral é de que “um homem deve tratar bem sua esposa, e, enquanto o fizer, ‘rusgas’ menores devem ser resolvidas no espaço privado. A esposa, por sua vez, deve ‘se dar o respeito’, se comportar segundo o papel prescrito pelo modelo”¹⁷⁴.

Da perplexidade em razão das permanências decorrem algumas críticas, já apresentadas, de setores avançados em relação ao Direito das Famílias. A desconfiança se resume em considerá-lo verdadeiro Midas às avessas, pois que disponibilizaria institutos, feito o casamento e a união estável, tão carregados pelo sentido heteropatriarcal que terminaria por contaminar vivências potencialmente emancipadas, tornando-as idênticas às mais opressoras.

Um breve sobrevoo pelas compreensões prevalentes acerca da condição feminina ainda sugere a insuficiência de uma possível abordagem calcada no disciplinamento autônomo, pelos cônjuges e pais, dos temas familistas. É provável que esta perspectiva, exposta no primeiro capítulo, que afasta tanto quanto possível o condão estatal¹⁷⁵, admitindo-o apenas em casos extremos, como de violência doméstica, não conduza a um modelo democratizado. Isso porque se percebe profundo quadro de impotência contextual, dados os universos reais e simbólicos de hierarquia.

Parece, enfim, que não necessariamente venceram as experiências emancipadas. As transformações constatadas podem não significar evidentes sinais

¹⁷³ BEACH, Raimundo. **Nós e nossos filhos**. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1968, p. 152-153.

¹⁷⁴ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Tolerância social à violência contra as mulheres**, p. 4. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em 20 de junho de 2014.

¹⁷⁵ Sobre o tema: ALVES, Leonardo Barreto Moreira. **Direito de família mínimo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

dos tempos ou avanços da apurada mentalidade contemporânea, mas conquistas de indivíduos concretos que pressionaram o reconhecimento de novas tonalidades de vivências afetivas¹⁷⁶.

Seguem muitas mulheres oprimidas, porém, existindo, resistindo ou sucumbindo, sem que as promessas do emancipado as atinjam, o que reforça a importância da luta social, da crítica constante e do desenvolvimento teórico e prático, no âmbito jurídico, contributivo ao empoderamento feminino efetivo.

2.3.2 Vivências familiares disfuncionais

A complexidade vivida desafia o direito normatizado, explicitando sua insuficiência e derrubando a arrogância moderna de controle do todo. O que parece uniforme na disciplina legal não espelha necessariamente as realidades majoritárias. Por consequência, a luta e a improvisação pelas sobrevivências à margem do Direito muitas vezes tomam feições espontâneas de resistência e, aos poucos, reformulam o que está estabilizado¹⁷⁷.

Destacou-se, neste íterim, o artificialismo em se transplantarem as famílias nucleares e matrimonializadas como referências absolutas do direito normatizado codificado, bem como as nefastas consequências que deflagraram ao naturalizarem conteúdo misógino à condição feminina, idealmente limitada ao lar.

A redução de sua atuação na esfera privada, porém, desde então, longe de refletir a realidade nacional,

(...) tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se da realidade de outrora para constatar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa¹⁷⁸.

¹⁷⁶ BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. *In: História das mulheres no Brasil*. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 637.

¹⁷⁷ MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gêneros: usos e perspectivas. *In: Olhares feministas*. Org.: Adriana Piscitelli; Hildete Pereira de Melo; Sônia Weidner Maluf; Vera Lucia Puga. Brasília: Ministério da Educação, 2009, p. 281.

¹⁷⁸ FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In: História das mulheres no Brasil*. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 517.

Destoando do padrão moral reproduzido pelo Estado e pelo que dominava os espaços de produção e de propagação de conhecimento, essas personagens viram-se profundamente incompreendidas ao olhar do Direito. Nota-se, com isso, o distanciamento entre o normatizado, o emancipado e o praticado.

Conforme observou Cláudia Fonseca, durante a primeira metade do século XX, os ofícios delas não eram encarados como profissão, custavam bem menos e afetavam negativamente suas reputações, o que fazia com que o ideário dominante fosse almejado inclusive por quem não era horizonte possível, vivendo tais mulheres verdadeiramente “entre a cruz e a espada”¹⁷⁹. A condição de miserabilidade que as obrigava a buscar sustento em um contexto de trabalho especialmente hostil, a cruz; a sonhada remissão da culpa por descumprir um ideal do feminino, a espada.

A regulação da moral naqueles termos não comportava que a mulher, cuja natureza, conforme mencionado, no imaginário social, relaciona-se ao sacrifício e à devoção ao outro, declinasse de atender este núcleo cada vez menor de indivíduos da família, sem transferir ou repartir tal ônus a personagens estranhos ao lar.

Viria a norma oficial de todo um século lutar contra “as formas tradicionais de solidariedade representada pela vizinhança, família e grupos clânicos, compadrio e tutela”¹⁸⁰, ignorando alternativas para que as mães solteiras e pobres dessem conta de balancear maternidade e trabalho externo.

Estas formas de organização a que se propôs o direito normatizado codificado combater, aliás, na contemporaneidade, resistem, inspirando esforços no sentido de garantir efeitos jurídicos, através do embrionário conceito de família solidária, às entidades monoparentais também compostas por mulheres que “unem-se, até mesmo coabitando, de tal modo que pelo auxílio mútuo consigam continuar inseridas no mercado de trabalho e atendendo às necessidades das crianças”¹⁸¹.

Para socorrer situações de vulnerabilidade e que evidenciam uma troca desejável em famílias no exercício da maternidade, compele-se o Direito a criar rotas de fuga desta prisão de cuja construção ele próprio participou. A propósito, em

¹⁷⁹ FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: **História das mulheres no Brasil**. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 516.

¹⁸⁰ D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: **História das mulheres no Brasil**. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 226.

¹⁸¹ MATOS, Ana Carla Harmatiuk. “Novas” Entidades Familiares e seus Efeitos Jurídicos. In: **Família e Solidariedade: Teoria e Prática do Direito de Família**. Coord.: Rodrigo da Cunha Pereira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 46.

2005, constatou-se que o modelo familiar brasileiro que mais sofre com a pobreza compreende, precisamente, as famílias monoparentais compostas por mães sem cônjuges¹⁸².

Portanto, ainda que a chefia de lares seja muitas vezes exclusiva delas, tal condição não significa um empoderamento patrimonial, relacional e individual incontroverso. Pode, ao revés, refletir uma experiência de dignidade negada. A título de informação, em 2009, as mulheres solteiras sustentavam mais de 35% dos lares brasileiros, sendo elas, em sua maioria, negras ou pardas¹⁸³.

Igualmente, o casamento nunca significou fonte exclusiva de constituição de famílias. Todavia, tampouco o desprendimento da estrutura matrimonializada reflete, por si só, a superação de práticas comuns ao patriarcado.

Sabe-se, da união estável, antes denominada concubinato, que não é recente. Com efeito, “todos os chamados intérpretes do Brasil fizeram referência ao concubinato como uma das mais distintivas marcas da colonização”¹⁸⁴. Este design de família, nos primórdios, longe de expor uma evidente rejeição da tradição, uma resistência ao que se naturalizou no conteúdo da conjugalidade, “guardava todos os traços típicos imputados à família matrimonial”, como “a fidelidade da mulher concubina e seu desempenho e desvelo maternos”¹⁸⁵.

O que distinguiu tais relacionamentos, mais remotamente, eram suas personagens, se moças de família ou negras, índias e brancas pobres¹⁸⁶. De fato, a mais grave violência misógina, simbólica e física, contra uma parcela

¹⁸² SORJ, Bila; GAMA, Andrea. Family policies in Brazil. In: **Handbook of family policies around the globe**. Ed. Mihaela Robila. New York: Springer, 2014, p. 462.

¹⁸³ BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; MERCADO, Cristiano Miglioranza; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: **O progresso das mulheres no Brasil (2003-2010)**. Org.: Leila Linhares Barsted; Jacqueline Pitanguy. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 145.

¹⁸⁴ SILVA, Marcos Alves. **Da monogamia: a sua superação como princípio estruturante do direito de família**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 93.

¹⁸⁵ SILVA, Marcos Alves. **Da monogamia: a sua superação como princípio estruturante do direito de família**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 101.

¹⁸⁶ SILVA, Marcos Alves. **Da monogamia: a sua superação como princípio estruturante do direito de família**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 100.

interseccionada de mulheres, escancara relações profundas com o colonialismo e com o racismo¹⁸⁷.

Também hoje, “grande parte das uniões estáveis configura-se não como uniões livres, em resposta ou em repulsa às formalidades do casamento, mas, sim, como meio espontâneo de conjugalidade das populações economicamente desprovidas”¹⁸⁸, somando-se à falta de acesso à solenidade anacrônica que remanesce no trato legal do casamento¹⁸⁹.

Assim sendo, por uma breve análise acerca da monoparentalidade e da união estável, apenas para selecionar as famílias não fundadas no casamento expressamente previstas no texto constitucional, conclui-se que a estrutura deste todo não revela que o patriarcado, muito embora tenha sofrido rupturas, tenha sido derrocado.

Aferindo vestígios das reais vivências, o equilíbrio entre domesticidade e trabalho remunerado retoma a dicotomia entre o público e o privado que limitou os contornos femininos no direito normatizado codificado de quase um século. Acredita-se que a independência financeira se alia ao eudemonismo por mitigar recorrentes traços de hierarquia baseados no poder econômico¹⁹⁰.

A propósito, menciona-se o seguinte resultado de pesquisa empírica:

Entre nossas principais conclusões, podemos citar que a participação da mulher no mercado de trabalho, não somente com relação ao tempo dedicado a ele, mas, principalmente, com o aumento de sua remuneração frente ao total da renda familiar, impacta positivamente sua condição de

¹⁸⁷ GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América Latina**. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, 2014, p. 50.

¹⁸⁸ SILVA, Marcos Alves da. **Da monogamia: a sua superação como princípio estruturante do direito de família**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 287.

¹⁸⁹ HARMATIUK, Ana Carla Matos. **As famílias não fundadas no casamento e a condição feminina**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 16.

¹⁹⁰ Veja-se o seguinte relato como exemplo: “Azalea (43 anos), porteira de prédio, contou que quando ela e o marido chegaram do México, ele era o principal provedor. Na época, ele a obrigava a ter relações sexuais com ele, ela querendo ou não. Quando González-López perguntou para Azalea o que ela diria agora a seu marido se ele a pressionasse para ter relações sexuais, ela disse enfaticamente: ‘Eu digo não, porque eu me sustento. Se ele me sustentasse e me desse todas as coisas de que preciso, talvez então se tivesse de fazer o que eles [os homens] dizem’” (ZELIZER, Viviana. **Dinheiro, poder e sexo**. In: Cadernos Pagu, Campinas, v. 32, Janeiro/Junho 2009, p. 138).

barganha na família, implicando uma menor participação no trabalho doméstico¹⁹¹.

Diz respeito, “poder de barganha”, ao poder de diálogo e de decisão da mulher, fundando melhor ambiente de debate sobre as funções de cada qual no espaço compartilhado, possibilitando maior horizontalidade conjugal. Trata-se de dado significativo a uma compreensão eudemonista e democrática que visa à felicidade dos envolvidos.

Contudo, insatisfatoriamente, ao lado da progressiva consolidação das mulheres no âmbito laboral, elas gastam 26,6 horas semanais desempenhando trabalhos domésticos, contra 10,5 horas gastas pelos homens¹⁹².

Considerando um plexo de mulheres casadas brasileiras, em 2012, constatou-se que elas, em comparação aos outros personagens do lar, inclusive seus companheiros, “são as principais responsáveis pelas tarefas de lavar/passar roupa (94%), cozinhar e lavar louça (92%), limpar móveis e varrer (86%) e comprar produtos para a casa (76%)”¹⁹³.

Acresça-se que “mesmo mais escolarizadas, as mulheres auferem rendimento médio inferior ao dos homens, independente da ocupação, do grupo de atividade ou da escolaridade”¹⁹⁴. Elas os suplantam, em média, por meio ano a mais de estudo¹⁹⁵. Arrebatando, aproximadamente 70% dos empregadores brasileiros são

¹⁹¹ MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. **Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico**: homens e mulheres têm condições iguais? *In*: Estudos Feministas, Florianópolis, v. 18 (2), Maio/Ago 2010, p. 560.

¹⁹² SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Relatório anual do observatório Brasil da igualdade de gênero**. Disponível em: file:///Users/owner/Downloads/consolidadoobig2010.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2014, p. 16.

¹⁹³ ÁVILA, Maria Bethânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. *In*: **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Org.: Maria Bethânia Ávila; Verônica Ferreira. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia; Instituto Patrícia Galvão, 2014, p. 27.

¹⁹⁴ SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Relatório anual do observatório Brasil da igualdade de gênero**. Disponível em: file:///Users/owner/Downloads/consolidadoobig2010.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2014, p. 15.

¹⁹⁵ BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; MERCADO, Cristiano Miglioranza; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. *In*: **O progresso das mulheres no Brasil (2003-2010)**. Org.: Leila Linhares Barsted; Jacqueline Pitanguy. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 145.

homens no país¹⁹⁶.

Neste sentido, os estereótipos de gênero ainda desequilibram, entre nós, os papéis afetivo e econômico, tornando um sem número de vivências disfuncionais, reflexo de que também a inserção delas no âmbito laboral é marcada por avanços e permanências¹⁹⁷.

Conforme se constata, se o trânsito feminino em direção ao mercado de trabalho é maciço, o trânsito masculino em direção ao ambiente doméstico tem deixado a desejar¹⁹⁸. Ao lado da embrionária reinvenção das masculinidades no âmbito doméstico, volta-se a resistência de um heteropatriarcado que se blinda pelas manifestações cotidianas de machismo e de homofobia¹⁹⁹.

Não por menos, resistem determinados aspectos mesmo em relações homossexuais. Com efeito, ao enfrentarem “questões ligadas à autonomia versus intimidade; tomar decisões financeiras e em relação à sexualidade, à comunicação; resolver conflitos; cuidar da convivência com a família de origem, com os filhos, balancear relacionamento com responsabilidades profissionais”²⁰⁰, embora tendencialmente mais favoráveis à democratização de papéis, muitos reproduzem a tradicional divisão de que um polo corresponde ao feminino e o outro ao masculino, formatando, assim, vivências estereotipadas, dicotomizando as funções afetiva e econômica²⁰¹.

Desafio preponderante no Direito das Famílias contemporâneo segue na

¹⁹⁶ SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Relatório anual do observatório Brasil da igualdade de gênero**. Disponível em: file:///Users/owner/Downloads/consolidadoobig2010.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2014, p. 17.

¹⁹⁷ BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; MERCADO, Cristiano Miglioranza; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. *In: O progresso das mulheres no Brasil (2003-2010)*. Org.: Leila Linhares Barsted; Jacqueline Pitanguy. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 143.

¹⁹⁸ SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danieli Carusi. **Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil**. Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 37, n. 132, Setembro/Dezembro 2007, p. 573-594.

¹⁹⁹ GATTI, José. Notas sobre masculinidades. *In: Masculinidades: teoria, crítica e artes*. Org.: Fernando Marques Penteado; José Gatti. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011, p. 16.

²⁰⁰ NUNAN, Adriana. Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. *In: Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Org.: Miriam Grossi; Anna Paula Uziel; Luiz Mello. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 48-49.

²⁰¹ NUNAN, Adriana. Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. *In: Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Org.: Miriam Grossi; Anna Paula Uziel; Luiz Mello. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 62.

proposição de reflexões que reconheçam, no bojo da esfera afetiva, sistema de poder sócio-sexual peculiar, com potencial de fundar relações autoritárias informadas profundamente pelo desequilíbrio. Este é que deve ser combatido com o fito de se consolidar o projeto eudemonista.

Segundo já exposto, o que funda as famílias inspira tanto a possibilidade da emancipação quanto o gatilho da dominação, o qual parece disparado, pelas mãos do heteropatriarcado, com mais frequência do que muitas vezes se denuncia na doutrina que atesta o novo em Direito das Famílias.

Some-se aos descompassos acima mencionados o fato de seguir prevalente no âmbito do inconsciente um modelo andrógneo de pensar a família, a sexualidade e o afeto. Este conteúdo, cuja perversidade se oculta pelo fundamento de que consiste em consequência naturalizada e não construída, acaba por se refletir profundamente nos âmbitos conjugal e parental.

Conforme delimitado, esta dedicação prioritária da mulher aos cônjuges e à prole ainda vigora. Assim sendo, “muita coisa continua igual: as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e os demais familiares, sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas”²⁰².

No Brasil, considerado um plexo de mulheres casadas, trabalhadoras remuneradas e com filhos abaixo de 12 anos, 53% afirmaram não contar com ajuda substancial dos companheiros, considerando, 64% delas, mais decisiva a participação solidária de outras mulheres na criação dos pequenos, especialmente das avós destes²⁰³.

Em entrevistas empreendidas por cinco estados nacionais, 76,3% das meninas entre 6 e 14 anos citaram as mães quando perguntadas sobre quem cuidava delas no cotidiano, tendo apenas 26,8% priorizado a figura do pai²⁰⁴. A

²⁰² BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; MERCADO, Cristiano Miglioranza; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. *In: O progresso das mulheres no Brasil (2003-2010)*. Org.: Leila Linhares Barsted; Jacqueline Pitanguy. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011, p. 151.

²⁰³ ÁVILA, Maria Bethânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. *In: Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Org.: Maria Bethânia Ávila; Verônica Ferreira. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia; Instituto Patrícia Galvão, 2014, p. 25.

²⁰⁴ PLAN INTERNATIONAL BRASIL. **Por ser menina no Brasil**: crescendo entre direitos e violências. São Paulo: Plan International Brasil, 2015, p. 9.

migração paterna às atividades de cuidado com os filhos é realidade que remonta, entre nós, aos meados da década de 90, de modo que o apego aos papéis historicamente seccionados entre homens e mulheres segue vívido²⁰⁵.

Evidência deste fato é que muitas mães não contestam a sobrecarga, em relação aos pais, na atuação precária em relação à prole, por pensarem que os homens seriam naturalmente despreparados para algumas funções²⁰⁶. Sem embargo, concluiu-se que “em ambas as camadas [média e popular], o significado atribuído à maternidade antagonizava-se e coexistia com os sentidos construídos sobre trabalho, o que em muitos casos gerou explicitamente um sentimento de culpa em relação aos cuidados dispensados aos filhos”²⁰⁷.

No que tange à violência efetiva, por fim, que se faz imprimir nas próprias corporalidades femininas, passando muito ao largo do normatizado, constatou-se que não houve impacto da Lei Maria da Penha no contingente de feminicídios no país²⁰⁸.

Desta feita, constatar alterações nas estruturas familiares não é suficiente para compreender as vivências em famílias²⁰⁹. Discorrer sobre alterações em uma norma ou em um costume específico tampouco permite a conclusão de que o

²⁰⁵ ANDRADE, Denise Almeida de. A alienação parental e as relações familiares no Brasil. In: **Direito das Famílias por juristas brasileiras**. Org.: Joyceane Bezerra de Menezes; Ana Carla Harmatiuk Matos. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 671.

²⁰⁶ ALMEIDA, Leila Sanches de. **Mãe, cuidadora e trabalhadora**: as múltiplas identidades das mães que trabalham. In: Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 19, n. 2, Julho/Dezembro 2007.

²⁰⁷ ALMEIDA, Leila Sanches de. **Mãe, cuidadora e trabalhadora**: as múltiplas identidades das mães que trabalham. In: Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 19, n. 2, Julho/Dezembro 2007, p. 240.

²⁰⁸ Por este motivo é que se organizou o Observatório da Lei Maria da Penha no país: “*The Observatory of the Maria da Penha Law is unique in that it focuses on implementation. As research members of the observatory, essentially we are trying to construct a monitoring methodology. This is a pioneering task, as Brazil is a country where there is a considerable distance between what happens at a legislative level and the law’s actual implementation, a gap that affects women most*” (DE AQUINO, Silvia. Organizing to monitor implementation of the Maria da Penha Law in Brazil. In: **Feminist activism, women’s rights, and legal reform**. Org.: Mulki Al-Sharmani London; New York: Zed Book, 2013, p. 188).

²⁰⁹ SORJ, Bila; GAMA, Andrea. Family policies in Brazil. In: **Handbook of family policies around the globe**. Ed. Mihaela Robila. New York: Springer, 2014, p. 462.

conteúdo da conjugalidade ou da parentalidade se revolucionou na prática e que esteja sintonizado à chamada família individualizada²¹⁰ ou eudemonista.

Certos aspectos, vistos dum determinado prisma, sugerem o encerramento de uma longa história de dominação masculina nas relações humanas e, conseqüentemente, nas relações familiares, que passam a se entender como bastante disponíveis à regulação pelos próprios membros, com ênfase na esfera conjugal, em que haveria um incontestável equilíbrio entre os sujeitos.

Argumenta-se, pois, que, ainda que não seja totalmente evidente a decadência do heteropatriarcado, é como se o processo de vaporização da submissa condição feminina já estivesse em andamento, sendo consequência inevitável uma emancipação em breve. Porém, a promessa de dias melhores dificilmente consola o sacrifício das que vivem – e morrem – no presente.

Paradoxalmente, pontuais transformações podem esvaziar a reflexão de gênero, quando entendido o direito normatizado emancipado como ponto de chegada. Assim, é comum a premissa da horizontalidade conjugal no Direito das Famílias contemporâneo, sem a respectiva crítica de que a mesma trama familiar é reproduzida, fora dos enunciados, constantemente e se reflete nas vivências cotidianas. Igualmente, a corresponsabilização entre pai e mãe se infere como efeito desta flexibilização de papéis, embora o senso comum que inspire as práticas majoritárias não ateste o mesmo.

Não se toma a história como previsível, como mero fluxo de um inevitável aperfeiçoamento. A compreensão de que passado, presente e futuro mantêm harmônica relação, confirmando um pretenso modelo progressista-evolucionista de conhecimento, revela-se distorcida²¹¹. Ao revés, como se tentou discutir a partir de uma breve regressão temporal, é de uns eventos coerentes a seu tempo e outros imprevisíveis, dotada de algumas rupturas pontuais, mas também de uma série de permanências incômodas.

Se as mulheres seguem menos remuneradas, têm mais dificuldade em encontrar e se manter dignamente em trabalhos que a realizem como sujeitos, dedicam-se bem mais ao companheiro e aos filhos, reproduzindo privações maiores,

²¹⁰ YODANIS, Carrie; LAUER, Sean. **Is marriage individualized?** What couples actually do. In: *Journal of family theory and review*, Hoboken, n. 6, Junho 2014, p. 197.

²¹¹ STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916**. 2009. 211f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, UFPR, 2009, p. 10.

como a dupla ou a tripla jornadas, os ecos do patriarcalismo ainda pulsam²¹², subtraindo a possibilidade de eudemonismo a um plexo considerável de famílias.

Assim sendo, estes elementos são significativos para a afirmação de que o modelo heteropatriarcal de família, embora possa – e deva – ser veemente contrariado na linha do normativo emancipado, reflete pouco a linha do praticado, e que os projetos conjugal e parental têm implicado efeitos distintos nas vivências masculina e feminina no contexto nacional.

2.4 À guisa de problematização

A falta de percepção de que as escolhas em família não são tão livres quanto aparentam provavelmente resulta de algumas coincidências entre mentalidade codificada e opinião dominante. Não só a realidade limita, mas a reprodução generalizada de certo padrão como ideal faz com que as próprias construções sobre a identidade-eu e a identidade-nós, em família, dificilmente sejam livres, mas reflitam modelos “*prêt-à-porter*”. A opção que, pelas condições objetivas, culturais e sociais de construções de projetos de vida, não se abre revela verdadeiro déficit de liberdade que a crítica do Direito das Famílias contemporâneo deve considerar²¹³.

Em relação ao estruturado em volta do Código Civil de 1916, pouco se divergia da percepção de privatismo doméstico²¹⁴. Diante do padrão moral

²¹² MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **As famílias não fundadas no casamento e a condição feminina**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 63.

²¹³ No âmbito da conjugalidade: “Ora, esse aspecto de criação em sentido literal e metafórico aponta para uma característica intrínseca e incontornável da conjugalidade: a sua dinâmica própria. É que a realidade que é criada – vida em conjunto, relações familiares, filhos – não só interpela os atores no sentido identitário, como cria um sistema específico de possibilidades e limites de ação” (TORRES, Anália. A individualização no feminino, o casamento e o amor. Trad. Angela Xavier de Brito. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p.139). No âmbito da parentalidade: “*Thus the fact that most women choose to be primary parents at the cost of self-advancement of financial independence is not adequately explainable as a function of individual choice. Rather, it shows how individual choices are constructed by the prevailing ideologies*” (DHANDA, Amita; PARASHAR, Archana. Introduction. In: **Engendering law**. Org.: Amita Dhanda; Archana Parashar. Lucknow: Eastern Book Company, 2007, p. 10).

²¹⁴ “O espírito de tolerância baixou sobre muitas de suas normas, a sugerir e estimular interpretações liberais, que lubrificam a engrenagem dos institutos e amaciam os seus atritos com as

dominante, e constatada a atmosfera ainda do início do século XX, anota-se que “havia uma concepção tradicional de que o governo não deveria interferir nos valores tradicionais que regiam a vida privada das pessoas, sobretudo em sua vida doméstica”²¹⁵. Embora se identifique, hoje, fortemente neste lapso temporal a família transpessoal, a percepção generalizada era refratária à intromissão do Estado.

Consequentemente, parece haver menos resistência quando consensuais norma oficial e moral conservadora. Fora da seara acadêmica e dos movimentos sociais engajados com determinadas pautas, causa pouca comoção a regulação da sexualidade por um ente externo – por exemplo, através da imposição do modelo matrimonializado e heteronormativo ou da imposição de deveres conjugais, como a fidelidade²¹⁶ –, mas muito estranhamento proposições, ditas intromissivas, que visam ao combate do heteropatriarcado – por exemplo, pela determinação do fim dos castigos físicos às crianças pelos pais ou por políticas públicas que busquem incrementar a autonomia da mulher no lar.

Tais reflexões, que remontam aos limites entre o público e o privado, referendadas no primeiro capítulo e neste momento retomadas, em muito inspiram a crítica feminista. Sucesso teve, por tudo isso, um dos slogans do movimento segundo o qual o que é pessoal também é político²¹⁷. Porém, o bordão tem força e significado distintos para cada uma das teóricas que se identificam sob a mesma insígnia, e, tampouco pode ser interpretado ao pé da letra²¹⁸.

solicitações da sentimentalidade nacional. Na sua elaboração, enfim, jamais se ausenta aquele privatismo doméstico que tem marcada influência na organização social do Brasil” (GOMES, Orlando. **Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 22.).

²¹⁵ FONSECA, Ricardo Marcelo. **A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX**. In: Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, v. 44, 2006, p. 75.

²¹⁶ De acordo com Esther Algarra Prats, em observância aos contextos francês, alemão, italiano e espanhol, a relação entre danos morais e descumprimento de deveres conjugais é quase que automática e exclusivamente associada ao dever de fidelidade, tal a importância que as produções teórica, jurisprudencial e o senso comum o concedem (PRATS, Esther Algarra. Incumplimiento de deberes conyugales y responsabilidad civil. In: **La responsabilidad civil en las relaciones familiares**. Coord.: Moreno Martínez; Juan Antonio. Madrid: Dykinson, 2012). E ainda há, na literatura jurídica contemporânea, quem afirme, a propósito, que a infidelidade feminina é mais condenável que a masculina. Neste sentido: DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. 19 Ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 126-127.

²¹⁷ JÓNASDÓTTIR, Anna. **El poder del amor: le importa el sexo a la democracia**. Trad. Carmen Martínez Gimeno. Madrid: Cátedra, 1993.

²¹⁸ PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomía público/privado. In: **Perspectivas feministas en teoría política**. Trad.: Carme Castells. Barcelona: Paidós, 1996.

Por um lado, distinguir radicalmente o público do privado resulta em ocultar o estado de submissão feminina no interior do lar²¹⁹. Por outro, trazer o público como simples sinônimo do privado é inadequado, porque esvazia qualquer esfera de intimidade e pode conduzir a máximas excludentes de certas realidades afetivas.

Melhor afirmar que “apesar de que o pessoal não é sinônimo de político, as esferas estão inter-relacionadas, são dimensões necessárias de uma futura ordem democrática feminista”^{220 221}, e que “se nos preocupássemos menos com o mito da intervenção do Estado, poderíamos prestar a atenção adequada às realidades das vidas das pessoas”^{222 223}.

A concepção transpessoal, de priorizar a instituição em detrimento dos indivíduos, não é recente no trato das famílias, tampouco o heteropatriarcado que historicamente se incumbiu de regê-las²²⁴. O Código Civil de 1916, no que toca o Direito das Famílias, bem se adequa à ideia de “sistema normativo de um ‘capitalismo colonial’”²²⁵, pois reproduz arcaísmos readequando-os, de algum modo, a uma lógica moderna.

²¹⁹ A “doutrina da privacidade” é apontada como parcialmente responsável pela condição de violência a que as mulheres estão submetidas: “*Es por ello que afirmamos que el desarrollo de la violencia contra la mujer cuenta como principales aliados a la doctrina de la privacidad y a la banalización de los abusos a los que las mujeres son sometidas*” (FODOR, Sandra. **Torturada en casa**: acceso a la justicia sin revictimización. In: Revista de Derecho de Familia, Buenos Aires, v. 1, Fevereiro 2013, p. 234).

²²⁰ PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomía público/privado. In: **Perspectivas feministas en teoría política**. Trad.: Carme Castells. Barcelona: Paidós, 1996, p. 20.

²²¹ Tradução livre de: “*Lo que puede decirse es que, pese a que lo personal no es lo político, las dos esferas están interrelacionadas, son dimensiones necesarias de un futuro orden social democrático feminista*”.

²²² OLSEN, Frances. El mito de la intervencion del Estado en la familia. In: **Genero y derecho**. Org.: Alda Facio; Lorena Fries. Santiago: La Morada, 1999, p. 289.

²²³ Tradução livre para: “*Si nos preocupamos menos con el mito de la intervención del Estado, podríamos prestar la atención adecuada a las realidades de las vidas de las personas*”.

²²⁴ Tal ponto não passou despercebido por Pontes de Miranda. Tratando do Código Civil de 1916, reconhece o autor que “a preferência, desde o ensino jurídico, pela colocação do Direito de Família no princípio da parte especial obedece, no Brasil, a certo sentimentalismo de sociedade em que o máximo de organização ainda se acha no círculo social da família. Não há outro fundamento melhor. Não conseguiram desviar este pendor psicológico os livros que mais foram manuseados e (o que é mais) aplicados, como Direito, durante os séculos anteriores ao Código Civil: as *Ordenações*, a obra de Coelho da Rocha, a *Consolidação* de Teixeira de Freitas, o próprio livro *Direito de Família* de Lafayette Rodrigues Pereira” (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Fontes e evolução do direito civil**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981, p. 165-166).

²²⁵ CARBONERA, Silvana Maria. Aspectos históricos e antropológicos da família brasileira: passagem da família tradicional para a família instrumental e solidarista. In: **Direito das Famílias por**

No que concerne à conjugalidade, sua expressão traçada como legítima – ora por um ente, como a Igreja; ora por outro, como o Estado – o casamento, desde há muito, deixou de ter conteúdo desenvolvido no domínio privado²²⁶, de modo que as concepções que o acompanham, reforçadas pelo efeito normatizado codificado, quase que impedem alternativas democráticas do ponto de vista da condição feminina. Mesmo assim, não se naturalizam quaisquer conceitos, que se querem mais disponíveis à crítica construtiva.

No que concerne à parentalidade, a atribuição funcional sexista da responsabilização afetiva da mulher pela prole e da responsabilização econômica do homem, ainda presente nas práticas familiares, resulta em certa mitificação quando afirmada a horizontalidade entre ambos no desempenho dos papéis de pai e de mãe.

Com o tempo e com a atuação das personagens nacionais, também na contraprova da invisível realidade vivida que desafiou a artificialidade normatizada codificada, abriram-se ao século XXI, pelo direito normatizado emancipado, novos horizontes de compreensão do Direito das Famílias.

Mas traços emancipatórios ainda não se aferem da experiência majoritária das vivências familiares, a despeito da estrutura que configura determinada entidade. O risco, pois, é que se aguce o compromisso com uma ideia teórica, discursiva, e se esqueça da realidade cotidiana que deve inspirá-la.

A concepção eudemonista não se relaciona necessariamente ao casamento, à monoparentalidade ou à união estável; à extensão da família; à hetero ou à homossexualidade; a ter filhos ou não tê-los. Trata-se de um “*modus operandi*” nos eixos da conjugalidade e da parentalidade que tempera a conexão estabelecida entre seus membros. Eles não se reduzem a seres-para-si tampouco a seres-para-outro em vivências desta natureza.

Compreende-se, portanto, como parte do significativo, o mais aproximado equilíbrio entre cônjuges e pais nos eixos patrimonial, relacional e individual, que organizaram a exposição desses dados, e que serão melhor explicados no último capítulo deste trabalho. Conclui-se que, enquanto à condição feminina se atrelar,

juristas brasileiras. Org.: Joyceane Bezerra de Menezes; Ana Carla Harmatiuk Matos. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 36.

²²⁶ ARIÈS, Philippe. O casamento indissolúvel. In: **Sexualidades ocidentais:** contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 3 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 181.

nas práticas mais comezinhas, a realização alheia através de seu corpo, de seu afeto, de seu sacrifício, de seu trabalho, sem a respectiva reciprocidade, não haverá eudemonismo nas relações familiares.

Destaca-se a dificuldade quase insuperável que abate as vivências das mulheres pobres, em sua maioria negras, pois que, em outros casos, mesmo com a responsabilização precária do homem pela prole e pela casa, o acesso a creches e instituições de cuidado com os pequenos pode incrementar a autonomia das mães²²⁷, bem como o desempenho do serviço doméstico por profissional específica²²⁸.

No eixo do praticado, conforme se problematizou através de retratos extraídos do contexto atual, ainda se vislumbram continuidades. A representação androcêntrica espelha que a “reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas”²²⁹.

Uma das práticas deste universo de significações é, precisamente, a jurídica. Quando a compreensão da condição feminina limita, cotidianamente, a emancipação efetiva das mulheres, dificultando o empoderamento delas em família, há reflexos relevantes que devem ser explorados nos âmbitos da doutrina e da jurisprudência.

É possível, pois, que ora se reproduza o Direito das Famílias conforme sua versão mais retrógrada, nos termos do primeiro capítulo, pelo apego ao normatizado codificado, ora se apresentem desajustadas as aplicações dos enunciados emancipados às vivências de dominação das personagens reais.

Imperioso se envolver com tais impotências, de modo que não acabem os operadores jurídicos por punir as mulheres em razão de um reducionismo das situações de opressão, sumarizando-as como más escolhas com cujas consequências nefastas elas devem arcar. Pelo contrário, compromete-se com um

²²⁷ O acesso a estes serviços no tempo necessário para que a mãe se mantenha no trabalho externo ainda é garantia de uma específica e privilegiada classe social (SORJ, Bila; GAMA, Andrea. *Family policies in Brazil*. In: **Handbook of family policies around the globe**. Ed. Mihaela Robila. New York: Springer, 2014, p. 466).

²²⁸ Emprega-se o termo no feminino propositalmente, já que estes ofícios, que representam extensão de figuras estereotipadas, são quase que unanimemente ocupados por elas, sendo o serviço doméstico remunerado a maior fonte de emprego das brasileiras (SORJ, Bila; GAMA, Andrea. *Family policies in Brazil*. In: **Handbook of family policies around the globe**. Ed. Mihaela Robila. New York: Springer, 2014, p. 462).

²²⁹ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 7 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 45.

empoderamento equilibrado, segundo a perspectiva feminista, nas esferas patrimonial, relacional e individual.

Assentados alguns contornos da configuração prevalente da personagem mulher como ser-para-o-outro, passa-se, neste último capítulo, a analisar como alguns institutos caros ao Direito das Famílias, mesmo que recebam influxos da contemporaneidade, podem resultar no ocultamento de conjugalidades e parentalidades disfuncionais, considerados, ao tom do fio condutor deste trabalho, os aspectos individual e relacional em família.

CAPÍTULO III

REFLEXOS EXEMPLIFICATIVOS DO SER-PARA-O-OUTRO EM DIREITO DAS FAMÍLIAS

*Bem no fundo
no fundo, no fundo, bem lá no fundo, a gente
gostaria de ver nosso problemas resolvidos por
decreto
a partir desta data, aquela mágoa sem remédio
é considerada nula e sobre ela - silêncio perpétuo
extinto por lei todo o remorso, maldito seja quem
olhar pra trás, lá pra trás não há nada, e nada
mais
mas problemas não se resolvem, problemas têm
família grande, e aos domingos saem todos
passear
o problema, sua senhora e outros pequenos
probleminhas.*

Paulo Leminski

3.1 Velhos problemas, outras respostas

É antigo o dito de que os juristas especializam-se em apagar incêndios para os quais eles mesmos contribuíram. Neste sentido, reinventam-se os institutos, renovam-se os fundamentos, mas, de certo modo, “*plus ça change, plus c’est la même chose*”²³⁰. A crítica parece válida, porque uma série de enunciados segue sem questionar pela mulher, nem efetuar uma análise contextual de sua condição, métodos aos quais se recorre nesta oportunidade e cujas premissas se apresentaram na introdução do trabalho.

Aferiu-se que o aspecto individual e o aspecto relacional que compõem o projeto eudemonista nas famílias parecem se acessar diferentemente por homens e por mulheres. Assentada a dificultosa conjugação entre as linhas do normatizado, do emancipado e do praticado no exercício da conjugalidade e da parentalidade, cabe citar alguns reflexos desta compreensão da mulher como ser-para-o-outro em Direito das Famílias.

²³⁰ Em português, “quanto mais as coisas mudam, mais elas permanecem as mesmas”.

Conforme explicitado no segundo capítulo, contemporaneamente, emerge o sujeito das relações familiares como livre e solidário. Mais precisamente, é dono de si próprio e responsável em relação ao próximo. Embora soe paradoxal, conforme se procurou expor, famílias se constroem intersubjetivamente se tomada em conta a perspectiva eudemonista.

A dicotomia entre o individual e o familiar não faria sentido se possível expressar a própria subjetividade e dar voz à alheia mutuamente. Porém, desequilibrada a balança entre individualidade e alteridade nas relações familiares segundo determinações de gênero, torna-se possível realizar um corte de análise capaz de expor tal premissa. Neste sentido, conforme sugere a “razão prática feminista”, não se podem desconsiderar as múltiplas variáveis existentes que pormenorizam cada vivência feminina, de modo que a concretude deve desafiar a neutralidade dos enunciados jurídicos.

Explicitados vestígios da realidade contemporânea, expõem-se, didaticamente, três eixos de análise de vivências disfuncionais em famílias. São eles: eixo patrimonial, eixo relacional e eixo individual. Embora estejam profundamente associados, é possível detectar saliências de um sobre o outro capazes de facilitar a apreensão de um dado contexto como desequilibrado.

A primeira articulação, que toca o eixo patrimonial, envolve renda, indivíduo e família. No trato da condição feminina, esta abordagem tem sido largamente promovida. Não obstante, a escolha do aspecto patrimonial pode causar desconforto, especialmente se considerada a característica da despatrimonialização pelo Direito Civil repersonalizado²³¹. Porém, busca-se iluminar referido entendimento pelo viés existencial. Como se procurou tangenciar, as tendências misóginas parecem se minimizar “à medida que decresce a dependência objetiva, que contribui para produzi-las e mantê-las”²³².

A dualidade entre a vivência de um trabalho externo e a vivência do ambiente familiar parece, enfim, melhor coadunada à concepção eudemonista de

²³¹ “A família, ao converter-se em espaço de realização da afetividade humana, marca o deslocamento da função econômica-política-religiosa-procracional para essa nova função. Essas linhas de tendências enquadram-se no fenômeno jurídico-social denominado *repersonalização das relações civis*, que valoriza o interesse da pessoa humana mais do que suas relações patrimoniais” (LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito civil: famílias**. 4 Ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 22).

²³² BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 7 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 49.

família²³³, vez que a independência financeira é que permite à esfera doméstica funcionar por uma lógica afastada do patrimônio.

O eixo relacional diz respeito ao olhar pelo outro. Constitui a principal fonte de reflexão do Direito das Famílias, pois parte da intersubjetividade. Diante da problematização que aponta para uma distribuição descompassada dos papéis econômico e afetivo decorre que, ao se encarregar em demasia o polo feminino pelo último, o privilégio masculino os desonera, mas significa também uma cilada aos próprios homens²³⁴.

Ao mesmo tempo que o afeto responsabiliza, demanda tempo e dedicação, desenvolvê-lo também plenifica e realiza. Afasta-se da compreensão binária do poder como ostentado por um polo linearmente dominante e outro como linearmente dominado. Trata-se, sim, de um acesso assimétrico quanto às três possibilidades propostas de emancipação em família.

Nesta esteira, a esfera patrimonial serve como ferramenta para problematizar o empoderamento desigual no eixo da conjugalidade. Já a esfera relacional serve como ferramenta para problematizar o empoderamento desigual no eixo da parentalidade. Alimentos à ex-cônjuge ou ex-companheira, encaixados na primeira esfera²³⁵, e guarda de filhos, encaixada na segunda, parecem lições deste descompasso às quais se fará alusão.

A condição feminina, em tais temas, parece lateral em muitos estudos, pois que, compenetrados em um ou outro caso concreto, não se aprofundam criticamente na perturbadora frequência de cada sexo em um dos polos, quando há alimentante e alimentando; guardião e não-guardião. Não causa espanto, pois, que as mais bem

²³³ Neste sentido, interessa a seguinte conclusão: “A vida privada só adquire conteúdo e sentido quando é uma vida separada do trabalho ou que se opõe a uma situação profissional. Enquanto, para as classes médias, a esfera privada é um ponto de apoio que permite fazer abortar do interior os constrangimentos externos, ou que traz um aumento de satisfação e de proteção para melhor afrontar ou dominar a vida pública, para os moradores dos subúrbios, ela se transforma em uma retirada simultaneamente forçada e voluntária, em que predomina a ambivalência (...). A vida privada só é suportável quando se dispõe dos meios ou das relações que permitam um afastamento” (ANAVEL, Cyprien. *A família ambígua: o caso dos moradores dos subúrbios populares de Bordeaux*. Trad. Angela Xavier de Brito. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICHELLI, Vincenzo. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 45).

²³⁴ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 7 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 64.

²³⁵ Esclarece-se que os alimentos compõem a esfera existencial, pois sua expressão patrimonial possibilita condições dignas ao alimentado. No caso do parceiro que tem mitigada a alternativa de traçar os rumos da própria vida por conta da dependência financeira, evidente que a família não funciona por uma lógica eudemonista.

intencionadas aplicações do normatizado emancipado em um dado contexto não resultem, tantas vezes, em relações emancipadas, pois que fundadas na dominação.

Já a esfera individual serve como ferramenta para problematizar o desempoderamento da mulher sobre ela mesma. Buscou-se destacar amputações da autonomia feminina que ecoam no âmbito familiar. Neste diapasão, explora-se, precipuamente, a investigação de paternidade, bem como outros vestígios da percepção do corpo da mulher como extensão de sua admissão como ser-para-o-outro.

Cada uma das esferas a seguir propostas tem potencial de inspirar trabalho próprio. A intenção de condensar as três em um capítulo e selecionar, para o deslinde, rol exemplificativo de hipóteses afeitas ao Direito das Famílias serve para oferecer alguns retratos do empoderamento parcial desta personagem mulher em contextos familiares, partindo de situações socorridas pelas ferramentas jurídicas aplicáveis.

3.2 Empoderamento na esfera patrimonial

Remunerar-se pelo trabalho implica duas frentes de emancipação distintas e que interessam à perspectiva eudemonista: a de acrescer poder de barganha na esfera doméstica – pois, conforme formulação colhida das assalariadas por Anália Torres, “quando se ganha para comer já não se tem que aturar tudo” – e a de se distanciar da família, formatando um projeto de realização pessoal que independe dos âmbitos conjugal e parental – horizonte mais possível a quem tem escolaridade suficiente para tanto²³⁶.

Já explorados alguns indicadores da condição da mulher brasileira no mercado de trabalho, constata-se ser personagem vulnerável neste contexto, inclusive pelo frágil suporte que tem no equilíbrio com o doméstico. Antes e durante a ocupação de determinado cargo, obstáculos dificultam especialmente a realização

²³⁶ TORRES, Anália. A individualização no feminino, o casamento e o amor. Trad. Angela Xavier de Brito. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 140-142.

delas em tal esfera, o que pode se acentuar quando se envolvem em uma trama familiar.

Sumarizada a análise, em geral, as mulheres auferem menor salário, dispõem de menos tempo de dedicação à esfera pública, dobram e triplicam suas jornadas em razão do lar. Às trabalhadoras informais, significam os filhos especial óbice para que se mantenham em seus ofícios, pois lhes faltam as já insuficientes garantias trabalhistas²³⁷.

Por isso, a retração percebida em relação ao âmbito profissional com a formação da família, no caso delas, muitas vezes, parece mais consequência circunstancial reforçada pelo valor simbólico desta decisão que expressão de vontade própria²³⁸.

Apontados tais aspectos em relação ao empoderamento desigual em relação ao patrimônio, na relação conjugal, considera-se relevante o tema da pensão alimentícia à ex-cônjuge ou companheira. É possível estabelecer conexões pelo fundamento do eudemonismo, já que relacionado este último à horizontalidade de entrega ao outro e à realização pessoal no seio familiar.

Retomando as imagens propostas no segundo capítulo, pode-se tomar, equivocadamente, o projeto de referido equilíbrio na conjugalidade por espelho do eixo do praticado, a despeito da permanência de alguns contornos correspondentes à condição feminina. Afirma-se, assim, em rejeição ao pensionamento e em oposição aos dados coletados, que “num passado distante entendia-se que havia forças desiguais entre o homem e a mulher”, mas que “nos dias em curso homens e mulheres disputam em igualdade de condições as oportunidades profissionais”²³⁹.

²³⁷ Na percepção de Bila Sorj e Andrea Gama: “*The labor legislation that includes some measures that facilitate the achievement of balance between work and family, such as maternity leave, job security for the expectant mother as of the confirmation of pregnancy until up to 5 months after the birth, and the right to a crèche for working mothers with babies up to 6 months old, should furthermore (a) extend leave to care for the family beyond the immediate reproductive period and (b) no longer link access to family benefits to the type of work contract established (formal or informal) and the gender of the employee (whether father or mother) so as to make the right universal*” (SORJ, Bila; GAMA, Andrea. Family policies in Brazil. In: **Handbook of family policies around the globe**. Ed. Mihaela Robila. New York: Springer, 2014, p. 470).

²³⁸ TORRES, Anália. A individualização no feminino, o casamento e o amor. Trad. Angela Xavier de Brito. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICHHELLI, Vincenzo. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 144.

²³⁹ 3ª Câmara de Direito Privado. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ap. Cív. 20120281621, Relator Jorge Luis Costa Beber, julgado em 10 de julho de 2013.

Desta forma, é possível que se coroe, em razão do apego aos enunciados, situação atentatória à dignidade de quem pretende receber importe capaz de amenizar golpe drástico na condição social gozada até a ruptura do vínculo, mesmo que tenha havido flagrante assimetria na vivência familiar entre as partes, e mesmo que tenha este descompasso significado relevante renúncia ao crescimento profissional de uma delas.

Deveras, “a obrigação alimentar é uma maneira de pagar e de cobrar e equilibrar os proveitos e as perdas surgidas ao longo da vida familiar”²⁴⁰. Neste sentido é que os descompassos reais relacionados à condição feminina, no espaço laboral e no espaço familiar, importam para a melhor compreensão dos contextos que chegam aos operadores jurídicos quando frente a demanda desta natureza, a qual, ainda maciçamente, empreende-se por elas.

Não obstante, sintomática da visão idealizada da concepção familista contemporânea é não se concederem, via de regra, tais alimentos às que trabalham ou de se impor prazo para que se insiram ou se reinsiram no mercado laboral, sendo a fixação de alimentos cabível apenas durante o período em que procuram emprego. Aquela tendência é avaliada por Beatriz di Giorgi, Silvia Pimentel e Flávia Piovesan como majoritária desde a década de 80, quando se passou a reiterar tal entendimento²⁴¹.

Nesta toada, segue cada vez mais comum o fundamento de que a pensão à ex-cônjuge ou companheira não pode servir de estímulo ao ócio nem enriquecer indevidamente quem a recebe. A partir destas constatações é que o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento de que tal modalidade deve ser considerada excepcional, ou seja, cabível apenas quando houver impossibilidade incontornável de se produzir renda independentemente, como em casos de debilidade física ou mental, e deve se extinguir conforme prazo determinado, exceto quando perene a incapacidade laboral²⁴².

²⁴⁰ MADALENO, Rolf. **Curso de direito de família**. 5 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 857.

²⁴¹ DI GIORGI, Beatriz; PIMENTEL, Silvia; PIOVESAN, Flávia. **A figura/personagem mulher em processos de família**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993, p. 85.

²⁴² Neste sentido: 3ª Turma Cível. Superior Tribunal de Justiça, REsp 933.355, Relatora Ministra Nancy Andrighi, julgado em 11 de abril de 2008; 3ª Turma Cível. Superior Tribunal de Justiça, REsp 1.205.408, Relatora Ministra Nancy Andrighi, julgado em 21 de junho de 2011; 3ª Turma Cível. Superior Tribunal de Justiça, REsp: 1396957 PR 2011/0232889-2, Relatora Nancy Andrighi, julgado em 03 de junho de 2014.

Ao lado destas condições do credor, capazes de habilitá-lo ao recebimento da pensão alimentícia, seguro afirmar que se agregou a esta modalidade a mera função de remediar a precariedade da subsistência, ou seja, prover apenas as necessidades básicas do requerente.

Significa dizer, ainda que se faça jus ao pensionamento, o valor arbitrado não costuma amortecer a dura queda no padrão de vida do parceiro mais vulnerável, em geral, a mulher, que empobrece substancialmente com o divórcio. Consolidou-se, nos julgados, a compreensão de que alimentos naturais são devidos aos ex-consortes ou ex-companheiros, ao passo que alimentos civis, que respeitam a preservação do padrão de vida anterior à ruptura, são devidos aos filhos²⁴³.

Em resumo, a jurisprudência construiu dois critérios. O critério subjetivo, compreendida a situação de quem pleiteia, é a incapacidade laboral. Se perene – em geral, quando motivada por enfermidade física ou mental da alimentada –, não se programa, antecipadamente, a extinção da obrigação. Se temporária – em geral, quando difícil a inserção ou reinserção no mercado, por exemplo, em razão de afastamento de atividades lucrativas por longo período –, programa-se, antecipadamente, a extinção da obrigação.

O critério objetivo, compreendido o valor arbitrado, é variável, mas, dado o entendimento de que tal modalidade só suplanta as necessidades básicas de quem requer, a tendência é que se traduzam em quantias baixas.

Deve, de fato, ser bem mais cautelosa a concessão de alimentos quando não se funda em vínculo de parentesco. Não se pode pugnar, pois, pelo retrocesso à Lei 5.478/1968, que presumia a necessidade de concessão de alimentos à ex-esposa ou companheira. O impacto da conjugalidade e da parentalidade nas vivências feminina e masculina, afinal, não é homogêneo.

Sem embargo, há que se repudiar a desvalorização dos esforços doméstico e afetivo especialmente enquanto permanecer a mulher como fortemente responsável por ambos na concretude. A independência econômica que uma série de julgados impõe às alimentadas alcançarem após a separação pode desconsiderar contexto anterior de desequilíbrios patrimonial e relacional em comparação a seus parceiros.

Logo, interessa indagar se a condição que enseja o pedido por alimentos se

²⁴³ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 9 Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 533.

explica a partir da própria relação então dissolvida²⁴⁴. Em outras palavras, importa saber se a intensa dedicação familiar implicou no distanciamento de alguma das partes de esferas lucrativas, as quais incrementam a liberdade de deixar a qualquer tempo uma convivência insatisfatória, em sintonia às tendências emancipatórias identificadas recorrentemente pela doutrina e pela jurisprudência nos relacionamentos íntimos. Ademais, interessa indagar se o status da ex-parceira, que não conquistou independência em função da trama conjugal e parental, pode ruir a ponto de lhe servir como pensionamento apenas o essencial para sobreviver.

Conforme aventado, a linha do praticado expõe falhas profundas e inspiradoras de desvelo quanto à proteção das vulnerabilidades. Em 2010, mais da metade das mulheres que deixaram definitivamente seus ofícios o fizeram para se dedicar com exclusividade à família²⁴⁵. Ainda, observados os índices de violência doméstica, é preocupante o desestímulo ao divórcio àquelas que temem pela condição financeira e se submetem, por isso, a uma relação degradante.

Assim sendo, a seguinte lição, embora datada do final da década de 90, parece aplicável:

Vale ressaltar o desafio a ser enfrentado pelo Poder Judiciário nesses casos pois, nem sempre o fato de trabalhar propicia à mulher suprir suas necessidades. Se as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho, nem sempre nele encontram as mesmas condições de acesso, ascensão e remuneração que os homens. Ademais, há ainda muitas que não foram socializadas para o mundo do trabalho e que, ao necessitar nele adentrar, obtêm como frequência remunerações baixíssimas que lhes viabilizam praticamente sua sobrevivência em padrões de subsistência mínima, incompatíveis com os padrões sociais, em que viviam enquanto esposas. Daí o desafio: se não cabe ao Poder Judiciário reforçar parasitismos, tampouco cabe a ele, desconsiderando a realidade ideológica patriarcal e sócio-econômica da família brasileira, promover a injustiça e o

²⁴⁴ O Código Civil tcheco, que entrou em vigor em janeiro de 2014, por exemplo, abandona de vez a noção anterior, importada da experiência alemã, de que o princípio da solidariedade funda a obrigação alimentar entre ex-esposos, muito em razão da confusão a que gerava nos julgados. Desde então, o sistema se resume em averiguar se a condição de necessidade do alimentado tem relação com o casamento. Se a resposta for afirmativa, cabe a prestação (BATISTA, Marketa Rihova. *Maintenance between formal spouses and gender equality*. In: **Family law and culture in Europe: developments, challenges and opportunities**. Ed. Katharina Boele-Woelki; Nina Dethloff; Werner Gephart. Cambridge: Intersentia, 2014, p. 113).

²⁴⁵ 30% indicaram que deixaram de trabalhar em razão da maternidade; 16%, em razão do trabalho doméstico; e 12%, em razão do casamento, sendo que metade destas apontam terem sido pressionadas pelos parceiros a fazê-lo (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC. **Mulheres brasileiras e gêneros nos espaços públicos e privados**, agosto de 2010. Disponível em: http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa_.org_.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf. Acesso em 20 de junho de 2014).

desrespeito aos direitos humanos das mulheres²⁴⁶.

Entre nós, o embrionário conceito de alimentos a título compensatório, sem delimitação precisa nem na doutrina nem na jurisprudência, aparece como possível via de socorrer a acrítica leitura a respeito da concessão de pensão à ex-cônjuge ou companheiro. A finalidade de tal instituto parece ser, precisamente, a mitigação da abrupta mudança no padrão socioeconômico de uma das partes com o divórcio.

Cabe questionar se os alimentos comuns não poderiam expressar preocupação desta ordem. Como o critério da culpa, da necessidade ou da reabilitação para o trabalho – estes dois últimos em voga na experiência nacional, o primeiro, já um tanto ultrapassado –, os critérios da preservação do status patrimonial ou do reconhecimento de contribuição não-remunerada também parecem balizamentos comportados pela prestação entre ex-consortes ou companheiros²⁴⁷, já que a legislação brasileira, neste aspecto, não apresenta previsão taxativa²⁴⁸. Tampouco seria forçoso reduzir a compreensão da necessidade por alimentos à excepcionalidade da penúria, pois que possível interpretação mais abrangente e atenta à principiologia constitucional.

Todavia, já os diferencia, a doutrina, especialmente, pelo fato de que estes teriam exclusivo caráter assistencial e responsivo à indigência, ao passo que os compensatórios, sim, objetivariam reparar desequilíbrios oriundos da dissolução da conjugalidade²⁴⁹.

²⁴⁶ DI GIORGI, Beatriz; PIMENTEL, Silvia; PIOVESAN, Flávia. **A figura/personagem mulher em processos de família**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993, p. 94-95.

²⁴⁷ Os modelos baseados na culpa, na necessidade, na preservação do status, na reabilitação e na contribuição por trabalho não-remunerado são extraídos da experiência norte-americana por Judith Areen (apud ALEGRE, Marcela Huaita. *Desigualdades de genero en las consecuencias economico-financieras del divorcio*. In: **Genero y derecho**. Org.: Alda Facio; Lorena Fries. Santiago: La Morada, 1999, p. 359-360).

²⁴⁸ Outros ordenamentos latino-americanos são bem mais específicos. O Código Civil Argentino, no art. 207, elenca os seguintes critérios subjetivos: idade; estado de saúde; dedicação aos filhos; capacidade laboral e probabilidade de se empregar; eventual perda de direito à pensão anterior; resolução do patrimônio depois de dissolvida a relação; e as necessidades de cada um dos cônjuges. O Código Civil Peruano, no art. 350, quanto ao critério objetivo, limita o valor ao máximo de um terço da renda do alimentante.

²⁴⁹ “Não há, então, como confundir pensão alimentícia com pensão compensatória: aquela responde a uma situação de necessidade, tendo por causa única e imediata a indigência ou a precariedade de subsistência; essa remedia uma situação de desequilíbrio patrimonial verificado objetivamente por ocasião da cessação da vida em comum” (GRISARD FILHO, Waldyr. **Pensão compensatória**: efeito econômico da ruptura convivencial. Revista IOB de Direito de Família, v. 69, 2012, p. 123).

Portanto, a necessidade de se importar tal conceito parece guardar íntima relação com a realidade da condição feminina. Já se apontou como justificativa, na Argentina, para as prestações compensatórias, precisamente a irrelevância que a jurisprudência agregou aos alimentos devidos às mulheres:

São normas necessárias porque atenuariam o desequilíbrio econômico entre os cônjuges provocado por uma ruptura do vínculo e têm em conta a distribuição das tarefas que expressa ou tacitamente teria a mulher na convivência (dona de casa e não provedora), pois embora a esposa tenha a possibilidade de demandar por alimentos, de acordo com o levantamento jurisprudencial, resulta evidente que isso não se equipara ao que a mulher realmente contribui^{250 251}.

Tal qual o princípio referente à solidariedade e atual fundador desta última obrigação alimentar, que se encontra tão reduzida em sua significação, pode, porém, esta novidade significar pouco se não acompanhada de séria problematização acerca do impacto que têm as questões de gênero na distribuição do poder econômico nas relações conjugais.

3.3 Empoderamento na esfera relacional

Ao longo do trabalho, procurou-se discutir a formulação da condição feminina como ser-para-o-outro, atributo que onera tal parte mais intensamente em relação à conjugalidade e à parentalidade, impossibilitando que o horizonte do eudemonismo seja comum a ambos os sexos. Com efeito, segue válida a crítica de que “as mulheres são mais responsáveis pelo ‘trabalho’ do amor do que os homens,

²⁵⁰ KALAFATTICH, Viviana. **Defensa y género**: el activo rol de juez en pos de modificar los estereótipos culturales y sociales que discriminan a la mujer. *In*: Revista de Derecho de Familia, Buenos Aires, v. 1, Fevereiro 2013, p. 179.

²⁵¹ Tradução livre para: “*Son normas necesarias por cuanto vendrían a paliar el desequilibrio económico entre los cónyuges, provocado por la ruptura del vínculo y teniendo en cuenta la distribución de las tareas que expresa o tacitamente tenía la mujer en la convivencia (ama de casa o no proveedora), pues si bien la esposa tiene la posibilidad de accionar por alimentos, de acuerdo con el relevamiento de la jurisprudencia resulta evidente que ello no se equipara a lo que realmente la mujer ha aportado*”.

na medida em que estariam especialmente vocacionadas para as emoções, a domesticidade, as relações familiares”²⁵².

Referida construção resulta em vivências disfuncionais, pois mitiga o potencial emancipatório que detém o papel econômico às mulheres e mitiga o potencial emancipatório que detém o papel afetivo aos homens. Conforme Paulo Luiz Netto Lôbo, “a realização pessoal da afetividade, no ambiente de convivência e solidariedade, é a função básica da família de nossa época”²⁵³.

A peculiaridade da esfera relacional capaz de destacá-la neste âmbito é a dualidade com que opera. De acordo com José Fernando Simão, responsabilizar-se pelo afeto significa “arcar com os ônus do poder”²⁵⁴. Por outro lado, a convivência constrói os laços de amor, realizando, assim, através da interconexão, os indivíduos deste espaço.

Não por menos, acertadamente, José Lamartine Corrêa de Oliveira e Francisco José Ferreira Muniz definiram o então denominado “pátrio poder” não só como dever, mas como direito subjetivo dos pais, pois “estar presente ao desenvolvimento da personalidade do filho, fiscalizá-la e protegê-la corresponde, também, a necessidades psicológicas do pai, o que mostra que o pátrio poder lhes é concedido também em seu interesse, e não apenas no interesse dos filhos”²⁵⁵. Assim, exsurge o tema relativo à guarda²⁵⁶.

Entre as versões codificadas de 1916 e de 2002, colhe-se uma série de alterações na disciplina da guarda de filhos. Delas se extraem claras marcas patriarcais basilares do ideário de uma época²⁵⁷. Deste último documento, não mais

²⁵² TORRES, Anália. A individualização no feminino, o casamento e o amor. Trad. Angela Xavier de Brito. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 154.

²⁵³ LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito civil: famílias**. 4 Ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 15.

²⁵⁴ SIMÃO, José Fernando. **Responsabilidade e afetividade**. In: Revista IBDFAM: Família e Sucessões, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, Janeiro/Fevereiro 2014, p. 37.

²⁵⁵ OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de; MUNIZ, Francisco José Ferreira. **Curso de Direito de Família**. 4 Ed. Curitiba: Juruá, 2001, p. 30-31.

²⁵⁶ Reflete-se sobre casais heterossexuais que mantiveram casamento ou união estável e que tenham convivido como casal com os filhos que geraram, de modo que os relacionamentos eventuais e a hipótese de família substituta prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente não são referências desta análise.

²⁵⁷ Originariamente, no Código Civil, premiava-se o cônjuge inocente com a guarda dos filhos. O sexo e a idade da prole eram determinantes para definir se ficariam com mãe ou pai caso ambos o fossem. A partir de 1962, a mãe passa a ser preferida em relação ao pai, caso fossem ambos

se depreende a relação entre cônjuge culpado e guardião dos menores, por exemplo, o que atesta uma evolução na matéria.

Consta, presentemente, tom neutro de trato entre homem e mulher, referenciando a imutabilidade dos poderes entre os pais após a separação. Parte da doutrina infere, daí, que o esvaziamento da convivência entre não-guardião e criança decorre de mera leitura inadequada do ordenamento vigente, o qual garante que se mantenha a relação paterno-filial tão irretocada quanto possível²⁵⁸.

Definiu-se, afinal, pelo *Codex* deste início de século, a guarda simplesmente como um dos atributos da responsabilidade parental relacionada a quem detém as melhores condições para exercê-lo. Provido de neutralidade, portanto, o texto não diferencia a figura masculina ou feminina no estabelecimento da guarda. Porém, quase que invariavelmente, as melhores condições referidas como fundantes viram-se reconhecidas nas mães²⁵⁹. Assim, já se declarou a prevalência do elo materno como princípio natural respeitado pelo Direito em várias decisões judiciais²⁶⁰.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do ano de 2010 indicam que a guarda unilateral materna representa aproximadamente 87,3% dos casos pós-separação²⁶¹. Mesmo com o advento da Lei 11.698 de 2008, que enuncia a predileção pelo compartilhamento, portanto, remanesceram conclusões similares às de longa data.

inocentes, o que se manteve mesmo com as alterações da Lei do Divórcio de 1977. Sobre os diplomas legais a que se refere confira-se: GRISARD FILHO, Walcyr. **Guarda compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental**. 4ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

²⁵⁸ “O que se constata é a presença marcante, no conceito ora esboçado, da possibilidade do exercício conjunto da autoridade parental, como aspecto definidor da guarda compartilhada, pois que possibilita que os genitores compartilhem as decisões mais relevantes da vida dos filhos. É despiendo tal instituto, em face do que dispõe o art. 1.632 do CCB/2002” (TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Família, guarda e autoridade parental**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 110).

²⁵⁹ “(...) as varas de família, por meio de suas decisões, estabeleceram na prática a interpretação que, caso pai e mãe não tenham nada grave a desabonar sua conduta, a mãe é quem detém as tais ‘melhores condições’” (AMARAL, Paulo André. **Guarda compartilhada, igualdade de gêneros e justiça no Brasil: uma análise das interpretações da lei**. In: Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões, Belo Horizonte, n. 32, Fevereiro/Março 2013, p. 42).

²⁶⁰ DI GIORGI, Beatriz; PIMENTEL, Silvia; PIOVESAN, Flávia. **A figura/personagem mulher em processos de família**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993, p. 55.

²⁶¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do registro civil 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2010/rc2010.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

Ao entrar em vigor, esta última, denominada Lei da Guarda Compartilhada, modificou o Código Civil, em seu art. 1.584, parágrafo 2º, indicando a adoção da modalidade compartilhada como preferencial, aplicável sempre que possível²⁶². Recentemente, a Lei 13.058/2014 reforçou a prioridade pela responsabilização conjunta. Com isso, sem o consenso dos pais, impõe-se o compartilhamento se ambos estiverem aptos a tanto, salvo se um deles declarar que não deseja exercê-lo²⁶³.

Tem se seguido uma tendência mundial de prestígio à modalidade conjunta de guarda. No Congresso Nacional Brasileiro, as iniciativas legisladas contaram com notável apoio de organizações formadas por homens, os quais reivindicavam conviver mais com seus filhos, como da Associação de Pais Separados, da ONG Movimento Paterno Brasil, da Participais e da Associação Pais para Sempre.

Apesar da agitação quanto ao texto escrito, independente do contorno normativo que prevalece, entende-se que o desafio pouco se altera. É que se devem espelhar nas práticas cotidianas os comandos legais pretensamente emancipatórios. Referida dificuldade, atenta à significação da guarda compartilhada pelo cotidiano, já parece ter sido constatada em outros espaços que trilharam similar caminho.

Nos contextos francês e britânico, onde, guardadas as devidas diferenças, nos últimos anos, conduziu-se à preferência explícita pela versão compartilhada em relação à unilateral, práticas parentais que se abrigaram nominalmente sob este manto seguem longe de evidenciar responsabilização conjunta. Atestam muito mais a interpretação da modalidade como acesso irrestrito do pai ao filho, sem onerá-lo por aquilo que uma criança demanda, enquanto esta reside, majoritariamente, com a mãe²⁶⁴.

Em sentido oposto à *vis attrativa* desta modalidade que segue festejada, na Espanha, Itália e Portugal – lugares onde ainda não se anuncia idêntica disciplina para o tema, mas que também têm se direcionado à equiparação, ainda que de

²⁶² Art.1.584, § 2º. Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, será aplicada, sempre que possível, a guarda compartilhada.

²⁶³ Art.1.584, § 2º. Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor.

²⁶⁴ MASARDO, Alexander. Negotiating shared residence: the experience of separated fathers in Britain and France. In: **Regulating family responsibilities**. Org.: Jo Bridgeman; Heather Keating; Craig Lind. Farnham: MPG Books, 2011.

maneira impositiva, do casal pela corresponsabilidade parental –, colhe-se a previsão de que “em uma sociedade em que as relações de poder entre os membros do casal e a divisão das tarefas domésticas e das responsabilidades familiares se distribuem assimetricamente, a aplicação da guarda compartilhada não vai se isentar de tensões e contradições”^{265 266}.

Conclui-se que duas compreensões pouco inovadoras, considerada a condição feminina, têm recebido críticas, na experiência comparada, quando analisados os contornos da guarda compartilhada.

A primeira, relacionada à redução da modalidade ao acesso livre deles à prole, revela a percepção de que qualquer grau de envolvimento de um homem com seus filhos já é suficientemente bom e merece guarida, ao passo que caberia à mulher permanecer disponível para promover o encontro entre o ex-cônjuge e a criança que têm em comum²⁶⁷. É como se a expectativa pela entrega masculina à prole fosse tão rasa a ponto de, em qualquer medida e a qualquer custo, merecer predileção, mesmo em detrimento dos direitos da mulher.

Esta consequência pode se apresentar como negativa do ponto de vista da condição feminina, porque permite um controle do tempo da mãe pelo homem²⁶⁸. Dependerá, afinal, dela a mediação do acesso à criança para quando o pai puder vê-la.

A segunda, em relação à falta de delimitação exata das responsabilidades parentais quando determinada a guarda compartilhada, parece remeter à concepção já mencionada do privatismo doméstico. Em outras palavras, “apesar de o Judiciário insistir em que os pais têm de trabalhar juntos, nenhum detalhamento que os guie é

²⁶⁵ NOVALES, Teresa Picotó. **El avance de la custodia compartida en los países del sur de Europa**: algunas consideraciones críticas. *In*: Temas socio-jurídicos, Bucaramanga, v. 33, n. 66, Janeiro/Junho 2014, p. 43.

²⁶⁶ Tradução livre para: “*En una sociedad en la que las tareas domésticas y las responsabilidades familiares se distribuyen asimétricamente, la aplicación de la custodia compartida no va a estar exenta de tensiones y de contradicciones*”.

²⁶⁷ NEWNHAM, Annika. Law’s gendered understandings of parent’s responsibilities in relation to shared residence. *In*: **Regulating family responsibilities**. Org.: Jo Bridgeman; Heather Keating; Craig Lind. Farnham: MPG Books, 2011.

²⁶⁸ NEWNHAM, Annika. Law’s gendered understandings of parent’s responsibilities in relation to shared residence. *In*: **Regulating family responsibilities**. Org.: Jo Bridgeman; Heather Keating; Craig Lind. Farnham: MPG Books, 2011, p. 147.

dado para que tal objetivo seja alcançado; um indicador de que isso é encarado como um problema doméstico para além dos limites do Direito”^{269 270}.

Em sentido contrário, a percepção de que trocar rótulos não promove transformação alguma tem inspirado a defesa, no cenário anglo-saxão, do regime denominado “*Parenting Plan*”²⁷¹. Trata-se de acordo firmado entre os pais, que podem ser auxiliados por advogados ou por mediadores, e que pode ser solicitado pelo juiz quando o litígio chega às Cortes.

Específico às possibilidades deles e às necessidades dos filhos, deve o “Plano Parental” prever divisão clara da assunção de compromissos ordinários que têm os pais com as crianças, como com quem almoçam; quem deve levá-las e buscá-las nas atividades escolares; em qual horário é inconveniente telefonar para contatá-las; quem as acompanha em determinados programas de lazer; quais decisões dispensam e quais decisões exigem concordância do casal; entre outras tantas²⁷².

Isso evidencia que a mera definição por exclusão – afirmar que o modelo não se confunde com a modalidade unilateral tampouco com a modalidade alternada²⁷³ – é insuficiente ao não esclarecer que performance se espera,

²⁶⁹ MASARDO, Alexander. Negotiating shared residence: the experience of separated fathers in Britain and France. In: **Regulating family responsibilities**. Org.: Jo Bridgeman; Heather Keating; Craig Lind. Farnham: MPG Books, 2011, p. 145.

²⁷⁰ Tradução livre para: “*Although the judiciary insists that parents must learn to work together, no detailed guidance is provided for how this is to be achieved; an indication that this is regarded as a private matter beyond law’s concern*”.

²⁷¹ McFARLANE, Andrew. **Making parental responsibility work**. In: Family Law, Bristol, v. 44, Setembro 2014, p. 1273.

²⁷² Pode-se consultar um modelo explicativo dos termos do “Plano Parental” no seguinte endereço eletrônico: https://www.cafcass.gov.uk/media/190788/parenting_plan_final_web.pdf. Acesso em 01 de fevereiro de 2015.

²⁷³ Neste caso, o filho habita ora com a mãe, ora com o pai. Apesar do recorrente alerta doutrinário sobre a confusão entre esta modalidade e a compartilhada, é possível notar que nela se incorre. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em janeiro de 2015, negou pedido de alimentos provisórios a serem pagos pelo genitor, porque havia se determinado a guarda compartilhada, a qual se efetivaria pela alternância, de 15 dias em 15 dias, entre pai e mãe nos cuidados com a criança. Tal decisão, que se motivou pelo fato de que ambos trabalhavam – ainda que a mãe tenha alegado receber menos e exercer, na prática, a guarda –, foi criticada por Rolf Madaleno no Portal de Notícias do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Para o advogado, há riscos tanto na divisão matemática do tempo de exercício da guarda quanto na suposição de que os pais dividem igualmente as despesas com o filho em razão da responsabilização conjunta (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO IBDFAM. **TJRS nega pedido de guarda compartilhada**. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/5523/TJRS%20nega%20pedido%20de%20pens%C3%A3o%20alim ent%C3%ADcia%20em%20guarda%20compartilhada>. Acesos em 22 de janeiro de 2015).

exatamente, dos guardiões que devem compartilhar este atributo da responsabilidade parental. É como se o equilíbrio sempre tivesse informado todas as relações existentes e fosse tão somente necessário mitigar o obstáculo representado pelas ex-parceiras, invariavelmente representadas como vingativas ao impedir que os pais convivam com seus filhos.

Extraí-se, do balizamento decisório, que esta modalidade é a ideal e que é necessária adequação dos pais a ela, “mesmo que demandem deles reestruturações, concessões e adequações diversas, para que seus filhos possam usufruir, durante sua formação, do ideal psicológico de duplo referencial”²⁷⁴.

Este posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, que antecede a última modificação legislativa, dispensa o consenso entre os pais na implementação do modelo compartilhado²⁷⁵. O entendimento recebeu elogios por considerável parte da doutrina. Nelson Rosenvald defende, inclusive, a intervenção do Ministério Público e do magistrado para aferir a viabilidade e aplicar a guarda compartilhada mesmo nos casos em que os pais decidam pela unilateral²⁷⁶. Conclui-se terem orientado aquela festejada decisão os princípios da igualdade entre homem e mulher, portanto, entre pai e mãe, bem como o superior interesse da criança²⁷⁷.

Do ponto de vista feminista, é preocupante que se pressuponha participação mútua dos pais na criação dos pequenos durante a vigência da relação conjugal que os originou, como se tal equilíbrio fosse espelho e não projeto da realidade nacional. Destarte, a aplicação mecânica do normatizado emancipado, pela modalidade compartilhada, em uma relação fundada na dominação, pode não resultar em uma responsabilização conjunta, e, ainda, pode aprofundar um quadro disfuncional se considerada a condição feminina.

²⁷⁴ 3ª Turma Cível. Superior Tribunal de Justiça, REsp 1428596, Relatora Ministra Nancy Andriahi, julgado em 03 de junho de 2014.

²⁷⁵ Em decisões extraídas dos Tribunais de Justiça mineiro, carioca e paulista, foi recorrente, entre 2003 e 2007, o fundamento de que as desavenças entre os pais impediam a aplicação desta categoria (BRITO, Leila Maria Torraca de; GONSALVES, Emmanuela Neves. **Razões e contra-razões para aplicação da guarda compartilhada**. In: Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 886, Agosto 2009, p. 69-86).

²⁷⁶ ROSENVALD, Nelson. **Autonomia privada e guarda compartilhada**. In: Revista IBDFAM: Família e Sucessões, Belo Horizonte, v. 6, Novembro/Dezembro 2014, p. 61-72.

²⁷⁷ GRISARD FILHO, Waldyr. **Inexigência de consenso entre os pais na atribuição da guarda compartilhada**: uma tendência saudável a caminho de sua plena consolidação no cotidiano do judiciário. In: Revista IBDFAM: Família e Sucessões, Belo Horizonte, v. 6, Novembro/Dezembro 2014, p. 139.

Embora evidente que a guarda compartilhada soa melhor alinhada ao normatizado emancipado, considera-se necessário o critério de ajuste à linha do praticado. O grau de perfeição que se lê nas premissas enunciadas oculta o processo relacional concreto que supera tais mecanismos legais²⁷⁸. Assim, priorizam-se criações ideais de igualdade de gênero ao invés de se reconhecer que ainda há abismos nas relações humanas, as quais se apresentam pouco cumpridoras do respeito mútuo, também por razões relacionadas ao critério sexual²⁷⁹.

Tratando do princípio do melhor interesse da criança, identifica-se a crítica de que seria absurdo priorizar, *prima facie*, a figura dos pequenos em relação às adultas, também vulneráveis neste contexto. Por outro lado, há quem prefira o posicionamento feminista atento à interpretação de tal princípio, que muitas vezes é usado como verdadeira arma do conservadorismo²⁸⁰. É o que ocorre, com clareza, quando aparece em processos de inversão de guarda relacionados exclusivamente à conduta sexual da mãe²⁸¹.

Concluindo, as sucessivas transformações referentes ao tema têm sido lidas por feministas ora como vitória, ora como derrota²⁸². Por isso, apontados estes limites relativos à guarda compartilhada na promoção do equilíbrio pela esfera relacional no eixo parental, apresenta-se como outro possível horizonte, mais otimista, que a nova disciplina inspire maior vigilância em prol da sublimação concreta do heteropatriarcado.

Não se olvida, pois, a crítica atenta à condição feminina quanto à permanência majoritária delas como detentoras da guarda. Indaga-se, destarte, “se, na maioria dos casos de ruptura de união conjugal, o melhor guardião é

²⁷⁸ RUBIO, David Sánchez. **Repensar derechos humanos**: de la anestesia a la sinestesia. Sevilla: MAD, 2007, p. 125.

²⁷⁹ RUBIO, David Sánchez. **Repensar derechos humanos**: de la anestesia a la sinestesia. Sevilla: MAD, 2007, p. 127.

²⁸⁰ FREEMAN, Michael. Feminism and child law. In: **Feminist perspectives on child law**. Org. Jo Bridgeman; Daniel Monk. Londres: Cavendish, 2000, p. 31.

²⁸¹ Veja-se: DI GIORGI, Beatriz; PIMENTEL, Silvia; PIOVESAN, Flávia. **A figura/personagem mulher em processos de família**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993, p. 52.

²⁸² ALEGRE, Marcela Huaita. Derecho de custodia, neutralidad de género, derechos humanos de la mujer e interes superior del niño o niña. In: **Genero y derecho**. Org.: Alda Facio; Lorena Fries. Santiago: La Morada, 1999, p. 377.

necessariamente a mãe, ou se, em tais casos, somente há uma repetição, reforçada, de um dos aspectos do papel feminino no contexto da família patriarcal, qual seja, a prioridade nos cuidados dos filhos”²⁸³.

Pode se aproveitar o aceso debate sobre os contornos do normatizado não só para desestabilizar o argumento do amor materno como naturalmente superior, mas para se fortalecer a ideia de que tanto este elo quanto o paterno se constroem cotidianamente durante todas as fases da relação e do desenvolvimento da criança. O comprometimento masculino deve ser responsivo não só às necessidades dos homens, mas às de seus filhos, em proporções similares ao que se espera das mães.

Somente neste sentido é que o trabalho compartilhado de cuidado não reinventará a desigualdade entre o casal, pois tal empreitada lamentavelmente enviesaria o aspecto que onera e o aspecto que realiza do âmbito afetivo segundo uma perspectiva de gênero curvada à lógica de dominação, ainda que objetivando originar uma relação emancipada.

3.4 Empoderamento na esfera individual

Delineando o empoderamento na esfera individual pela personagem mulher, é possível por à prova a construção do sujeito de direito heteropatriarcal outrora oficializado – embora, não raramente, refletido em realidades disfuncionais. Isso decorre da assimilação de um sujeito dono de si próprio que caracteriza, precisamente, um certo tipo de homem e que não se aplica à condição feminina²⁸⁴.

Ainda que complexo e quicá interminável debate sobre o significado do “*self*” nas vivências, secciona-se a relevância de um primeiro tópico em relação ao Direito das Famílias na perspectiva individual: a corporalidade de quem está nestas relações.

²⁸³ CARBONERA, Silvana Maria. Aspectos históricos e socioantropológicos da família brasileira: passagem da família tradicional para a família instrumental e solidarista. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (org.). **Direito das famílias por juristas brasileiras**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 53.

²⁸⁴ DAVIES, Margaret; NAFFINE, Ngaire. Pregnancy and the legal person: sex, reproduction and the self-proprietor. In: **Person and property in private law**. Org.: Brettel Dawson. 2 Ed. Concord: Canadian Captus Press, 2013, p. 236.

Sabe-se, por óbvio, que o debate que se segue não se limita à esfera familiar. Singelamente, apenas se opta por mencioná-lo por também estar em tal ambiente, e, portanto, parecer passível de ser pensado na lógica proposta entre emancipado e dominado.

O corpo de alguém não é a conformação do “*self*” em si, mas antes algo de pertencente ao sujeito, não como um objeto, mas como uma condição necessária para a própria existência. Ao lado disso, impede-se que alguém se empodere do corpo alheio²⁸⁵. Logo, o corpo não é, necessariamente, o sujeito em si, mas não é também o objeto de que alguém possa ser proprietário.

A despeito disto, é corrente o entendimento de que homens têm maior liberdade como sujeitos de desejo e, portanto, como sujeitos sexuais do que mulheres, a quem se agrega automaticamente a polaridade do feminino, e, portanto, do passivo. Assim é que elas são vistas como algo de que eles podem se apropriar. O contrário não se admite.

Esta constatação tem graves consequências em uma cultura de dominação masculina e pode ser inscrita precisamente nos corpos de uma imensa leva de mulheres violentadas fisicamente e assassinadas no Brasil.

Ademais, o “*double standart*”²⁸⁶ no desenvolvimento da sexualidade é campo de análise relevante, especificamente quando se compromete com a defesa dos direitos humanos. Tal perspectiva oferece pistas para que se meça a real liberdade da mulher sobre ela própria.

Não por menos, a sexualidade do homem heterossexual recebe guarida, ao passo que, não raramente, à mulher, é dispensado tratamento diverso e que opera segundo um modo de fechamento de caminhos.

Tal percepção, a de liberdade sobre o próprio corpo, pode ser exemplificada em Direito Civil pelo chamado “*porn revenge*”. Em suma, significa disponibilizar para outrem, em ofensa à confiança recíproca, imagens íntimas de um dos indivíduos com quem se manteve relação sexual. Sabendo-se que é para mulher que se enuncia o sexo como motivo de vergonha, desnecessário discorrer sobre o fato de serem elas as principais – senão exclusivas – vítimas da exposição.

²⁸⁵ DAVIES, Margaret; NAFFINE, Ngaire. Pregnancy and the legal person: sex, reproduction and the self-proprietor. In: **Person and property in private law**. Org.: Brettel Dawson. 2 Ed. Concord: Canadian Captus Press, 2013, p. 237.

²⁸⁶ Trata-se da aplicação de critérios morais distintos, os quais variam segundo o grupo de pessoas considerado.

A modalidade é crescente à proporção em que se pode cada vez mais acessar e divulgar informações pelas redes virtuais. Interessa para o âmbito do Direito das Famílias porque tem sido estratégia de manipulação conjugal, e interessa para analisar a condição feminina, que se apresenta como vinculadora de uma espécie de “uso racional do próprio corpo”²⁸⁷ relacionado ao significado moralizador que tem para as mulheres.

A exposição da nudez feminina em um contexto no qual ela, propositadamente, convida o olhar do parceiro pelas lentes que a fotografam ou a filmam subverte a narrativa convencional de castidade e de cuidado maternal esperados de uma mulher²⁸⁸. Esta conclusão nada mais é senão uma amostra da incapacidade de elas serem enxergadas como sujeitos de desejo²⁸⁹.

Extraem-se tais críticas de um exemplo da prática judicial nacional e recente. Trata-se do voto do revisor Francisco Batista de Abreu em caso julgado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais²⁹⁰.

Exposta nas redes sociais nua pelo ex-namorado, a requerente pleiteou indenização por danos morais. Embora tenha sido indenizada, o julgador minorou o *quantum*, conforme requereu o réu, a partir do seguinte argumento: “A postura da autora, entretanto, fragiliza o conceito genérico de moral, o que pôde ter sido, nesse sentido, avaliado pelo réu. Concorreu ela de forma positiva e preponderante [para a publicação das fotos]. O pudor é relevante e esteve longe”²⁹¹.

²⁸⁷ Inclua-se neste uso racional a responsabilidade quase que solitária das mulheres do controle de natalidade, desvirtuando a previsão constitucional de que se trata, o planejamento familiar, de decisão do casal, pois a pílula anticoncepcional e a esterilização feminina respondem por quase 90% dos métodos contraceptivos preferidos no país (GUILHEM, Dirce. **Escravas do risco: bioética, mulheres e aids**. Brasília: Universidade de Brasília: Finatec, 2005, p. 114-115).

²⁸⁸ PEREIRA, Charmaine; BAKARE-YUSUF, Bibi. Reporting Anita: nudity in nigerian newspapers. *In: **Changing narratives of sexuality**: contestations, compliance and women’s empowerment*. Coord.: Charmaine Pereira. London; New York: Zed Books, 2014, p. 129.

²⁸⁹ PEREIRA, Charmaine; BAKARE-YUSUF, Bibi. Reporting Anita: nudity in nigerian newspapers. *In: **Changing narratives of sexuality**: contestations, compliance and women’s empowerment*. Coord.: Charmaine Pereira. London; New York: Zed Books, 2014, p. 136.

²⁹⁰ Voto do revisor Francisco Batista de Abreu. 16ª Câmara Cível. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ap. Cív. 1.0701.09.250262-7/001, Relator José Marcos Vieira, julgado em 11 de junho de 2014.

²⁹¹ Voto do revisor Francisco Batista de Abreu. 16ª Câmara Cível. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ap. Cív. 1.0701.09.250262-7/001, Relator José Marcos Vieira, julgado em 11 de junho de 2014.

O exemplo do “*porn revenge*” ainda ensina a força de uma família mitificada como única via tolerada da atividade sexual feminina, quando se esclarece que uma mulher fotografada ou filmada nua em um contexto familiar assim procede em nome do romantismo que a fragiliza diante do cônjuge e da necessidade de estar sexualmente disponível²⁹². Em Direito das Famílias, esta percepção também pode se vislumbrar na obrigatoriedade do exercício sexual pelo chamado “débito conjugal”²⁹³. Nota-se como tal lógica legitimadora se enquadra no trato da condição feminina como ser-para-o-outro quando participa da relação familiar.

Os fundamentos da decisão acima mencionada deixam tal ponto claro ao sugerir que uma mulher que se envolve sexualmente em um relacionamento efêmero não pode exigir respeito do parceiro: “São poses para um quarto fechado, no escuro, ainda que para um namorado, mas verdadeiro. Não para um ex-namorado por um curto período de um ano. Não foram fotos tiradas em momento íntimo de um casal ainda que namorados”²⁹⁴. Blindando-se do argumento mais lógico, pela quebra de confiança esperada das relações íntimas, afasta o desembargador tal compromisso: “E não vale afirmar quebra de confiança. O namoro foi curto e à distância. Passageiro. Nada sério”²⁹⁵.

A exposição em momento íntimo aos parceiros não revela, por si só, que se está diante de mulheres mais ou menos empoderadas. O debate que neste julgado se vislumbra, porém, revela o desempoderamento delas sobre o próprio corpo no aspecto da sexualidade, uma vez que a narrativa prevalente e aqui reproduzida em decisão só dá espaço para um exercício masculinista do poder nas relações afetivas em descompasso com a sexualidade da mulher, que só se admite em serviço daquele.

²⁹² PEREIRA, Charmaine; BAKARE-YUSUF, Bibi. Reporting Anita: nudity in nigerian newspapers. In: **Changing narratives of sexuality**: contestations, compliance and women’s empowerment. Coord.: Charmaine Pereira. London; New York: Zed Books, 2014, p. 138.

²⁹³ Beatriz Regina Tavares da Silva advoga pela obrigatoriedade do débito conjugal. Segundo a autora, a recusa importaria em descumprimento de dever conjugal e poderia ser debatido inclusive no âmbito da responsabilidade civil (SANTOS, Regina Beatriz Tavares da Silva. Responsabilidade civil dos cônjuges. In: **Anais do II Congresso Brasileiro de Direito de Família**. Coord.: Rodrigo da Cunha Pereira. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p.121- 140).

²⁹⁴ Voto do revisor Francisco Batista de Abreu. 16ª Câmara Cível. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ap. Cív. 1.0701.09.250262-7/001, Relator José Marcos Vieira, julgado em 11 de junho de 2014.

²⁹⁵ Voto do revisor Francisco Batista de Abreu. 16ª Câmara Cível. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ap. Cív. 1.0701.09.250262-7/001, Relator José Marcos Vieira, julgado em 11 de junho de 2014.

Uma mulher que atua como sujeito de desejo, afinal, sempre pode ser relacionada ao imoral²⁹⁶, o que se vislumbra no seguinte trecho do mesmo caso: “Dúvidas existem quanto a moral a ser protegida. Moral é postura absoluta. É regra de postura de conduta. Não se admite sua relativização. Quem tem moral a tem por inteiro”²⁹⁷, para, ao final, concluir: “Sexo é fisiológico, é do ser humano e do animal. É prazer. Mas ainda assim temos lugar para exercitá-lo”²⁹⁸.

Ao que parece, as convenções dominantes para os exercícios da sexualidade não dizem respeito apenas ao lugar físico de onde ocorrem, mas também a quem atua como sujeito ativo do desejo (homem) e como é que se exerce tal direito (de uma maneira higienizada, heterossexualmente e com permissividades adicionais para relações conjugais familiares, quando, porém, também não há horizontalidade entre o casal).

Uma segunda proposta de abordagem da relação da mulher com o próprio corpo, e que importa ao Direito das Famílias, é em relação à gestante: quando grávida, a mulher é dona de si ou mero lugar de outro²⁹⁹?

Causa perplexidade, ao Direito, que a personalidade jurídica, que é autônoma, possa vir a se desenvolver dentro de outra, de maneira heterônoma, gerando verdadeiro impasse³⁰⁰. Talvez a melhor explicação para este dilema seja mesmo que o sujeito de direito foi montado de acordo com a perspectiva heteropatriarcal, forjado por e para uma determinada parcela de homens. Neste

²⁹⁶ PEREIRA, Charmaine; BAKARE-YUSUF, Bibi. Reporting Anita: nudity in nigerian newspapers. *In: Changing narratives of sexuality: contestations, compliance and women's empowerment*. Coord.: Charmaine Pereira. London; New York: Zed Books, 2014, p. 138.

²⁹⁷ Voto do revisor Francisco Batista de Abreu. 16ª Câmara Cível. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ap. Cív. 1.0701.09.250262-7/001, Relator José Marcos Vieira, julgado em 11 de junho de 2014.

²⁹⁸ Voto do revisor Francisco Batista de Abreu. 16ª Câmara Cível. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ap. Cív. 1.0701.09.250262-7/001, Relator José Marcos Vieira, julgado em 11 de junho de 2014.

²⁹⁹ DAVIES, Margaret; NAFFINE, Ngaire. Pregnancy and the legal person: sex, reproduction and the self-proprietor. *In: Person and property in private law*. Org.: Brettel Dawson. 2 Ed. Concord: Canadian Captus Press, 2013, p. 238.

³⁰⁰ DAVIES, Margaret; NAFFINE, Ngaire. Pregnancy and the legal person: sex, reproduction and the self-proprietor. *In: Person and property in private law*. Org.: Brettel Dawson. 2 Ed. Concord: Canadian Captus Press, 2013, p. 239.

modelo de sujeito androcêntrico que não gesta, não se adequam, definitivamente, as gestantes³⁰¹.

Uma diferença entre homem e mulher, então, que faz a diferença está na capacidade natural que ela tem de protagonizar o processo gestacional, o parto e, posteriormente, a amamentação³⁰². O eixo individual, da autonomia, é o que melhor conforma tais eventos, pois que a personagem mulher os protagonize não significa que ela vá exercer o papel de mãe³⁰³, que se enquadra no eixo relacional.

Apesar de tal protagonismo nestes eventos, paradoxalmente, percebe-se, por vezes, a invisibilidade desta personagem. Identifica-se, ao revés, verdadeiro senso comum que subordina a mulher a uma figura reificada, originados da assimilação da feminilidade como mero ser-para-o-outro.

Expressa-se Pierre Bourdieu acerca de como se entende o período gestacional:

[o ciclo da procriação] É uma espécie de processo natural e passivo de 'enchimento', de que as mulheres são, não o agente, mas apenas o local, a ocasião, o suporte, ou melhor, que se localiza na mulher, como na terra, mas que não exige da mulher mais que práticas técnicas ou rituais de acompanhamento, atos destinados a ajudar a natureza em trabalho (...);

³⁰¹ DAVIES, Margaret; NAFFINE, Ngaire. Pregnancy and the legal person: sex, reproduction and the self-proprietor. *In: Person and property in private law*. Org.: Brettel Dawson. 2 Ed. Concord: Canadian Captus Press, 2013, p. 241.

³⁰² Há literatura em defesa de extirpar as diferenças no processo reprodutivo entre os sexos, apontada, por determinada vertente, como a principal causa da opressão de gênero. É o caso de Shulamith Firestone, teórica do feminismo radical e autora da conhecida obra "A Dialética do Sexo". Para ela, a reprodução artificial deveria ser introduzida para livrar a mulher da condição natural que lhe é imposta por engravidar, amamentar e ser a quem o bebê se vincula por longo período em grau de dependência física. Por outro lado, tal disparate, que decorre de uma condição natural, poderia ser melhor equilibrado com adequado respeito às diferenças. Até a atividade legislativa pode contribuir para tanto. Embora não seja escopo desta análise, menciona-se a questão da licença-maternidade, que, ao afastar por longo período, na relação heterossexual, só a mulher do trabalho, mantém má distribuída a democracia na esfera privada. Já há países que implementam a chamada licença parental, seja oferecendo opção aos pais para declarar quem deve usufruir do afastamento do trabalho ou, ainda melhor, obrigando o afastamento de ambos, ficando a mãe nos primeiros meses longe do trabalho, por conta da amamentação, e o pai nos seguintes. Estudos realizados na Suécia apontaram que tais iniciativas surtiram efeitos relevantes, como o decréscimo das taxas de divórcio, o incremento da satisfação conjugal e o contato mais frequente entre os pais com a prole após a separação (HOBSON, Barbara; FAHLÉN, Susanne. Parent's work-life balance: beyonde responsibilities and obligations to agency and capabilities. *In: Regulating family responsibilities*. Org.: Jo Bridgeman; Heather Keating; Craig Lind. Farnham: MPG Books, 2011, p. 32).

³⁰³ As distinções entre "birthing labour" e "mothering" são bem marcadas no seguinte artigo: O'DONOVAN, Katherine; MARSHALL, Jill. After birth: decisions about becoming a mother. *In: Feminist perspectives on family law*. Org.: Alison Diduck; Katherine O'Donevan. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006, p. 101-123.

com este fato, elas são duplamente condenadas a permanecer ignoradas, principalmente pelos homens³⁰⁴.

Bem ilustrada está tal constatação no julgamento do caso de Glória de los Angeles Treviño Ruiz, pelo Supremo Tribunal Federal. Extraditanda mexicana presa e à disposição do STF, ela engravidou no cárcere, e, diante das especulações midiáticas de que houve um possível estupro pelos agentes carcerários, determinou-se coleta de sua placenta para que fosse evidenciada a paternidade.

Opondo-se veementemente à revelação, ainda assim, ignorou-se a própria pessoa da gestante. De acordo com o relator Néri da Silveira, não existia qualquer colisão de direitos fundamentais no caso, mas sim a confluência de direitos fundamentais: o do filho, ao conhecimento da origem, e o dos agentes carcerários acusados de estupro, à honra e a dignidade. Fez questão, por outro lado, de destacar: “Tampouco se diga que a realização do exame fere direito fundamental da extraditanda”³⁰⁵. Para o Ministro, os procedimentos para extração de tal material “não lhe dizem respeito”³⁰⁶.

Curiosamente, o mesmo Ministro que aí defendeu ferrenhamente o direito fundamental do feto – a quem aplicou o Estatuto da Criança do Adolescente – de conhecer as origens genéticas, ignorou, no julgamento do Habeas Corpus 71.373-4, o melhor interesse dos menores envolvidos³⁰⁷. Preferiu, ao revés, privilegiar a intangibilidade física e a intimidade do possível genitor em exame de DNA que visava determinar a origem genética, bem como fundar a relação parental, de duas crianças que não tinham estabelecido qualquer vínculo desta natureza, as quais tiveram de se contentar com a mera presunção³⁰⁸.

³⁰⁴ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 7 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 59-60.

³⁰⁵ Voto do Relator Ministro Néri da Silveira. Supremo Tribunal Federal. Reclamação 2.040-1/DF, julgado em 21 de fevereiro de 2002, p. 19.

³⁰⁶ Voto do Relator Ministro Néri da Silveira. Supremo Tribunal Federal. Reclamação 2.040-1/DF, julgado em 21 de fevereiro de 2002, p. 19.

³⁰⁷ Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 71.373-4, Relator: Ministro Francisco Rezek, julgado em 10 de novembro de 1994.

³⁰⁸ Sobre argumentos de conveniência pelo Poder Judiciário brasileiro, que nem sempre se apresenta planificador de posicionamentos, destaca-se a percepção manifestada em entrevista por Luiz Edson Fachin: “Falta solidez hermenêutica no conjunto dos precedentes dos tribunais que deveriam trazer estabilidade e previsibilidade, que são próprias do verdadeiro sentido da jurisprudência” (FACHIN, Luiz Edson. **Um país sem jurisprudência**. Revista IBDFAM, Edição 11, Maio 2014, p. 5).

Esta breve consideração ilustra a invisibilidade que parece assolar a gestante, vista não como *pessoa*, sujeito de desejo, que protagoniza o processo gestacional, mas como *sujeitada* à sua nova condição, reduzida ao mero lugar onde se gera uma vida e cujo corpo se pode controlar³⁰⁹.

O julgado acima referido permite enviesar o debate em torno da investigação de paternidade e a recusa ao exame de DNA segundo a perspectiva de gênero. O direito ao conhecimento da origem genética também pode ser enfrentando nesta perspectiva da esfera individual, vez que emana da pessoa em si, e independe da relação com o grupo familiar, ao passo que a filiação é que se apresenta como conceito relacional e calcado na construção cotidiana³¹⁰.

São pretensões diversas, a que visa ao direito à filiação ou ao direito à identidade genética, e confundi-los acaba por desprestigiar o exame de DNA como instrumento de emancipação existencial. Esta última pretensão depende da colaboração do suposto pai que, muitas vezes, nega-se a ceder material genético.

A recusa apresenta-se como máscara de conveniência para desoneração masculina, em sentido contrário à observância dos direitos dos filhos que desejam acesso à própria origem. É de se destacar o descaso em relação à mulher que suporta a clandestinidade de sua existência na história do genitor, já que este apenas se insere na trama dela e do suposto filho por uma presunção.

A Súmula 301 do Superior Tribunal de Justiça entende tal presunção de paternidade relativa condicionada à existência de arcabouço probatório que permita interpretar a negativa do investigado em se submeter ao exame. O Código Civil, nos artigos 231 e 232³¹¹, corrobora o mesmo entendimento.

As possibilidades de afastar tal consequência abarcam a “*exceptio plurium concubentium*”, oponível à investigação de paternidade e de que se vale com frequência a defesa, embora raramente produza os efeitos pretendidos. Significa

³⁰⁹ Em sentido contrário, tramita, atualmente, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 7633 de 2014, de autoria do Deputado Jean Wyllys (PSOL), que visa redirecionar as diretrizes inerentes aos direitos da mulher durante a gestação, pré-parto, parto e puerpério, procurando humanizá-las. Dá-se centralidade louvável à figura da mulher, conforme expressa claramente o art. 4º, ao lhe garantir o direito de ser reconhecida como protagonista destes eventos. Na redação original, garante-se, inclusive, o direito ao abortamento.

³¹⁰ LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito ao estado de filiação e direito à origem genética**: uma distinção necessária. In: Revista CEJ, Brasília, n. 27, p. 47-56, Outubro/Dezembro 2004.

³¹¹ Art. 231. Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não poderá aproveitar-se de sua recusa. Art. 232. A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

provar que à época da concepção a mãe manteve relacionamentos sexuais com mais de um homem.

Segundo diagnosticado por Viviana Kalafattich, em análise da “*exceptio plurium concubentium*” no contexto argentino, o argumento desemboca em verdadeiro processo de “desqualificar a mulher ao acusá-la pelo excesso de relações íntimas ou por se entregar reiteradamente à luxúria e à libertinagem”^{312 313}.

Em geral, o argumento não acarreta o que pretende o suposto pai por falta de provas. Porém, nada altera a violência de se produzirem, em tais oportunidades, algumas provas como as testemunhais para discorrer sobre a “honestidade” da mãe envolvida.

Em casos esporádicos, o julgador, convencido de cada um dos mínimos detalhes trazidos à baila do comportamento sexual da mãe do requerente à época da concepção, pune-a por não ter sido recatada, e mais, nega ao filho não apenas o direito à identidade plena, mas também o efeito da presunção de paternidade geradora de efeitos patrimoniais, passando ao largo da igualdade constitucionalmente garantida entre os filhos independentemente da origem.

A tal conclusão já chegou, exemplificativamente, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A ementa do julgamento de caso em que se surtiram os efeitos pretendidos pelo réu traz: “Não pode a paternidade ser declarada apenas com base nesta recusa, principalmente quando fartamente comprovada nos autos a *exceptio plurium concubentium*”³¹⁴.

O arcabouço trazido à apreciação dos julgadores contou com vários depoimentos de antigos clientes da genitora, que era trabalhadora do sexo. O próprio réu confirmou que frequentava a zona boêmia onde ela morava, só não gostaria de ter a própria imagem vinculada à dela e à do filho que se queria reconhecido. E foi precisamente esta a pretensão acatada majoritariamente.

Todas as complexas consequências acima descritas se produzem em razão das grandes proporções dadas aos direitos dos homens investigados, descritas por

³¹² KALAFATTICH, Viviana. **Defensa y género**: el activo rol de juez en pro de modificar los estereótipos culturales y sociales que discriminan a la mujer. *In*: Revista de Derecho de Familia, Buenos Aires, v. 1, Fevereiro 2013, p. 183.

³¹³ Tradução livre para: “(...) *descalificar a la mujer por acusarla de un exceso en sus relaciones íntimas o entregarse desordenadamente a la lujuria o el libertinaje*”.

³¹⁴ 2ª Câmara Cível. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Embargos Infringentes 000173580-2/01 na Apelação Cível 173.580-2/00, Relator: Abreu Leite, julgado em 14 de maio de 2002.

Maria Celina Bodin de Moraes como próximas ao ridículo e ao risível se considerado o ônus que representam aos filhos³¹⁵. E, ao passo que se cobra pouca responsabilidade deles pela concepção, é sabido o envolvimento que as ordens social e jurídica impõem às mulheres que engravidam.

Em suma, dado que “*mater semper certa est*”, o direito à identidade se relaciona umbilicalmente à figura do pai. Conforme observou Michael Freeman, o melhor interesse dos pequenos pode ser então mitigado em favor de assistir ao homem que não quer ser reconhecido como pai, conclusão contra a qual deve se erguer o pensamento pela superação do patriarcado³¹⁶.

É preciso, enfim, refletir sobre a verdadeira liberdade que experimenta a mulher sobre o próprio corpo também no contexto familiar para se concluir se estamos a admiti-lo apenas como a serviço do próximo.

3.5 À guisa de problematização

Com a problematização dos eixos patrimonial, relacional e individual, parece mais compreensível a afirmação introdutória de que os juristas especializam-se em apagar incêndios para os quais eles mesmos contribuíram. Nomeadamente, alimentos compensatórios e guarda compartilhada reinventam institutos mais clássicos que têm demonstrado potencial de impactar a condição feminina.

Parece, porém, valioso, antes de descartar as lições de um passado ainda pulsante, investigar a origem dos limites reconhecidos nos alimentos comuns e na guarda unilateral. Assim, talvez, conduza-se à resposta de que a experiência cotidiana das famílias, inclusive depois de dissolvida a relação conjugal, e o entendimento dos operadores jurídicos, refletem fissuras de um entorno bem mais complexo sobre o qual o pensamento feminista tem elementos importantes a acrescentar.

³¹⁵ BODIN DE MORAES, Maria Celina. O direito personalíssimo à filiação e a recusa ao exame de DNA: uma hipótese de colisão de direitos fundamentais. *In: Grandes temas da atualidade: DNA como meio de prova da filiação*. Coord.: Eduardo de Oliveira Leite. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 232.

³¹⁶ FREEMAN, Michael. Feminism and child law. *In: Feminist perspectives on child law*. Org. Jo Bridgeman; Daniel Monk. Londres: Cavendish, 2000, p. 33.

Envolver-se mais com os ideais de justiça que com as injustiças da realidade pode implicar no aprofundamento de quadros de dominação. Afirma-se, destarte, que alimentos à ex-cônjuge não fazem mais sentido sob a égide hodierna, que conforta a independência financeira de todos. Devem, homens e mulheres, assumir a responsabilidade pelos próprios sustentos. Que os pais não podem ter a convivência com os filhos limitada em medida alguma após separados das mães. Devem, homens e mulheres, cuidar das crianças que conceberam. Ocultam-se os abismos, porque se não estão próximos do normatizado emancipado, parecem não servir como referência.

Por sua vez, a ciência ainda não cumpriu com suas promessas emancipatórias³¹⁷. O exame de DNA, por exemplo, nos casos de investigação de paternidade, pode ser alvo desta crítica. Constitui, pois, outro tema com possibilidades de releitura diante das inovações contemporâneas, mas que nem sempre se enviesa a partir dos direitos humanos, tampouco a partir de personagens vulneráveis como as mulheres e as crianças.

Parece, aliás, que, com a premissa de horizontalidade entre os adultos envolvidos nas tramas familiares, só se admitem existir, para além da violência efetiva, dissonâncias menores e eventuais nas afetividades, de certo modo empobrecendo o debate sobre as diferenças sentidas nas vivências masculina e feminina. Nem o fato de que mais mulheres ocupam os espaços de produção do Direito tem garantido nível superior de solidariedade em relação às outras, como constatado em alguns contextos³¹⁸. É preciso comprometimento mais consciente, como o que oferece a crítica feminista.

Apesar das amplas contribuições desta perspectiva ao Direito das Famílias, ilustrada no estudo destes três eixos em debate, seguem indiferentes, quiçá avessas, doutrina e jurisprudência, a estas vozes. Embora as alterações legislativas recebam a influência do movimento social feminista – como de outras forças políticas desatentas aos direitos humanos –, a aplicação e o ajustamento de tais transformações aos universos reais e simbólicos femininos dependem de que se

³¹⁷ A propósito: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

³¹⁸ Assim concluem os seguintes estudos empíricos: DIJKSTERHUIS, Bregje. Women judges in the Netherland. In: **Gender and judging**. Org.: Ulrike Schultz; Gisela Shaw. Oxford: Oxford and Portland Oregon, 2013; KOHEN, Beatriz. What's in a label? Argentine judges' reluctance to call themselves feminists. In: **Gender and judging**. Org.: Ulrike Schultz; Gisela Shaw. Oxford: Oxford and Portland Oregon, 2013.

encare de frente, na produção teórica e nos âmbitos do Poder Público, a impotência do agora. Que se contorne, assim, a sina de que, embora mudem, as coisas permaneçam as mesmas.

É certo que a compreensão do Direito das Famílias acerca da personagem mulher variou drasticamente neste último século. Aquela concepção transpessoal, minada de normas sexistas, transformou-se em outra, de que se orgulham nossos tempos, denominada eudemonista, calcada na interferência equilibrada de entes externos na delimitação da conjugalidade e da parentalidade, pautadas, respectivamente, na igualdade e na responsabilidade.

Todavia, remanescem distantes dos enunciados as majoritárias vivências femininas. A partir da análise de dados objetivos acerca da condição que as acompanha, nota-se, a uma, a ampla propagação de um imaginário machista, e, a duas, a limitação efetiva das possibilidades emancipatórias às brasileiras, seja em razão do valor simbólico que representa o ato de “tornar-se pequena”³¹⁹, seja em razão do insuficiente apoio para fundem a própria autonomia.

Celebra-se o abandono de uma tradição excludente, opressora e obviamente responsiva à dominação masculina que fundou este vértice do Direito Civil – mas pela qual ainda clama uma parcela saudosista dos autores –, sem se desatentar da realidade. Não pode parecer perdida a referência do praticado em razão do apego à emancipação enunciada na linha do normatizado.

A afirmação de que as famílias se fundam em harmônico arranjo de cuidado com si e cuidado com o outro exige que se demonstre restar, em nossa sociedade, uma estratificação mínima relacionada a aspectos como sexo e gênero³²⁰. Sem embargo, investigados vestígios como a representação feminina no imaginário prevalente, o acesso ao patrimônio, o envolvimento com os filhos, a divisão do trabalho doméstico, a liberdade sexual, conclui-se que não se pode tratar como excepcional, como acessória, como pontual, a condição de desequilíbrio associada às mulheres.

³¹⁹ “Como se a feminilidade se medisse pela arte de ‘se fazer pequena’ (o feminino, em berbere, vem sempre em diminutivo), mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de cerco invisível (do qual o véu não é mais que a manifestação visível), limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo – enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em espaços públicos” (BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 7 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 39).

³²⁰ EICHLER, Margrit. Cambios familiares: familias, politicas e igualdad de genero. In: **Genero y derecho**. Org.: Alda Facio; Lorena Fries. Santiago: La Morada, 1999, p. 302.

Reconhece-se que um grande número de transformações compõe uma atmosfera bem mais favorável à condição feminina que a de outrora. Porém, se o melhor ainda está no porvir, que agora não se contente com promessas, como se elas bastassem à infinitude de mulheres que sentem o peso do heteropatriarcado todos os dias em seus próprios corpos. Do contrário, pode o Direito das Famílias se mostrar tão indiferente à nossa realidade quanto o foi o direito normatizado codificado à sua época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Achados e perdidos

O século 20, que nasceu proclamando a paz e a justiça, morreu banhado em sangue. Ele nos passou um mundo muito mais injusto daquele que herdou.

O século 21, que também nasceu enaltecendo a paz e a justiça, está seguindo os passos de seu predecessor.

Na minha infância, eu tinha certeza que tudo que se perdia no mundo acabava indo parar lá em cima, na Lua.

Mas os astronautas não encontraram nenhum sinal de sonhos perigosos ou promessas quebradas ou esperanças traídas.

Se não na Lua, onde elas podem estar? Talvez elas nunca tenham se perdido. Talvez elas estejam escondidas aqui na Terra. Esperando.

Eduardo Galeano

O projeto inicial de abordagem do Direito das Famílias contemporâneo que veio a se transformar neste trabalho refletia – de modo não tão consciente – um presente melhor. Confiante em que neste vértice civilista repousava o mais humano dos direitos, a pretensão residia em revisar alguns dos recentes avanços dos enunciados jurídicos, sem se envolver suficientemente, porém, com o instigante impasse de que a aplicação destes últimos sempre se restringiu a um número ínfimo de vivências familiares.

À esta altura, como prevê Nei Lisboa³²¹, se segue difícil apontar o que despertou a necessidade de se comprometer mais seriamente com o que estes tempos guardam de arcaico, no que toca a condição feminina, espera-se que soe compreensível, pelas ideias que se procurou transmitir, ao menos o porquê de tal escolha.

Problematizou-se que traços comumente identificados no período oitocentista e no século seguinte, como a hierarquização nas relações afetivas, pela rigidez dos papéis, embora tenham se transformado no eixo do normatizado, não se apagaram suficientemente do eixo do praticado, que ainda se pretende alçar pelo emancipado.

³²¹ “Difícil de contar, mas fácil de entender, a razão e a hora de quem vive um ideal”.

Diante do contexto que sugere encontros e desencontros do Direito das Famílias às identidades femininas, some-se este esforço aos que, embora não respondam, contentam-se, por ora, em perguntar pelas mulheres, sobre cuja condição de ser-para-o-outro ainda resistem silêncios. Para tanto, dinamizou-se a interação entre normatizado e praticado, inclusive fora dos limites institucionais, aos quais chega parcela mínima das opressões cotidianas.

Se passam tais descompassos incólumes pelos juristas, as produções que empreendem podem acabar por refletir precariamente o design majoritário das conjugalidades e das parentalidades hodiernas, que ainda expõem frequentes relações de dominação, a despeito das promessas de horizontalidade que se veem quebradas nos mais diversos eixos, como sugere a análise do patrimonial, do relacional e do individual. Consequentemente, as mais inovadoras percepções acerca do Direito Familiar podem ter seu potencial esvaziado.

Distribuíram-se estas reflexões ao longo do fio condutor que representa o (des)equilíbrio entre o “eu” e o “nós” em família, em proveito da crítica de que o núcleo feminino se preenche pela responsabilidade em relação ao outro, ao passo que o masculino se volta a si próprio.

A concepção eudemonista, que parece beber, em especial, na ordem normativa interna, tanto do art. 3º, I, quanto do art. 226, parágrafo 8º, da Constituição de 1988, consagra a harmonização entre os aspectos individual e relacional. É preciso, pois, confrontar a condição feminina com tais enunciados, com a pretensão de se debruçar não apenas sobre os pilares formal e substancial fundantes do Direito Civil contemporâneo, mas sobretudo sobre o pilar prospectivo, revisitando insistentemente, deste modo, o saber jurídico, que a todo instante convida à reinvenção.

Destarte, sem recair no pessimismo de quem anuncia, no Direito das Famílias, batalha inglória pela emancipação dos sujeitos, nem na celebração de quem considera tal terreno em marcha de evolução suficientemente segura, muito menos no saudosismo de quem rejeita as recentes transformações positivas, entende-se que se deve navegar segundo os ventos da vida nua, que, mesmo turbulentos, ajustam permanentemente as velas jurídicas nesta travessia³²². Cabe reconhecer quais sopram a favor das mulheres.

³²² É como se extrai de citação atribuída a William George Ward: “O pessimista se queixa do vento, o otimista espera que ele mude e o realista ajusta as velas”.

Neste sentido, inspiradora é a lição de Ítalo Calvino:

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, abrir espaço³²³.

Buscou-se partir de um olhar crítico pelo reconhecimento da relevância dos avanços, preservando-os e abrindo espaço a eles, sem lateralizar a discussão das insistentes permanências, extraídas de aspectos frequentes entre as vivências femininas.

É que, conforme citação que fundou, logo na introdução, este trajeto, alguns silêncios se romperam na história, outros sobreviveram. E mesmo que não tenha uma única análise o condão de superá-los, a indagação teórica pode representar abertura de diálogos.

Têm, afinal, os pontos de interrogação formulados nesta oportunidade muito que ver com o processo de empoderamento feminino. Não constituem caminho unívoco nem garantem que uma e outra providência conduzam a um objetivo final nítido. Mas isso não significa que, a cada dúvida, a cada tropeço e a cada revisão de rumos não se aproxime um mínimo centímetro a mais das tantas mulheres “presas em prisão giratória, presas em delírio, na sombra, presas por outros e por si mesmas”³²⁴, que seguem à espera de uma roupagem jurídica que melhor lhes sirva.

³²³ CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 150.

³²⁴ MEIRELES, Cecília. **Poesia completa**. Org.: Antonio Carlos Secchin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 1760.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-SHARMANI, Mulki. Introduction. *In: Feminist activism, women's rights, and legal reform*. Org.: Mulki Al-Sharmani London; New York: Zed Book, 2013.

ALEGRE, Marcela Huaita. Derecho de custodia, neutralidad de gênero, derechos humanos de la mujer e interes superior del niño o niña. *In: Genero y derecho*. Org.: Alda Facio; Lorena Fries. Santiago: La Morada, 1999.

_____. Desigualdades de genero en las consecuencias economico-financeiras del divorcio. *In: Genero y derecho*. Org.: Alda Facio; Lorena Fries. Santiago: La Morada, 1999.

ALMEIDA, Leila Sanches de. **Mãe, cuidadora e trabalhadora**: as múltiplas identidades das mães que trabalham. *In: Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói*, v. 19, n. 2, Julho/Dezembro 2007.

ALVES, José Carlos Moreira. Aspectos gerais do novo Código Civil brasileiro. *In: III Jornada de Direito Civil*. Org.: Ruy Rosado Aguiar. Brasília: CJP, 2005.

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. **Direito de família mínimo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

AMARAL, Paulo André. **Guarda compartilhada, igualdade de gêneros e justiça no Brasil**: uma análise das interpretações da lei. *In: Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*, Belo Horizonte, n. 32, Fevereiro/Março 2013.

ANAVEL, Cyprien. A família ambígua: o caso dos moradores dos subúrbios populares de Bordeaux. Trad. Angela Xavier de Brito. *In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo. Família e individualização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ANDRADE, Denise Almeida de. A alienação parental e as relações familiares no Brasil. *In: Direito das Famílias por juristas brasileiras*. Org.: Joyceane Bezerra de Menezes; Ana Carla Harmatiuk Matos. São Paulo: Saraiva, 2013.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. *In: História das mulheres no Brasil*. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ARIÈS, Philippe. O casamento indissolúvel. *In: Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. 3 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ASHWIN, Sarah; ISUPOVA, Olga. “**Behind every great man...**”: the male marriage wage premium examined qualitatively. *In: Journal of Marriage and Family*, Minneapolis, v. 76, Fevereiro 2014.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO IBDFAM. **TJRS nega pedido de guarda compartilhada.** Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/5523/TJRS%20nega%20pedido%20de%20pens%C3%A3o%20aliment%C3%ADcia%20em%20guarda%20compartilhada>. Acesos em 22 de janeiro de 2015.

ÁVILA, Maria Bethânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. *In: Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Org.: Maria Bethânia Ávila; Verônica Ferreira. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia; Instituto Patrícia Galvão, 2014.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARTLETT, Katharine. **Feminist legal methods**. *In: Harvard Law Review*, Cambridge, v. 103, n. 4, Fevereiro 1990.

BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. *In: História das mulheres no Brasil*. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BATISTA, Marketa Rihova. Maintenance between formal spouses and gender equality. *In: Family law and culture in Europe: developments, challenges and opportunities*. Ed. Katharina Boele-Woelki; Nina Dethloff; Werner Gephart. Cambridge: Intersentia, 2014.

BEACH, Raimundo. **Nós e nossos filhos**. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1968.

BEVILACQUA, Clóvis. **Código civil dos Estados Unidos do Brasil comentado**. 7 Ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1936.

_____. **Em defesa do projecto de código civil brasileiro.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

BIBARS, Iman. **Victims and heroines:** women, welfare and the Egyptian State. London: Zedbooks, 2001.

BIRGIN, Haydée. Introducción. *In: El derecho en el género y el género en el derecho.* Buenos Aires: Biblos, 2000.

BODIN DE MORAES, Maria Celina. **A nova família, de novo:** estruturas e função das famílias contemporâneas. *In: Revista Pensar, Fortaleza*, v. 18, n. 2, Maio/Agosto 2013.

_____. O direito personalíssimo à filiação e a recusa ao exame de DNA: uma hipótese de colisão de direitos fundamentais. *In: Grandes temas da atualidade: DNA como meio de prova da filiação.* Coord.: Eduardo de Oliveira Leite. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. Vulnerabilidade nas relações de família: o problema da desigualdade de gênero. *In: Direito das Famílias por juristas brasileiras.* Org.: Joyceane Bezerra de Menezes; Ana Carla Harmatiuk Matos. São Paulo: Saraiva, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 7 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRITO, Leila Maria Torraca de; GONSALVES, Emmanuela Neves. **Razões e contra-razões para aplicação da guarda compartilhada.** *In: Revista dos Tribunais, São Paulo*, v. 886, Agosto 2009.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; MERCADO, Cristiano Miglioranza; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. *In: O progresso das mulheres no Brasil (2003-2010).* Org.: Leila Linhares Barsted; Jacqueline Pitanguy. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

CABELEIRA, Caio Martins. **A ditadura do afeto:** uma crítica à introdução do sentimento como valor jurídico. *In: Revista dos Tribunais, São Paulo*, n. 79, 2014.

CAFCASS. **Parenting plan.** Disponível em: https://www.cafcass.gov.uk/media/190788/parenting_plan_final_web.pdf. Acesso em 01 de fevereiro de 2015.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 150.

CARBONERA, Silvana Maria. Aspectos históricos e antropológicos da família brasileira: passagem da família tradicional para a família instrumental e solidarista. *In: Direito das Famílias por juristas brasileiras*. Org.: Joyceane Bezerra de Menezes; Ana Carla Harmatiuk Matos. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Reserva de intimidade**: uma possível tutela da dignidade em um espaço relacional da conjugalidade. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CARBONNIER, Jean. **Droit civil**: La famille. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

CARVALHO, Talyta. **Não devemos nada ao feminismo**. *In: Folha de S. Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/29978-nao-devemos-nada-ao-feminismo.shtml>. Acesso em 18 de outubro de 2013.

CASTELLS, Carmen. **Perspectivas feministas en teoría política**. Paidós, Estado y Sociedad: Barcelona, 1996.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. *In: Olhares feministas*. Org.: Adriana Piscitelli; Hildete Pereira de Melo; Sônia Weidner Maluf; Vera Lucia Puga. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. *In: História das mulheres no Brasil*. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DAVIES, Margaret; NAFFINE, Ngaire. Pregnancy and the legal person: sex, reproduction and the self-proprietor. *In: Person and property in private law*. Org.: Brettel Dawson. 2 Ed. Concord: Canadian Captus Press, 2013.

DE AQUINO, Silvia. Organizing to monitor implementation of the Maria da Penha Law in Brazil. *In: Feminist activism, women's rights, and legal reform.* Org.: Mulki Al-Sharmani London; New York: Zed Book, 2013.

DHANDA, Amita; PARASHAR, Archana. Introduction. *In: Engendering law.* Org.: Amita Dhanda; Archana Parashar. Lucknow: Eastern Book Company, 2007.

DI GIORGI, Beatriz; PIMENTEL, Silvia; PIOVESAN, Flávia. **A figura/personagem mulher em processos de família.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias.** 9 Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DIDUCK, Alison; O'DONEVAN, Katherine. Introduction: feminism and families plus ça change?. *In: Feminist perspectives on family law.* Org.: Alison Diduck; Katherine O'Donevan. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006.

DIJKSTERHUIS, Bregje. Women judges in the Netherland. *In: Gender and judging.* Org.: Ulrike Schultz; Gisela Shaw. Oxford: Oxford and Portland Oregon, 2013.

DINIZ, Debora. A vulnerabilidade na bioética. *In: Bioética: ensaios.* Org.: Sérgio Ibiapina Costa; Debora Diniz. Brasília: Letras Livres, 2001.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família.** 19 Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

DOUZINAS, Costa. Os paradoxos dos direitos humanos. Trad. Caius Brandão. *In: Pensar os direitos humanos: desafios à educação nas sociedades democráticas,* Goiânia, v. 1, n. 1, 2011.

EICHLER, Margrit. Cambios familiares: familias, politicas e igualdad de genero. *In: Genero y derecho.* Org.: Alda Facio; Lorena Fries. Santiago: La Morada, 1999.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Org.: Michael Schroter; Trad. Vera Ribeiro; Rev. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELLACURIA, Ignacio. Historización de los derechos humanos desde los pueblos oprimidos y las mayorías populares. *In: La lucha por la justicia: selección de textos*

de Ignacio Ellacuría (1969-1989). Org.: Juan Antonio Senent. Universidad de Deusto: Bilbao, 2012.

_____. La construcción de un futuro distinto para la humanidad. *In: La lucha por la justicia*: selección de textos de Ignacio Ellacuría (1969-1989). Org.: Juan Antonio Senent. Universidad de Deusto: Bilbao, 2012.

FACHIN, Luiz Edson; RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **A dignidade da pessoa humana no direito contemporâneo**: uma contribuição à crítica da raiz dogmática do neopositivismo constitucionalista. *In: Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v. 35, Julho/Setembro 2008.

FACHIN, Luiz Edson. **Direito civil**: sentidos, transformações e fins. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

_____. **O avesso da mulher no direito**. *In: Caderno da pós-graduação da faculdade de direito da UERJ*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, setembro de 1995.

_____. **Teoria crítica do direito civil à luz no novo Código Civil Brasileiro**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

_____. **Um país sem jurisprudência**. Revista IBDFAM, Edição 11, Maio 2014.

FACHIN, Melina Girardi. **Direitos humanos e fundamentais do discurso à prática efetiva**: um olhar por meio da literatura. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2007.

FACHIN, Rosana Amara Girardi. **Em busca da família do novo milênio**: uma reflexão crítica sobre as origens históricas e as perspectivas do direito de família brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FACIO, Alda; FRIES, Lorena. Feminismo, genero y patriarcado. *In: Genero y derecho*. Org.: Alda Facio; Lorena Fries. Santiago: La Morada, 1999.

FERREIRA, Breezy Miyazato Vizeu. **O direito matrimonial na segunda metade do século XIX**: uma análise histórica. 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, UFPR, 2008.

FEW-DEMO, April. **Intersectionality as the “new” critical approach in feminist family studies**: involving racial/ethnic feminisms and critical race theories. *In*: Journal of Family Theory & Review, Hoboken, n. 6, Junho 2014.

FODOR, Sandra. **Torturada en casa**: acceso a la justicia sin revictimización. *In*: Revista de Derecho de Familia, Buenos Aires, v. 1, Fevereiro 2013.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: **História das mulheres no Brasil**. Org.: Mary del Priore. 9 Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX**. *In*: Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, v. 44, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 3 Ed. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.

FREEMAN, Michael. Feminism and child law. *In*: **Feminist perspectives on child law**. Org. Jo Bridgeman; Daniel Monk. Londres: Cavendish, 2000.

FRUTOS, Juan Antonio Senent de. El método de la historización de los conceptos normativos. *In*: **Teoría crítica del derecho**: nuevos horizontes. Org.: David Sánchez Rubio; Juan Antonio Senent de Frutos. Chiapas: Centro de Estudios Jurídicos e Sociales Mispát, 2013.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC. **Mulheres brasileiras e gêneros nos espaços públicos e privados**, agosto de 2010. Disponível em: http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa_.org_.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf. Acesso em 20 de junho de 2014.

GALLARDO, Helio. Teoría crítica y derechos humanos: una lectura latinoamericana. *In*: **Los derechos humanos desde el enfoque crítico**: reflexiones para el abordaje de la realidad venezolana y latinoamericana. Org.: Maryluz Guillén. Caracas: Fundación Juan Vives Suriá, 2011.

GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América Latina**. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, 2014.

_____. **Ideas feministas latinoamericanas**. 2 Ed. Ciudad de Mexico: Historia de las ideas, 2006.

GASTRON, Andrea; AMANTE, Maria Angela; RODRÍGUEZ, And Rubén. Gender arguments and gender perspectives in legal judgments in Argentina. *In: Gender and judging*. Org.: Ulrike Schultz; Gisela Shaw. Oxford: Oxford and Portland Oregon, 2013.

GATTI, José. Notas sobre masculinidades. *In: Masculinidades: teoria, crítica e artes*. Org.: Fernando Marques Penteado; José Gatti. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

GIDDENS, Anthony. **Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOMES, Orlando. **Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GRISARD FILHO, Waldyr. **Guarda compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental**. 4ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. **Pensão compensatória: efeito econômico da ruptura convivencial**. Revista IOB de Direito de Família, v. 69, 2012.

_____. **Inexigência de consenso entre os pais na atribuição da guarda compartilhada: uma tendência saudável a caminho de sua plena consolidação no cotidiano do judiciário**. *In: Revista IBDFAM: Família e Sucessões*, Belo Horizonte, v. 6, Novembro/Dezembro 2014.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório anual de assassinatos de homossexuais de 2011**. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20brasil%202011%20GGB.html>. Acesso em 25 de junho de 2014.

GUILHEM, Dirce. **Escravas do risco**: bioética, mulheres e aids. Brasília: Universidade de Brasília: Finatec, 2005.

HERTZ, Ruth. Gender experience of a judge in Germany. *In*: **Gender and judging**. Org.: Ulrike Schultz; Gisela Shaw. Oxford: Hart, 2013.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia**: Síntese de um Milênio. Coimbra: Almedina, 2012.

_____. **Imbecillitas**: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

HOBSON, Barbara; FAHLÉN, Susanne. Parent's work-life balance: beyonde responsibilities and obligations to agency and capabilities. *In*: **Regulating family responsibilities**. Org.: Jo Bridgeman; Heather Keating; Craig Lind. Farnham: MPG Books, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do registro civil 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2010/rc2010.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em 20 de junho de 2014.

JARAMILLO, Isabel Cristina. Family: the nuclear family as ideal. *In*: **Gender and sexuality in Latin America**: cases and decisions. Ed.: Cristina Motta; Macarena Saez. New York: Springer, 2013.

_____. La crítica feminista al derecho, estudio preliminar. *In*: **Género y teoría del derecho**. Org.: Robin West. Bogotá: Siglo de Hombres Editores, Facultad de Derecho de la Universidad de Los Andes, Ediciones Uniandes, Instituto Pensar, 2000.

JÓNASDÓTTIR, Anna. **El poder del amor**: le importa el sexo a la democracia. Trad. Carmen Martinez Gimeno. Madrid: Cátedra, 1993.

KALAFATTICH, Viviana. **Defensa y gênero**: el activo rol de juez en pos de modificar los estereótipos culturales y sociales que discriminam a la mujer. *In*: Revista de Derecho de Familia, Buenos Aires, v. 1, Fevereiro 2013.

KOHEN, Beatriz. What's in a label? Argentine judges' reluctance to call themselves feminists. *In*: **Gender and judging**. Org.: Ulrike Schultz; Gisela Shaw. Oxford: Oxford and Portland Oregon, 2013.

LIM, Hilary; ROCHE, Jeremy. Feminism and children's rights. *In*: **Feminist perspectives on child law**. Org. Jo Bridgeman; Daniel Monk. Londres: Cavendish, 2000.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito ao estado de filiação e direito à origem genética**: uma distinção necessária. *In*: Revista CEJ, Brasília, n. 27, p. 47-56, Outubro/Dezembro 2004.

_____. **Direito civil**: famílias. 4 Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do *numerus clausus*. *In*: **Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família**. Belo Horizonte: IBBDFAM/OAB-MG, 2002.

LOOZE, Jessica. **Young women's job mobility**: the influence of motherhood status and education. *In*: Journal of Marriage and Family, Minneapolis, v. 76, n. 4, Agosto 2014.

LORENZETTI, Ricardo Luiz. **Fundamentos do direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MADALENO, Rolf. **Curso de direito de família**. 5 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. **Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico**: homens e mulheres têm condições iguais? *In*: Estudos Feministas, Florianópolis, v. 18 (2), Maio/Agosto 2010.

MALIK, Maleiha. 'The branch on which we sit': multiculturalism, minority women and family law. *In: Feminist perspectives on family law*. Org.: Alison Diduck; Katherine O'Donevan. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962 ou como são feitas as leis**. *In: Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16 (2), Maio/Agosto, 2008.

MASARDO, Alexander. Negotiating shared residence: the experience of separated fathers in Britain and France. *In: Regulating family responsibilities*. Org.: Jo Bridgeman; Heather Keating; Craig Lind. Farnham: MPG Books, 2011.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **As famílias não fundadas no casamento e a condição feminina**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

_____. "Novas" Entidades Familiares e seus Efeitos Jurídicos. *In: Família e Solidariedade: Teoria e Prática do Direito de Família*. Coord.: Rodrigo da Cunha Pereira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gêneros: usos e perspectivas. *In: Olhares feministas*. Org.: Adriana Piscitelli; Hildete Pereira de Melo; Sônia Weidner Maluf; Vera Lucia Puga. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

McFARLANE, Andrew. **Making parental responsibility work**. *In: Family Law*, Bristol, v. 44, Setembro 2014.

MIAILLE, Michael. **Introdução crítica ao direito**. 3 Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

MICHEL, Andrée. **Modèles sociologiques de la famille dans la sociétés contemporaines – réformes du droit de la famille**. *In: Archives du Philosophie du Droit*, Paris, 131, 1975.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho D'água/Fapesp, 2001.

MODELLI, Laís. **Quem tem medo de feministas?** Caros Amigos. São Paulo, Ano 17, Edição 207, junho de 2014.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. **Construção jurídica das relações de gênero**: o processo de codificação civil na instauração da ordem liberal conservadora do Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil**: direito de família. 38 Ed, rev. e atual. por Regina Beatriz Tavares da Silva. São Paulo: Saraiva, 2007.

MOSEDALE, Sarah. **Assessing women's empowerment**: towards a conceptual framework. *In*: Journal of International Development, New York, n. 17, 2005.

NEWNHAM, Annika. Law's gendered understandings of parent's responsibilities in relation to shared residence. *In*: **Regulating family responsibilities**. Org.: Jo Bridgeman; Heather Keating; Craig Lind. Farnham: MPG Books, 2011.

NOVALES, Teresa Picontó. **El avance de la custodia compartida en los países del sur de Europa**: algunas consideraciones críticas. *In*: Temas socio-juridicos, Bucaramanga, v. 33, n. 66, Janeiro/Junho 2014.

NUNAN, Adriana. Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. *In*: **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Org.: Miriam Grossi; Anna Paula Uziel; Luiz Mello. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

O'DONOVAN, Katherine; MARSHALL, Jill. After birth: decisions about becoming a mother. *In*: **Feminist perspectives on family law**. Org.: Alison Diduck; Katherine O'Donovan. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2006.

OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de; MUNIZ, Francisco José Ferreira. **Curso de Direito de Família**. 4 Ed. Curitiba: Juruá, 2001.

OLSEN, Frances. El mito de la intervencion del Estado en la familia. *In*: **Genero y derecho**. Org.: Alda Facio; Lorena Fries. Santiago: La Morada, 1999.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomía público/privado. *In*: **Perspectivas feministas en teoría política**. Trad.: Carme Castells. Barcelona: Paidós, 1996.

PEREIRA, Charmaine; BAKARE-YUSUF, Bibi. Reporting Anita: nudity in nigerian newspapers. *In*: **Changing narratives of sexuality**: contestations, compliance and

women's empowerment. Coord.: Charmaine Pereira. London; New York: Zed Books, 2014.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores para o direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

PERLINGIERI, Pietro. **O direito civil na legalidade constitucional**. Trad. Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo. **Famílias simultâneas**: da unidade codificada à pluralidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

_____. **Institutos fundamentais do direito civil e liberdade(s)**: repensando a dimensão funcional do contrato, da propriedade e da família. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2011.

PIMENTEL, Sílvia. **Perspectivas jurídicas da família**: o Novo Código Civil e a violência familiar. *In*: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 71, 2002.

PIOVESAN, Flávia; FACHIN, Melina Girardi. Direitos humanos das mulheres: família e violência: reflexões à luz da lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). *In*: **Direito das Famílias por juristas brasileiras**. Org.: Joyceane Bezerra de Menezes; Ana Carla Harmatiuk Matos. São Paulo: Saraiva, 2013.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. *In*: **O progresso das mulheres no Brasil (2003-2010)**. Org.: Leila Linhares Barsted; Jacqueline Pitanguy. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PITANGUY, Jacqueline. Advocacy: um processo histórico. *In*: **O progresso das mulheres no Brasil (2003-2010)**. Org.: Leila Linhares Barsted; Jacqueline Pitanguy. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

_____. **Movimento de mulheres e política de gênero no Brasil**. Disponível em: <http://www.cepal.org/mujer/proyectos/gobernabilidad/documentos/jpitanguy.pdf>. Acesso em 13 de novembro de 2014.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL. **Por ser menina no Brasil**: crescendo entre direitos e violências. São Paulo: Plan International Brasil, 2015.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Fontes e evolução do direito civil**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

PRATS, Esther Algarra. Incumplimiento de deberes conyugales y responsabilidad civil. *In*: **La responsabilidad civil en las relaciones familiares**. Coord.: Moreno Martínez; Juan Antonio. Madrid: Dykinson, 2012.

QUINTANE, Guy. Du sujet à l'homme de droit. *In*: **Mélanges à la mémoire de Patrick Courbe** – Le droit entre tradition et modernité. Paris: Dalloz, 2012.

REVISTA IBDFAM. Editorial. **Tanto sangue**. Edição nº 98. Belo Horizonte: IBDFAM, Março de 2014.

RIOS, Roger Raupp. Uniões homossexuais: adaptar-se ao direito de família ou transformá-lo? Por uma nova modalidade de comunidade familiar. *In*: **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Org.: Miriam Grossi; Anna Paula Uziel; Luiz Mello. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ROSENVALD, Nelson. **Autonomia privada e guarda compartilhada**. *In*: Revista IBDFAM: Família e Sucessões, Belo Horizonte, v. 6, Novembro/Dezembro 2014.

RUBIO, David Sánchez. **Encantos e desencantos dos direitos humanos**: de emancipações, libertações e dominações. Trad.: Ivone Fernandes Morchillo Lixa; Helena Henkin. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

_____. **Repensar derechos humanos**: de la anestesia a la sinestesia. Sevilla: MAD, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Regina Beatriz Tavares da Silva. Responsabilidade civil dos cônjuges. *In*: **Anais do II Congresso Brasileiro de Direito de Família**. Coord.: Rodrigo da Cunha Pereira. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

SARDENBERG, Cecilia. Ageing women and the culture of eternal youth: personal and theoretical reflections from a feminist over sixty in Brazil. *In: **Changing narratives of sexuality**: contestations, compliance and women's empowerment.* Coord.: Charmaine Pereira. London; New York: Zed Books, 2014.

SCOTT, James. **Seeing like a State**: How certain schemes to improve the human condition have failed. Yale: Yale University Press, 1998.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>. Acesso em 19 de dezembro de 2014.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Relatório anual do observatório Brasil da igualdade de gênero**. Disponível em: <file:///Users/owner/Downloads/consolidadoobig2010.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2014.

_____. **Relatório anual socioeconômico da mulher 2013**. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/01/RASEAM_interativo.pdf. Acesso em 28 de julho de 2014.

SILVA, Marcos Alves da. **Da monogamia**: a sua superação como princípio estruturante do direito de família. Curitiba: Juruá, 2013.

SIMÃO, José Fernando. **Responsabilidade e afetividade**. *In: Revista IBDFAM: Família e Sucessões*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, Janeiro/Fevereiro 2014.

SINGLY, François de. O nascimento do "indivíduo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. *In: **Família e individualização***. Org.: Clarice Ehlers Peixoto; François de Singly; Vincenzo Cicchelli. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SMART, Carol. **Feminism and the power of law**. London: Routledge, 1989.

_____. La teoría feminista y el discurso jurídico. *In: **El derecho en el género y el género en el derecho***. Buenos Aires: Biblos, 2000.

SOIHET, Rachel. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. *In: **Mulher, gênero e sociedade***. Org.: Rose Marie Muraro; Andrea Brandão Puppim. Rio de Janeiro: Relume Dumará FAPERJ, 2001.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danieli Carusi. **Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil**. Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 37, n. 132, Setembro/Dezembro 2007.

SORJ, Bila; GAMA, Andrea. Family policies in Brazil. *In: Handbook of family policies around the globe*. Ed. Mihaela Robila. New York: Springer, 2014.

STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916**. 2009. 211f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, UFPR, 2009.

_____. **O direito e a cultura jurídica no Brasil independente**: permanências e descontinuidades. *In: Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, Lisboa, n. 8, 2014.

_____. Trajetória do direito privado na modernidade: alguns aspectos relevantes. *In: Estudos em direito privado*: uma homenagem ao Prof. Luiz Carlos Souza de Oliveira. Org.: Sérgio Staut Said Júnior. Curitiba: Luiz Carlos Centro de Estudos Jurídicos, 2014.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. **O direito das famílias entre a norma e a realidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Família, guarda e autoridade parental**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

THURLER, Ana Liési. **Em nome da mãe**: o não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

TORRES, Anália. A individualização no feminino, o casamento e o amor. Trad. Angela Xavier de Brito. *In: Família e individualização*. Org.: Clarice Ehlers Peixoto; François de Singly; Vincenzo Cicchelli. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

VILLELA, João Baptista. **Liberdade e família**. *In: Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 1980.

WARDLE, Lynn. Reconciling private autonomy and public interests in family law. *In: Org.: Liber Amicorum; Walter Pintens. Confronting the frontiers of family and succession law*. Cambridge: Intersentia, 2012.

YODANIS, Carrie; LAUER, Sean. **Is marriage individualized?** What couples actually do. *In: Journal of family theory and review*, Hoboken, n. 6, Junho 2014.

ZAGREBELSKY, Gustavo. **A crucificação e a democracia**. Trad. Monica de Sanctis Viana. São Paulo: Saraiva, 2011.

ZELIZER, Viviana. **Dinheiro, poder e sexo**. *In: Cadernos Pagu*, Campinas, v. 32, Janeiro/Junho 2009.

FONTES DOCUMENTAIS

1ª e 3ª Câmaras. CONAR. Representação 225/2011. Relatora Nelcina Tropardi, julgado em outubro de 2011.

2ª Câmara Cível. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Embargos Infringentes 000173580-2/01 na Apelação Cível 173.580-2/00, Relator: Abreu Leite, julgado em 14 de maio de 2002.

3ª Câmara de Direito Privado. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ap. Cív. 20120281621, Relator Jorge Luis Costa Beber, julgado em 10 de julho de 2013.

3ª Turma Cível. Superior Tribunal de Justiça, REsp 1.205.408, Relatora Ministra Nancy Andrighi, julgado em 21 de junho de 2011.

3ª Turma Cível. Superior Tribunal de Justiça, REsp 1428596, Relatora Ministra Nancy Andrighi, julgado em 03 de junho de 2014.

3ª Turma Cível. Superior Tribunal de Justiça, REsp 933.355, Relatora Ministra Nancy Andrighi, julgado em 11 de abril de 2008.

3ª Turma Cível. Superior Tribunal de Justiça, REsp: 1396957 PR 2011/0232889-2, Relatora Nancy Andrighi, julgado em 03 de junho de 2014.

6ª Turma Cível. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Apelação Cível 20120910235205. Relator: Esdras Neves, julgado em: 12 de novembro de 2014.

7ª Câmara de Direito Privado. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível 0057805420108260103. Relator Ramon Mateo Junior, julgado em 16 de maio de 2014.

10ª Câmara Cível. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível 1.0079.00.007603-8/001, Relator: Cabral da Silva, julgado em 03 de outubro de 2010.

16ª Câmara Cível. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ap. Cív. 1.0701.09.250262-7/001, Relator José Marcos Vieira, julgado em 11 de junho de 2014.

19ª Câmara Cível. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Apelação Cível 0005783-18.2010.8.19.0066, Relator: Marcos Alcino de Azevedo Torres, julgado em 24 de setembro de 2013.

36ª Câmara de Direito Privado. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível 9181125642008826, Relator: Palma Bisson, julgado em 08 de novembro de 2012.

Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 71.373-4, Relator: Ministro Francisco Rezek, julgado em 10 de novembro de 1994.

Supremo Tribunal Federal. Reclamação 2.040-1/DF, julgado em 21 de fevereiro de 2002.